

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” – UNESP

Faculdade de Filosofia e Ciências - Campus de Marília

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Alexandre Juliani

HEITOR FERREIRA LIMA E A INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL

Marília-SP
2016

Alexandre Juliani

HEITOR FERREIRA LIMA E A INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, campus de Marília, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Determinações do mundo do trabalho.

Orientador: Marcos Tadeu Del Roio

Juliani, Alexandre.
J94h Heitor Ferreira Lima e a industrialização do Brasil /
Alexandre Juliani. – Marília, 2016.
156 f. ; 30 cm.

Orientador: Marcos Tadeu Del Roio.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e
Ciências, 2016.
Bibliografia: f. 152-156

1. Lima, Heitor Ferreira – 1905-1989. 2.
Industrialização - Brasil. 3. Desenvolvimento econômico. 4.
Historiografia. 5. Partido Comunista do Brasil. I. Título.

CDD 330.09

Alexandre Juliani

HEITOR FERREIRA LIMA E A INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP – FFC/Marília, para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Marcos Tadeu Del Roio (Orientador)
Departamento de Ciências Políticas e Econômicas
Universidade Estadual Paulista - UNESP, FFC/Marília

Dr. José Luis Bendicho Beired
Departamento de História
Universidade Estadual Paulista - UNESP, FCL/Assis

Dra. Angélica Lovatto
Departamento de Ciências Políticas e Econômicas
Universidade Estadual Paulista - UNESP, FFC/Marília

Marília, 29 de fevereiro de 2016

Com amor, à Bruna, minha inspiração.
Seus olhos, seu sorriso, sua vontade de viver, me movem em direção a algo melhor...

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer de forma especial meu orientador Dr. Marcos Tadeu Del Roio, por acreditar em meu trabalho, pelo apoio, atenção e orientação, sua firmeza e honestidade intelectual foram imprescindíveis para a elaboração e conclusão desta pesquisa.

À Bruna, minha companheira, pelo carinho e dedicação, sempre presente e compreensiva de meus objetivos, acompanhou de perto todas as angústias e vicissitudes de quem trabalha e estuda, seu apoio foi único e essencial.

À minha família, especialmente aos meus queridos pais Neusa e Benjamim (*in memoriam*).

Aos professores e funcionários da secretaria da Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP de Marília.

Agradecimento especial aos professores Dr. José Luis Bendicho Beired, Dr. Marcos Cordeiro Pires e Dr^a Angélica Lovatto por participarem das bancas de qualificação e defesa.

Aos funcionários da UNESP de Marília.

Aos funcionários do Arquivo Edgard Leuenroth, sempre solícitos e atenciosos, auxiliando nosso trabalho de pesquisa.

Aos colegas da Pós-Graduação pelo incentivo e companheirismo.

Aos amigos Hugo e Edna, pelo constante incentivo.

Determinado pensamento econômico corresponde a determinada época ou fase de desenvolvimento econômico de uma nação e aos interesses de sua classe dominante.

Heitor Ferreira Lima

RESUMO

O escopo do presente trabalho consiste em analisar a trajetória e obra de Heitor Ferreira Lima, intelectual de esquerda formado no PCB que se vinculou a burguesia industrial para defender a consolidação do processo de industrialização no Brasil. Assim sendo, será realizada uma reflexão crítica sobre os pressupostos teóricos e metodológicos utilizados em seu pensamento dedicado à historiografia econômica. Embora o referido autor afirmasse sempre utilizar o materialismo histórico, coube a este trabalho questionar a corroboração de uma análise integralmente marxista em seus escritos. Nesse sentido, através da investigação de alguns aspectos recorrentes em sua obra, será demonstrada a subordinação conceitual ao pensamento de Roberto Simonsen, principal líder da burguesia industrial do século XX. A fim de elucidar a constituição e o sentido da obra de Lima, buscar-se-á compor o ambiente intelectual em que o autor estava inserido. Para tanto, além dos livros de Lima, serão analisados seus artigos mais relevantes publicados na *Revista Brasiliense*, juntamente com os de Caio Prado Jr., outro intelectual de esquerda cuja visão sobre a formação social brasileira também apresenta aspectos análogos aos argumentos de Simonsen. Portanto, por meio da observação de evidências que comprovam uma análise mais economicista, do que efetivamente marxista, considera-se que seu pensamento fez parte do arcabouço ideológico da burguesia industrial em prol do nacional-desenvolvimentismo.

Palavras-chave: Heitor Ferreira Lima. PCB. industrialização brasileira. nacional-desenvolvimentismo. historiografia econômica.

ABSTRACT

The present study analyzes the trajectory and work of Heitor Ferreira Lima, left intellectual formed in the PCB, linked the industrial bourgeoisie and defender the consolidation of the industrialization process in Brazil. Therefore, a critical reflection about the theoretical and methodological assumptions present in his thinking devoted to economic history will be held. Although this author always claimed to use historical materialism, this study questions the corroboration of a fully Marxist analysis in his writings. In this sense, through the investigation of some recurrent aspects in his work, it will be demonstrated conceptual subordination to the thought of Roberto Simonsen, principal leader of the industrial bourgeoisie of the twentieth century. In order to elucidate the formation and direction of the work of Lima, will be composed the intellectual environment that the author was inserted. To this end, in addition to Lima books, his most important articles published in *Revista Brasiliense* will be analyzed, along with the Caio Prado Jr., another left intellectual whose vision about the Brazilian society also has similar aspects to Simonsen's arguments. Therefore, by observing the evidence that support more economic analysis, than effectively Marxist, consider that his thinking was part of the ideological framework of the industrial bourgeoisie in favor of developmentalism national.

Keywords: Lima, Heitor Ferreira. PCB. Brazilian industrialization. national developmentalism; economic historiography.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – REVOLUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO.....	15
1.1- O Processo inicial de industrialização e os prelúdios do pensamento desenvolvimentista.....	15
1.2- Heitor Ferreira Lima e o PCB: formação inicial, Escola Leninista e planejamento econômico.....	21
1.3- A industrialização como uma etapa da revolução brasileira: o modelo democrático-burguês.....	28
1.4- A burguesia nacional como força motriz da revolução democrático-burguesa.....	39
CAPÍTULO 2 – INTELECITUAL ORGÂNICO DA BURGUESIA INDUSTRIAL.....	59
2.1- Cenário internacional e a industrialização durante o Estado Novo.....	59
2.2- Consolidação do pensamento desenvolvimentista.....	63
2.3- Heitor Ferreira Lima em São Paulo: ambiente intelectual e contato com Simonsen.....	74
2.4- O pensamento econômico de Heitor Ferreira Lima.....	86
CAPÍTULO 3 – HEITOR FERREIRA LIMA E CAIO PRADO JR. NA REVISTA BRASILIENSE.....	104
3.1 – PCB: da reorganização ao abandono da perspectiva revolucionária.....	104
3.2 – Caio Prado Jr. e a tese do capitalismo colonial.....	113
3.3 – Revista Brasiliense: expressão intelectual da esquerda nacionalista.....	124
3.4 – Convergência e complementaridade.....	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
REFERÊNCIAS	156

INTRODUÇÃO

A intenção de realizar um estudo introdutório sobre o conjunto global da obra de Heitor Ferreira Lima (1905-1989) justifica-se essencialmente por dois motivos: sua trajetória militante dentro das fileiras do Partido Comunista do Brasil (PCB) e sua relevância para a historiografia econômica nacional. Ingressou no PCB em 1923, devido ao seu interesse e engajamento em torno das questões sindicais e partidárias foi escolhido para frequentar a Escola Leninista em Moscou no ano de 1927. Assim, fez parte da geração conhecida por “jovens bolcheviques”, que após o treinamento comunista recebido na Rússia deveriam retornar aos seus países para dirigir os seus partidos. Assim, logo que retornou ao Brasil, Lima assumiu o lugar de Astrojildo Pereira como secretário-geral do partido. Porém, a partir da década de 1940, afastou-se das atividades partidárias e passou a trabalhar exercendo as funções de tradutor, jornalista, assessor econômico e escritor. Foi a partir desse período que começou a compor vultosa obra historiográfica. Considerado um dos pioneiros de nossa história econômica, publicou nove livros sobre o tema e duas obras de cunho biográfico, além de inúmeros artigos em revistas e jornais. Também editou um livro de memórias, contribuindo para o resgate da história do partido.

Não obstante a importância da obra de Lima para a historiografia brasileira, a proposta do respectivo trabalho consiste em realizar uma análise crítica dos pressupostos teóricos e metodológicos empregados na interpretação historiográfica do referido autor. A hipótese central parte do questionamento em relação ao caráter marxista de seus escritos, uma vez que a investigação do conjunto geral de seu pensamento econômico está embasado no arcabouço ideológico da corrente nacional-desenvolvimentista. Para corroborar tal objetivo, a perspectiva metodológica assumida na presente pesquisa visa recorrer tanto à investigação da trajetória do autor, quanto à apreciação analítica de seu pensamento. Com isso, espera-se estabelecer as mediações, materiais, institucionais e intelectuais que compuseram o quadro ideológico de Lima.

Dessa forma, ao longo dos três capítulos, buscar-se-á compor o ambiente intelectual que influenciou a constituição do pensamento do autor, sobretudo na etapa referente à constituição de sua obra. Nesse sentido, será apresentado um esboço das trajetórias de Roberto Simonsen, Humberto Bastos e Caio Prado Jr.. Segundo a referida hipótese, os três exerceram influência na composição ideológica de Lima, porém, Simonsen é o autor cujos pressupostos ideológicos aparecem de forma preponderante em seus escritos. Em paralelo à

exposição do contexto partidário, intelectual e profissional de Lima, será apresentado um panorama global da obra do autor, apreciando tanto os seus escritos historiográficos, quanto as suas análises de conjuntura econômica e política.

No primeiro capítulo serão descritos os principais acontecimentos que compuseram a conjuntura política e econômica do Brasil entre as décadas de 1920 e 1940. A finalidade dessa apresentação é testar a hipótese central deste capítulo, cuja premissa é a afirmação de determinada confluência entre o projeto pleiteado pela burguesia industrial e a perspectiva revolucionária dos comunistas. Tal constatação permitirá compreender as linhas centrais da leitura de Brasil presentes na obra de Heitor Ferreira Lima nos anos posteriores a sua atuação no PCB, principalmente sua aproximação teórica com Simonsen. Por um lado, será analisada a construção da ideologia burguesa ligada aos industriais, desde as primeiras experiências de racionalização do trabalho na segunda década do século XX. Nesse sentido, realizaremos uma abordagem do pensamento de Roberto Simonsen, principal líder da burguesia industrial paulista até meados dos anos de 1940 e personagem central na elaboração teórica do projeto de desenvolvimento econômico conhecido como nacional-desenvolvimentista. Por outro lado, abordaremos a trajetória inicial de Lima dentro do contexto de organização do proletariado e do PCB. Sobretudo, será analisada a construção da perspectiva revolucionária comunista consubstanciada na elaboração do modelo democrático-burguês e sua concordância com o desenvolvimento da industrialização. Tal contexto correspondeu ao momento de reorganização das classes dominantes nacionais, pois representa um momento de transição da economia fundamentada na acumulação agromercantil de capital e no mercado externo para a consolidação do modo de produção capitalista estruturado no mercado interno e, conseqüentemente, a constituição do Estado nacional correspondente à estrutura capitalista.

O objetivo central do segundo capítulo é realizar uma abordagem comparativa entre o pensamento econômico de Simonsen e os livros de Lima. Inicialmente, será apresentado um panorama geral da conjuntura política e econômica internacional e da industrialização durante o Estado Novo. Em seguida, abordaremos a consolidação do pensamento desenvolvimentista em paralelo com a apreciação dos livros e discursos de Roberto Simonsen.

De modo sucinto, será abordada a emergência da teoria cepalina, ressaltando o pioneirismo de Simonsen nos elementos centrais abordados pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). De forma concisa, enfatizaremos o debate instaurado no pensamento econômico nacional durante a década de 1940, ocasionado pela dicotomia entre as correntes positivista e liberal. Enquanto Vargas colocava em prática o projeto de desenvolvimento industrial, dentro do pensamento social econômico brasileiro emergia o

debate precursor do projeto desenvolvimentista. Tal debate foi protagonizado por Roberto Simonsen e Eugênio Gudín. Para Simonsen, era imprescindível o desenvolvimento industrial como forma de melhoria das condições de vida da classe trabalhadora e como conquista da independência econômica da nação, daí a necessidade do Estado intervir por meio de medidas protecionistas em prol da indústria nacional. Contrariamente, Gudín defendia um projeto fundamentalmente agrário e liberal, a indústria deveria ter um papel secundário na economia. Portanto, para Gudín a economia não deveria sofrer intervenções do Estado, identificando esse tipo de postura como proveniente de regimes autoritários.

Em seguida, será composto o ambiente intelectual de Lima fora do PCB. Desse modo, procurou-se traçar o itinerário profissional e o círculo de amizades que o colocaram em contato com Simonsen. Nesse contexto, é de fundamental importância a figura de Humberto Bastos, além de ser o principal responsável por inserir Lima no meio intelectual paulista, também exerceu relevante influência em sua obra. Por último, apresentaremos um esboço geral dos livros publicados de Lima, sobretudo dando ênfase a subordinação conceitual de sua interpretação historiográfica aos pressupostos teóricos de Simonsen. Em uma época cujos estudos de economia comumente eram realizados por advogados e engenheiros, podemos dizer que Simonsen foi um dos precursores da historiografia econômica nacional. Para esse autor, apesar do escravismo, a colonização do Brasil já tinha um caráter capitalista. Porém, um capitalismo sempre bloqueado por uma série de elementos políticos e estruturais desde a condição de colônia até a ausência de planejamento econômico no século XX. Tanto Heitor Ferreira Lima, como Caio Prado Jr., se distanciaram da tese comunista sobre a existência de restos feudais e se aproximaram da interpretação de Simonsen, isto é, adotaram a tese do capitalismo colonial.

No último capítulo, inicialmente será apresentada uma descrição da trajetória do PCB a partir da década de 1940, desde a reorganização e constituição da linha política de “União Nacional” até os desdobramentos do *Manifesto de 1958*. O objetivo é ressaltar a continuidade da concepção revolucionária que se confundia com as aspirações dos setores progressistas da burguesia industrial. Em seguida, será apresentado um quadro geral da trajetória e da obra de Caio Prado Jr.. O intuito dessa abordagem descritiva e conceitual sobre os principais aspectos do pensamento nacionalista pradiano, considerado um dos cânones da historiografia marxista nacional, é estabelecer uma análise comparativa em relação aos pressupostos teóricos de Simonsen. Nesse sentido, conjecturamos que a perspectiva historiográfica contida na interpretação pradiana também segue os pressupostos analíticos da tese do capitalismo

colonial, desdobrando-se em concepção conservadora sobre o desenvolvimento de nossa economia.

Por último, será realizada uma breve exposição da *Revista Brasiliense*. Publicada pela Editora Brasiliense, cujo proprietário era Caio Prado Jr, a peculiaridade em torno do periódico foi a sua condição de independência em relação ao PCB. Uma independência motivada pelo desdobramento da política repressiva que havia posto em ilegalidade o PCB em 1947, durante o governo Dutra. Conseqüentemente, o partido teve sua liberdade de imprensa anulada devido à repressão policial. Neste contexto, um grupo composto por intelectuais marxistas e militantes comunistas de São Paulo organizou a revista, desse modo, promovendo a manutenção de uma publicação independente de viés comunista, ainda que sub-repticiamente. O objetivo de tal apreciação é ressaltar os aspectos nacionalistas que orientaram o posicionamento político e econômico da revista, ressaltando sua abordagem em defesa dos interesses do capital nacional.

Considerando os propósitos desta investigação e, portanto, respeitando os limites do escopo deste trabalho, a análise dos artigos da revista será restrita aos textos de Caio Prado Jr. e Heitor Ferreira Lima. Este último, além de escrever em quase todos os volumes, pertenceu ao conselho de redação durante maioria das publicações do respectivo periódico. Segundo Lima (1986), a revista defendia concepções nacionalistas de forma crítica às versões apresentadas oficialmente pelos governos da época. Nos artigos apreciados, Lima reafirmou a visão de Brasil que vinha desenvolvendo em seus escritos anteriores. Em suma, para este autor a via de desenvolvimento nacional seria mesmo a industrialização. A ruptura revolucionária como forma de transformação da realidade social foi substituída pela ideologia burguesa do industrialismo. Tais concepções são tratadas de modo economicista pela revista, Lima era responsável pelos artigos de ordem econômica, já Caio Prado Jr. assinava os editoriais que versavam sobre a questão agrária e a política nacional.

Desse modo, objetivou-se analisar a convergência teórica entre Lima e Caio Prado Jr. Sobretudo, ressaltar os desdobramentos das posições nacionalistas da revista em relação aos pressupostos econômicos desenvolvimentistas pleiteados pela burguesia industrial, uma vez que Lima era o único representante do principal grupo de colaboradores da revista ligado à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

CAPÍTULO 1 – REVOLUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO

1.1 – O processo inicial de industrialização e os prelúdios do pensamento desenvolvimentista.

Desde os albores do século XX, o nacionalismo econômico já era o principal fundamento da classe industrial para pleitear ao governo medidas de amparo à indústria. As tarifas alfandegárias sempre estiveram na pasta de reivindicações, de modo que se constituísse uma barreira aduaneira assegurando o mercado interno aos produtos nacionais. Nesse sentido, o protecionismo era o principal mecanismo econômico pleiteado pelos industrialistas em sua fase inicial. Assim, buscavam atingir o desenvolvimento das atividades industriais assegurando o controle e domínio do mercado interno.

De modo geral, segundo Tavares (1983), em quase toda a América Latina ocorreu esse processo de desenvolvimento das forças produtivas, respectivamente voltadas para compor o restrito e limitado mercado interno. Distintamente ao que ocorreu com o desenvolvimento industrial dos países europeus, não houve uma combinação de fatores internos e externos na dinâmica de formação da renda nacional nas economias latino-americanas. A condição ocupada por esses países na divisão internacional do trabalho os restringia à condição de meros fornecedores de produtos primários. Decorre dessa situação o caráter endógeno e periférico relacionado ao desenvolvimento das economias latino-americanas, cuja geração de renda sempre esteve subordinada às demandas dos países centrais e industrializados. Portanto, o impulso ao desenvolvimento urbano e industrial das economias periféricas foi consequência da centralidade econômica exercida pelo setor primário exportador, e este, por sua vez, permanecia dependente das oscilações do mercado externo.

Esse modelo tradicional de desenvolvimento, comumente ocorrido em países periféricos, cujo centro dinâmico econômico está hierarquicamente atrelado ao crescimento da demanda por produtos de exportação, começou a entrar em crise a partir da segunda década do século XX. A passagem para um novo modelo de desenvolvimento foi desencadeada por desequilíbrios externos. A crise cíclica de 1913 afetou o Brasil, sobretudo os produtos de exportação, diretamente ligados às oscilações do contexto internacional. No Brasil, segundo Nelson Werneck Sodré (1964), tanto o café quanto a borracha sofreram quedas consideráveis em seus preços e, conseqüentemente, houve uma redução das exportações.

Esse contexto seria agravado pela Guerra Mundial de 1914, prejudicando as importações e interferindo no abastecimento interno. A adequação as circunstâncias

desencadeadas pela crise mundial, representou um momento fundamental no processo de desenvolvimento da industrialização nacional. Sendo assim, o cenário político e econômico mundial, ou melhor, as condições oferecidas pela divisão internacional do trabalho, durante a disputa bélica imperialista, fomentaram um novo impulso ao desenvolvimento da industrialização nos países periféricos por meio do processo de substituição das importações.

A crise de 1913, cujos efeitos chegaram rapidamente ao Brasil, de acordo com as características novas do mundo, cada vez menor, não teve um desenvolvimento idêntico ao das anteriores: a Guerra Mundial alterou as condições universais, introduzindo fatores imprevistos. A perturbação da troca de mercadorias, com a ofensiva germânica nos mares, pelo largo emprego do submarino, trouxe um forte abalo à economia de exportação e ao comércio exterior. A perturbação maior, entretanto, não foi esta, mas a que se ligou ao fato de não poder suprir o mercado brasileiro, não pela circunstância do transporte mais arriscado e mais oneroso – embora isso tivesse também influência – mas porque estava entregue à produção exigida pelo conflito militar, nas áreas em que as operações ocorriam. Em síntese: o imperialismo estava ocupado com a sua empresa específica, a guerra. Consequentemente, afrouxara a pressão sobre as áreas de que se alimentava normalmente. Não era a troca de mercadorias, apenas, que ficava afetada, A exportação de capitais sofreria uma brusca pausa, desafogando as áreas de aplicação e deixando-as livres à acumulação nacional e à sua expansão. (SODRÉ, 1964, p. 251)

A ausência de capitais externos ocasionou nova onda de emissões utilizadas para financiar a produção do abastecimento interno, diante da “peculiaridade” da situação o governo também recorreu novamente ao *funding loan* para saldar os empréstimos anteriores, recurso corriqueiro do governo brasileiro. Inicialmente, “dada à distribuição de renda existente quando se iniciou o processo de substituições, a nova orientação do sistema produtivo estava de antemão dirigida ao atendimento da demanda insatisfeita por importações das classes de mais alta renda.” (TAVARES, 1983, p. 48). Esta primeira fase se caracterizou, sobretudo, pela substituição dos bens não duráveis de consumo.

Particularmente, no Brasil o desenvolvimento fabril avançou até as categorias de bens de consumo duráveis, produtos intermediários e bens de capital. Nesse sentido, o progresso industrial é evidenciado pelo Recenseamento Geral de 1920. Comentando este quadro, afirmou Lima (1970) que, em relação ao Censo de 1907, houve um acréscimo de 325% para os estabelecimentos industriais, 210% para o capital empregado, 96,9% para o número de operário e 334,8% para o valor da produção. O Brasil chegou ao fim da penúltima década da Primeira República com 13.569 estabelecimentos industriais utilizando a força de trabalho de 293.673 operários. São Paulo, seguido da capital da República, tornaram-se os centros industriais do país.

Desde a implantação da Tarifa Alves Branco, em 1844, até 1914, quando eclodiu a guerra, a indústria nacional não obteve uma tarifa verdadeiramente protecionista que pudesse compor um cenário mais favorável à produção nacional. Entretanto, o governo sempre recorreu a outras medidas para satisfazer a indústria nacional. De acordo com Luz (1975), durante as duas primeiras décadas republicanas, as ações governamentais em prol dos industriais eram pleiteadas em nome do nacionalismo econômico. Embora o caráter nacionalista estivesse amparado por conceitos de apelo patriótico, emancipação econômica do país, melhoria das condições de vida do povo, entre outros, o principal argumento em defesa do desenvolvimento industrial era conseguir atingir o equilíbrio da balança de pagamentos. Para isso, não foram negadas medidas como, concessões de isenção de direitos de importação para os bens de capital, isenções de impostos, empréstimos e, até mesmo, em alguns casos, certa proteção alfandegária.

No bojo desse processo emergiu uma concepção sobre o desenvolvimento fabril que pretendia ir além de pleitear medidas de amparo à indústria nacional. A necessidade de estabelecer um controle mais racional das relações de produção e de resolver a questão social, representada pelas greves operárias, levou a burguesia industrial a incorporar novas técnicas de organização do processo produtivo. O principal protagonista e idealizador desse processo foi o líder da burguesia industrial paulista Roberto Cochrane Simonsen.

Simonsen é considerado o patrono da indústria moderna brasileira, nasceu em 1889 e morreu em 1948. Estudou engenharia, associou-se com alguns amigos e fundou a Companhia Construtora de Santos, em 1912. Foi nesta empresa que pôde refletir sobre as causas que originavam as desigualdades e desentendimentos entre patrões e empregados. O resultado de suas conjecturas sobre tal questão foi a implantação na indústria nacional dos “métodos da organização racional do trabalho e as comissões paritárias entre empregados e empregadores, para a solução dos conflitos que surgissem” (LIMA, 1976, p.157). Em outros termos, Simonsen foi o responsável pela introdução no Brasil das práticas tayloristas de exploração do trabalho, visando extrair o máximo de rendimento da produção.

A análise de Simonsen sobre o modo como os empresários organizavam as relações sociais de produção apontava à ausência de racionalidade nos métodos empregados. Portanto, segundo o referido autor, as desigualdades e desentendimentos entre patrões e empregados não são oriundos das contradições intrínsecas ao sistema capitalista, associado a mecanismos estatais e políticos que criam condições para permitir a exploração do trabalho, ao contrário, e não poderia ser de outro modo, na perspectiva de Simonsen tais problemas ocorrem devido à falta de utilização de métodos racionais que possam regular tanto o trabalho como a relação

entre patrões e operários. Em 1919, redigiu um relatório à Companhia Construtora de Santos abordando essa questão:

O maior problema que tem diante de si os engenheiros e os administradores da época atual é incontestavelmente a utilização econômica do trabalho. A indústria moderna tem evoluído, como tudo. Os industriais de hoje têm de abandonar os moldes antigos para considerar como uma força nova, existente realmente, o deslocamento do operário; e proporcionar com desassombro, a justa remuneração ao trabalho, se não quiserem assistir ao entravamento da produção pela tentativa de decisão deste problema, erradamente, por vias políticas, quando poderia ser resolvido, com acerto, por vias econômicas. A política da classe operária tem sido baseada na limitação da produção e na ilimitação de salários; ora, colocando-se em ponto de vista diametralmente oposto, dá-se o choque dos interesses, assim estabelecidos como contrários, resultando a gigantesca luta que estamos presenciando o mundo industrial, e que está assumindo gravíssima feição de guerra de classes. Entretanto, na verdade, esse antagonismo violento não se justifica, e só é explicado por procurarem as duas classes, a todo transe, resultados imediatos, em detrimento dos verdadeiros interesses de toda a sociedade. De fato, o que o patrão procura é pagar o menos possível por unidade de produção, e o que o operário visa é ser o mais remunerado possível por unidade de tempo; daí a viabilidade em ser obtida uma solução harmônica dos interesses das classes por investigações científicas das condições reais de trabalho e pela aplicação inteligente das leis econômicas que regem a produção. Foram os atrasados sistemas de paga e a má orientação dos patrões que mais concorreram para que os trabalhadores se organizassem em feição de classe. As classes patronais nos velhos países industriais, salvos raras exceções, trataram sempre os operários como se estes constituíssem uma massa única, não individualizando competências, e que se buscava no mercado com menos atenção que a matéria-prima, levando-os assim, naturalmente, a se unirem em partido para obterem melhoria em remuneração e tratamento. Instalavam-se as indústrias com cuidados especiais de locação, com estudados detalhes de construção, e com a apurada montagem de maquinismos; organizavam-se aperfeiçoadas formas de escrituração; completos laboratórios para exames da matéria-prima e produtos manufaturados; e, no entanto, na exploração dessas indústrias, não conseguiam o aproveitamento eficiente da mão-de-obra por não saberem promover, inteligentemente, a cordial cooperação dos empregados, interessando-os na produção. (SIMONSEN, 1973 p. 438-439).

Apesar de extensa, a citação do excerto acima é justificada por evidenciar a emergência de uma nova concepção ideológica sobre o ambiente fabril e seus desdobramentos sociais. Adepto do taylorismo, Simonsen foi o precursor da utilização dos métodos de racionalização do trabalho entre os industriais brasileiros. Além disso, suas preocupações eram revestidas de um caráter social e universal, pois se colocava em defesa “dos verdadeiros interesses de toda a sociedade”. Em 1916, organizou uma junta de conciliação entre patrões e empregados, visando evitar o “entravamento da produção” e a solução por “vias políticas” do problema, daí o caráter não oficial e caseiro da junta conciliativa. Evidentemente, tratava-se de um recurso para conter os avanços sociais que implicavam a criação de uma legislação trabalhista. A “justa remuneração” seria responsável pela individualização das competências do operário, “interessando-o diretamente na produção, tornando-o um fator crescente da

riqueza e incorporando-o na sociedade, por meios econômicos, já que dela foi afastado por erros econômicos.” (SIMONSEN, 1973, p. 439-0)

Gramsci ao analisar a questão dos altos salários ressaltou seu conteúdo ideológico para superar os obstáculos de adaptação aos novos métodos de produção, sendo objetivados pelos industriais como uma solução alternativa aos métodos coercitivos:

É óbvio pensar que os chamados altos salários são uma forma transitória de retribuição. A adaptação aos novos métodos de produção e de trabalho não pode ocorrer apenas através da coação social: este é um “preconceito” muito difundido na Europa (e especialmente no Japão), onde não tardará a provocar consequências graves para a saúde física e psíquica dos trabalhadores, “peconceito” que, de resto, tem sua base tão somente no desemprego endêmico surgido no após-guerra. Se a situação fosse “normal”, o aparelho de coerção necessário para obter o resultado desejado custaria mais do que os altos salários. Por isso, a coerção deve ser sabiamente combinada com a persuasão e o consenso, e isto pode ser obtido, nas formas próprias de uma determinada sociedade, por meio de uma maior retribuição, que permita um determinado padrão de vida, capaz de manter e reintegrar as forças desgastadas pelo novo tipo de esforço. (Gramsci, 2001 p. 272-273).

A burguesia industrial até a década de 1920, formada sob os princípios do liberalismo ortodoxo empregado desde a fundação da República, combateu veementemente a implantação de uma legislação trabalhista. Entretanto, houve uma mudança substancial nesse contexto em um curto período. Segundo Vianna (1976) em apenas dez anos ocorreu um deslocamento do ultraliberalismo ao corporativismo.

[...] no curto espaço de uma década, a posição da burguesia industrial vai conhecer três grandes variações diante da legislação do trabalho. Nos anos pré-30, se caracterizará por extremado liberalismo, de tipo fordista, hostilizando as tentativas de formulação e/ou ampliação das leis sociais. Essa etapa se prolongará até os dois primeiros anos do governo provisório, mantendo nos industriais acesa a polêmica com o Estado, embora tenham abandonado a esta altura seu antigo discurso liberal. A segunda, modulação entre duas posições extremadas, será a da incorporação consentida da legislação por parte dos empresários. A alteração no seu comportamento não importará, contudo, em eliminação com os conflitos com o Estado, que persistem em questões de aplicação da lei e sobre sua oportunidade. A última corresponde à sua franca identificação com o chamado direito social, quando a estrutura corporativa sindical se constitui no projeto consensual das elites e classes dominantes. [...] (VIANNA, 1989, p. 63)

Todavia, apesar de expressar a resistência dos industriais em relação à implantação de uma legislação trabalhista, a posição de Simonsen denota principalmente a consciência da necessidade de recorrer a novos mecanismos reguladores das relações sociais de produção para garantir, tanto o aprimoramento da produtividade, quanto a permanência do *status quo*. É nesse âmbito que o referido autor e intelectual da burguesia industrial advogou em prol da ciência e da tecnologia. Portanto, para o líder da burguesia paulista, somente por meio da

ciência seria possível superar nossos problemas estruturais, tanto na esfera produtiva, quanto nas questões sociais. O argumento de Simonsen é simples: com o desenvolvimento produtivo, se elevaria a renda nacional e atingiríamos o desenvolvimento social, que, por sua vez, também deveria ser objeto de análise científica para organizar racionalmente as forças produtivas. Daí o papel preponderante do engenheiro e do técnico na articulação do desenvolvimento industrial e social, racionalizando e integrando as estruturas privada e estatal.

A partir do final dos anos de 1920, a importância dada à ciência e a técnica em suas primeiras experiências de organização científica do trabalho consubstanciaram um elemento central do pensamento de Simonsen, uma vez que tal valorização dos pressupostos científicos também será utilizada para justificar o planejamento econômico nas décadas posteriores. Nesse sentido, evidencia-se a dimensão e o caráter positivista de sua abordagem, cujos pressupostos progressistas fundamentam uma visão determinista e hierarquizada da sociedade.

Não cultivemos a ilusão de uma possível igualdade social e material entre os homens. A hierarquia social, que se estabelece em função da capacidade dos valores individuais, nunca poderá desaparecer, em harmonia, aliás, com tudo quanto se observa na natureza. [...] Essa hierarquia, que quase se apresenta como necessária, nas sociedades, para a formação de sua própria estrutura, não implica, a ausência de uma rigorosa justiça social, o desconhecimento da paridade entre os homens perante a lei e sob o ponto de vista antropológico, e quanto ao conceito de dignidade, dos direitos políticos e dos sentimentos religiosos. (SIMONSEN, 1973 p. 465)

O contexto do pós-guerra, a greve geral de 1917, que também paralisou a Construtora de Santos (companhia de Simonsen), e a necessidade de ampliar o apoio político para manter o desenvolvimento industrial constituíram o contexto histórico que norteou o pensamento de Simonsen. Desse modo, o discurso da organização científica do trabalho visava propor soluções para os problemas de determinada época e determinada classe social, ou seja, buscava o desenvolvimento da nação por meio da industrialização, respondendo às necessidades de crescimento da burguesia industrial nacional.

[...] o discurso da organização científica do trabalho cumpria três funções. A primeira era convencer os intelectuais, políticos e industrial da necessidade de mudanças nos métodos de organização da administração e da produção. A segunda era munir a indústria de formas racionais de organização que permitissem uma produção sem entraves para a nova realidade que se abria no pós-guerra, em que a concorrência estava em franca ascensão, E, por fim, o que não significa ser de menor importância, a racionalização da produção significava mudanças na forma de controle social. (MAZA, 2004, p. 94)

Nesse sentido, Simonsen rompeu com os limites do mero protecionismo econômico como fundamento de amparo e estímulo ao desenvolvimento industrial. Amparado em pressupostos positivistas, defendeu a necessidade da organização científica do trabalho, ressaltando a importância da técnica, tecnologia e ciência para o processo de industrialização. Vinculou o desenvolvimento da nação ao desenvolvimento industrial, uma vez que somente por meio deste se conseguiria elevar o padrão de vida nacional. Tais elementos já representavam os pressupostos teóricos fundamentais que estruturariam as ideias de Simonsen sobre o planejamento econômico na década de 1940. “Assim, a racionalização do trabalho e a ideia de planejamento ‘são os dois pontos-chaves’ da contribuição de Simonsen, ‘elementos fundamentais de seu pensamento, que fogem totalmente à tradição anterior’ (MAZA, 2004, p.225).

O censo de 1920 apresentou dados que confirmaram a nova realidade da produção nacional, ou seja, a indústria havia atingido um patamar considerável para a manutenção do equilíbrio econômico e social brasileiro. Sendo assim, a relevância da produção industrial à contribuição fiscal e, sobretudo, o contingente de operários empregados na atividade fabril exigiram transformações na estrutura jurídica, política e econômica nacional, de tal modo que durante a década 1920 ocorreria um processo de reorganização das classes dominantes. Logo, corrobora-se que o aparecimento do PCB “se dá num momento particularmente agudo de lutas políticas, profundas transformações econômicas e grande efervescência cultural” (VINHAS, 1982, p. 5). Este processo culminou na Revolução de 1930, cujos desdobramentos políticos e econômicos refletiram de modo determinante na próxima etapa do desenvolvimento industrial brasileiro.

1.2 - Heitor Ferreira Lima e o PCB: formação inicial, Escola Leninista e planejamento econômico.

Oriundo de Corumbá-MS, chegou ao Rio de Janeiro em agosto de 1922, mesmo ano da fundação do PCB, da realização da Semana de Arte Moderna e da Revolta dos 18 do forte. Heitor Ferreira Lima contava com dezessete anos e havia aprendido o ofício de ajudante de alfaiate, o que lhe possibilitou conseguir trabalho no ramo. No Rio de Janeiro, havia um oficial da marinha, antigo conhecido de Lima, que lhe orientou a matricular-se em um curso noturno e concluir os estudos preparatórios. O contato com o tenente Lucas introduziu em seu universo intelectual temas que versavam sobre a política nacional, internacional, bem como os desdobramentos econômicos inerentes a tais questões. Até então, os interesses políticos e

sociais de Lima não passavam de mera simpatia por ideias anarquistas que havia recebido de suas leituras provenientes de jornais e revistas da época. Em 1923, por recomendação do tenente Lucas, procurou Octávio Brandão e, por influência deste, conheceu Aristides Lobo e Astrojildo Pereira, este último o aconselhou a entrar para o sindicato de sua categoria, a União dos Alfaiates. Desse modo, iniciou em sua vida um longo período de militância sindical e de exclusiva dedicação ao PCB e a causa operária.

Segundo Astrojildo Pereira (1979), apesar de existir uma circunscrita insuficiência teórica do anarco-sindicalismo, as lutas precedentes a década de 1920 haviam proporcionado um amadurecimento político da classe operária que culminaria no surgimento do Partido Comunista. Ao mesmo tempo, também assinalava a transição para um novo período do movimento operário, cuja principal característica seria a assimilação do seu papel histórico de classe diante da revolução social e nacional em andamento. Nesse sentido, a fundação do PCB representou a compreensão de que a luta do proletariado não deveria ser restrita apenas a esfera econômica e, portanto, seria necessário abranger o âmbito político.

“No campo da atividade sindical, ao contrário das correntes anarco-sindicalistas, cooperativistas e socialistas (denominados *amarelos*), os comunistas dão enfoque ao caráter político dos sindicatos, não deixando de lado o sentido reivindicatório de classes. Esta ação apresenta características próprias, inovadoras para a época e obtém bons resultados. [...] (CARONE, 1982, p.4)

O I Congresso do PCB, ocorreu entre os dias 25 e 27 do mês de março. As duas primeiras reuniões foram realizadas no Rio de Janeiro, a última em Niterói. Nelas compareceram 9 delegados representando 73 membros. Nas reuniões foram examinadas as 21 condições de admissão para a Internacional Comunista (IC), todas foram aceitas por unanimidade; discussão a aprovação dos estatutos do Partido; eleição do Comissão Central Executiva (CCE), Abílio de Nequete, representante do Grupo Comunista de Porto Alegre, foi eleito secretário-geral, no entanto, renunciaria ao cargo em julho e, depois da desistência de Cristiano Cordeiro, a secretaria-geral foi assumida por Astrojildo Pereira, principal articulador da reunião e representante do Rio de Janeiro.

O momento em que Heitor Ferreira Lima se tornou membro do PCB, novembro de 1923, coincidiu com uma situação de refluxo e cisão das atividades sindicais, devido as recentes lutas e deportações dos principais líderes estrangeiros, além da situação de ilegalidade e clandestinidade partidária imposta pelo estado de sítio do governo de Arthur

Bernardes. Os sindicatos permaneciam fragmentados em três linhas de orientação: anarquistas, reformistas e comunistas.

A dedicação e engajamento de Heitor Ferreira Lima em relação às atividades sindicais lhe proporcionaram a confiança dos colegas de ofício e também dos membros do PCB, de tal modo que seus escritos ganharam espaço nos jornais e periódicos do movimento operário. Colaborava com o jornal mensal *O Alfaiate*. Neste periódico podemos observar a influência da Revolução Russa na concepção sindical nacional, ressaltada pela consciência da insuficiente organização do proletariado, bem como a importância do partido para atingir às aspirações do movimento operário.

Sobre a influência russa e a necessidade de organização dos operários, Lima escreve em maio de 1925 em *O Alfaiate*:

E não são apenas os trabalhadores russos que têm a cumprir uma missão histórica, nós também a temos e, conosco, o proletariado do mundo. Esta missão do proletariado consiste em “realizar as formas de vida superior que a sociedade actual, por seu mesmo desenvolvimento econômico, torna absolutamente impossível”, isto é, “uma série de processos históricos, por meio dos quaes os homens, do mesmo modo que a sociedade, serão completamente transformados”. Tal obra, torna-se difícil, senão impossível, com trabalhadores desorganizados como os do Brasil. E nós, alfaiates, que constituímos uma pequena parte desse imenso todo, devemos muito bem vêr que muito aquém estamos da solidez orgânica necessária. (apud DEL ROIO; PINHEIRO, 1990c, p. 82)

Posteriormente, no mesmo periódico, ele ressaltou a importância da articulação política entre o sindicato e o partido:

Um sindicato bem organizado (grande número de associados e consciência syndical) e uma direção capaz (camaradas dispostos à luta e de tino administrativo) imperiam ao patronato a vontade de seus associados “*ipso facto*”, as aspirações da collectividade. Assim como devemos manter um partido operário para defesa da nossa politica (legalidade syndical, direito de greve, liberdade para a propaganda dos idéaes proletários, etc.) com muito mais razão devemos manter o sindicato que nos defende economicamente, máxime sabendo que a questão econômica é uma das questões fundamentaes da sociedade. (apud DEL ROIO; PINHEIRO, 1990c, p. 88)

Neste último excerto já é possível notar uma característica axial utilizada nos escritos posteriores de Heitor Ferreira Lima: a relevância da estrutura econômica para a compreensão da sociedade e, conseqüentemente, o planejamento das ações voltadas ao desenvolvimento do sistema produtivo.

Na União dos Alfaiates, ocupou diversas funções e, em meados de 1924, substituiu o 2º Tesoureiro, a partir daí ascendeu gradativamente às funções do sindicato, sendo eleito ao cargo de Secretário Geral em 1927. Nesse momento, a União dos Alfaiates havia passado por

um processo de reestruturação, buscando homogeneidade a partir de uma base industrial. Desse modo houve a fusão com a categoria dos tintureiros, formando-se a União dos Alfaiates e Classes Anexas. Nesse sentido, podemos ressaltar a consonância do sindicato com as aspirações de organização do PCB, uma vez que “os comunistas intensificaram sua atuação dentro dos sindicatos operários, através de líderes sindicais que haviam aderido ao Partido. Em aplicação da linha partidária, os comunistas batiam-se pela unidade sindical, independente de diferenças ideológicas e políticas” (PEREIRA, 1979, p. 78). Com certeza, Lima exerceu importante papel no processo de articulação de interesses sindicais e partidários. Entretanto, devido o envolvimento com as obrigações do sindicato, sua atuação no PCB restringiu-se a participação das reuniões da Comissão Central Executiva (CCE) e a colaboração com o envio de alguns artigos. Apesar de a situação exigir maior empenho às atividades do sindicado, havia intenso contato com os membros do partido, principalmente Astrojildo Pereira.

Não obstante a insuficiência teórica existente no movimento operário. Podemos dizer que “a cultura marxista de inspiração leniniana, que apenas começava a surgir e a se desenvolver na formação social brasileira, através de alguns *insights* de Astrojildo Pereira, Octávio Brandão e Cristiano Cordeiro, conseguiu captar a importância da questão democrática” (DEL ROIO, 1990a, p.13). Nesse sentido, é que a constituição da unidade sindical, desde os primórdios do PCB, já era um prenúncio da consciência sobre a necessidade de haver uma política de alianças capaz de constituir o movimento operário como protagonista dentro do processo de crise e desagregação da ordem oligárquica. Assim sendo, o ponto divergente dos comunistas em relação à orientação anarquista estava no combate ao *sectarismo*, causa principal do isolamento e inconsistência do movimento operário.

Sobre a independência teórica, empregada pela linha política desenvolvida pelos comunistas brasileiros até meados de 1928, pode se afirmar que tal fato se justifica devido a débil influência da Internacional Comunista (IC) no Partido em referido período. A primeira tentativa do PCB de estabelecer-se como Seção Brasileira da IC ocorreu, ainda em 1922, durante a realização do IV Congresso da IC em Moscou. Porém, as posições anarquistas defendidas pelo representante brasileiro, Antônio Bernardo Canellas, culminaram na recusa a inclusão do PCB nos quadros da IC. Segundo Lima (1982), somente depois de um representante da IC vir ao Brasil analisar a situação do PCB é que Astrojildo Pereira, em viagem a Moscou, em janeiro de 1924, conseguiu o reconhecimento do PCB como seção brasileira da IC.

Devido às obrigações sindicais, Lima não podia dedicar-se com afinco aos estudos convencionais que inicialmente havia planejado. Por isso, em 1927, manifestou interesse na

possibilidade de estudar em Moscou. No mês de agosto, durante uma reunião da CCE, recebeu a notícia de que havia sido escolhido para representar o PCB na comemoração do 10º aniversário da Revolução Russa e estudar na Escola Leninista Internacional, criada no ano anterior (LIMA, 1982). Chegou a Moscou em nove de novembro do mesmo ano, foi recebido por um dirigente comunista argentino, Vittorio Codovilla, e por uma moça, mulher de Stepanov (militante búlgaro), ambos eram membros do Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista (SSA-IC). Portanto, “mais uma fronteira se abria para o jovem Heitor Ferreira Lima, que, mesmo não tendo consciência (nem poderia ter), se transformava em importante elo internacional do grupo dirigente do PCB em gestação, quase todo ele originário da classe operária e artesã” DEL ROIO (1990a, p. 43). O contexto que envolve a escolha de Lima é narrado por Leôncio Basbaum, membro da CCE e representante da Juventude Comunista (JC):

No mês de agosto, em que foi fechado *A Nação*, escrevemos para Moscou, sede do KIM (Internacional Comunista da Juventude) comunicando a fundação da JBC e solicitando adesão à mesma, da nossa organização. Um dia chega a resposta e, ao mesmo tempo, ofereciam uma bolsa de estudos para a Escola Leninista, que então fora fundada, a um jovem operário, pertencente, é claro, a JCB. Depois de muitos debates nossa escolha recaiu sobre um alfaiate chamado Heitor Ferreira Lima, de 21 anos, por nos parecer inteligente e sério, além de ser um militante ativo no seu sindicato, o que era, para nós, ponto de honra e decisivo. É verdade que alfaiate não era uma profissão das que os comunistas mais apreciavam, por não ser a alfaiataria uma “indústria básica”. Sempre havíamos preferido metalúrgico, ferroviário, marítimos, e outras dessa ordem. Mas assim mesmo mandamos Heitor, com boas recomendações. Na verdade, ele não nos desiludiu, ao contrário de muitos que mandamos depois, os quais voltavam com a cabeça entupida de conhecimentos não assimilados, olhando os demais com superioridade. (Basbaum. L., 1976 p.49-0)

O excerto acima retrata um contexto peculiar em torno da questão de identidade partidária e, portanto, importante para a compreensão da concepção de representatividade utilizada pelos comunistas brasileiros. Ao narrar às circunstâncias que envolveram a escolha de Lima, não obstante a sua dedicação e merecimento, Basbaum fez questão de ressaltar a existência de distinções e, conseqüentemente, preferências em relação às profissões mais apreciadas pelos membros do partido para compor seus quadros de representantes. Nesse sentido, segundo afirmação do próprio Astrojildo, a linha política pela qual os comunistas vinham “se batendo”, mesmo estando centrada na unidade sindical era composta por pressupostos hierárquicos e *sectários*, uma vez que valorizava mais os operários oriundos da indústria. Sendo assim, pode-se cogitar que tal contexto era reflexo de um comportamento proselitista comum aos membros do PCB. Leôncio Basbaum afirmou de forma categórica a existência de tal comportamento entre os membros do PCB, inclusive admitiu ter sido

acometido “do mesmo mal que atacava a todos os que ingressavam no Partido: uma espécie de sectarismo que nos tornava em criaturas alcançadas pela graça divina e nos fazia encarar todos os seres-humanos não comunistas como infelizes que ainda não haviam descoberto a verdade” (BASBAUM, 1976, p. 41).

Independentemente das circunstâncias adversas que permearam a escolha de Lima, o reconhecimento de sua militância nas atividades sindicais, além das recomendações a seu respeito, foram fatores determinantes para superar o sectarismo existente entre os membros do partido. Sendo assim, embarcou em outubro do mesmo ano e conseguiu estar em Moscou a tempo de poder participar de eventos comemorativos do 10º aniversário da Revolução Russa.

Nessa ocasião, Lima também participou do Congresso Internacional dos Amigos da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), tendo a oportunidade de conhecer as principais figuras do PC russo. No final, pôde assistir uma palestra de Nikolai Bukharin. Naquele momento, Bukhárin teceu comentários sobre as tendências oposicionistas no partido e justificava a expulsão de alguns chefes do Birô Político, dentre eles: Trotski, Zinoviev e Kamenev. No fim do congresso, acabou participando da criação da Confederação Sindical Latino-Americana (CSLA), tal entidade visava unir as forças revolucionárias desarticuladas nos diversos países da América Latina. A seguir, uma parte da resolução assinada pelos delegados que fizeram parte deste ato de criação da CSLA:

[...] Decidimos unanimemente: Proceder em todos os países da América Latina a preparativos para unificar os sindicatos de classe na luta contra o imperialismo dos Estados Unidos, contra a imperialista Federação Pan-americana do Trabalho, contra a ofensiva da burguesia indígena, pelos estabelecimentos de laços fraternais estreitos com o movimento operário internacional, pela constituição de uma Internacional única de classe, agrupando os sindicatos de todos os países, para a luta em comum contra as guerras imperialistas e pela emancipação integral dos trabalhadores. (LIMA, 1982, pp. 78-9)

Em meados de dezembro foi levado à Escola Leninista Internacional, situada no centro de Moscou. A escola era uma dependência do Instituto Marx e Engels e pertencia à IC, o nome de Bukharin aparecia como diretor, mas quem dirigia efetivamente a escola era Kirsánova, esposa de um membro do Comitê Central do PC soviético. O programa escolar ministrado era o mesmo para todos, ofertado em quatro idiomas: o russo, o alemão, o inglês e o francês. Lima ficou no setor francês. As matérias abordadas no curso eram: *O Capital* de Marx; História Universal, a partir da Revolução Francesa; história do movimento operário internacional, desde os cartistas ingleses; História da Revolução e do Partido Comunista russos; Filosofia; Estruturas de organização e funcionamento do Partido; Língua russa. Além

das disciplinas, também teve instruções militares, recebeu conhecimentos técnicos que vão desde a montagem de metralhadoras até estudos teóricos sobre como organizar um estado-maior militar, medidas de proteção na marcha de um exército, etc.

Durante o período que esteve realizando seus estudos, também teve a oportunidade de conhecer e trabalhar em uma fábrica russa. Esta situação o colocou em contato direto com a estrutura do I Plano Quinquenal, em plena execução naquele momento. No fim do curso, produziu uma tese sobre a questão agrária no Brasil. Para tal, utilizou como dados estatísticos o Recenseamento Geral de 1920 e, como embasamento teórico, as obras de Lênin que abordavam o assunto. Segundo Lima (1982), esta foi, talvez, sua primeira tentativa de análise marxista.

A Escola Leninista representou a consolidação de sua formação. Além dos conteúdos de economia política, filosofia, história moderna, aprendizado do francês, enfim, de todos os conhecimentos teóricos e práticos do curso, havia o contato diário com colegas de diversas nacionalidades, o que lhe permitia adquirir uma visão menos distorcida da situação de outros países. Também pôde, mesmo que de vista, conhecer os principais líderes russos, como Stalin, Bukharin, Rikov, Molotov, entre outros.

[...] Diante da pouca consistência do ambiente cultural que permeava movimento operário do Brasil, pode-se dizer que foi na URSS que Heitor Ferreira Lima cumpriu o seu “curso superior”. Ali pôde estudar história contemporânea e economia política do capitalismo, assim como ler textos de Marx e dos bolcheviques. Quando chegou a Moscou, Trotski já havia sido marginalizado, e a luta entre Bukharin e Stalin ainda não havia se tornado aberta. Bukharin era o nome de maior relevância na Internacional Comunista naquele momento e, decerto, referência importante para Heitor Ferreira Lima, tal como Astrojildo Pereira, o principal dirigente do PCB. (DEL ROIO, 2014, p. 28)

Sendo assim, pode-se dizer que Heitor Ferreira Lima frequentou a Escola Leninista em um momento que coincidiu com a consolidação do processo de fusão do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) com o Estado. A ascensão de Stálin, desde 1922, quando assumiu o cargo de secretário geral do partido, culminou na evolução da burocratização do partido comunista e do Estado soviético. Lenin havia alertado sobre os perigos do avanço da burocratização e recomendou em sua carta-testamento o afastamento de Stálin da secretaria-geral. Porém, com a morte de Lenin em 1924, os desdobramentos da burocratização consubstanciaram-se na centralização do poder sob a figura de Stálin. Destarte, as consequências desse processo foram o fim do debate democrático, o encerramento da Nova Política Econômica (NEP) em 1928, colocada em execução desde 1921, e a aplicação do primeiro plano quinquenal.

Considera-se que tal experiência foi de suma importância para a formação da visão de Brasil que Lima irá desenvolver a partir da década de 1940. A valorização da técnica e do planejamento perpassou de modo sistemático sua concepção de industrialização, atuando como elemento central em sua análise do desenvolvimento econômico nacional. Nesse sentido, o contato direto com a planificação econômica russa, proporcionou a Lima o reconhecimento da importância da racionalização do trabalho no desenvolvimento industrial e da industrialização como meta principal para melhorar o nível de vida dos trabalhadores, sendo imprescindível para a construção do socialismo. Astrojildo Pereira, que também esteve na URSS nesse período, analogamente, ressaltou a importância desses elementos em seu livro *URSS, ITÁLIA, BRASIL*, publicado em 1934.

1.3 – A industrialização como uma etapa da revolução brasileira: o modelo democrático-burguês

Em 1925, realizou-se no Rio de Janeiro o II Congresso do PCB, de 16 a 18 de maio. As teses que Astrojildo Pereira apresentou no Congresso tiveram como principal subsídio teórico o livro *Agrarismo e industrialismo* de Octávio Brandão, escrito em 1924 e publicado em 1926 sob o pseudônimo de Fritz Mayer. Tanto o livro, quanto as teses, tratavam-se da primeira tentativa sistemática de análise da formação social brasileira à luz do marxismo.

Escrito enquanto se desenrolava o segundo levante tenentista, o livro de Brandão trazia o subtítulo “ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil”. Ao utilizar pela primeira vez a expressão “marxista-leninista”, “Brandão antecipou-se a uma inovação ideológica que refletia o imenso impacto da revolução socialista russa e o reconhecimento da decisiva importância de Lenin, seu principal dirigente” (MORAES, 2014, p. 18). A tese principal de sua análise se assentava na contradição entre os interesses agrários e os industriais, estes apoiados pelo imperialismo americano, enquanto que os primeiros eram apoiados pelo imperialismo inglês. Portanto, “são dois mundos que se chocam: o feudalismo e o industrialismo despedaçará o feudalismo. E o comunismo despedaçará o industrialismo burguês” (Fritz Mayer, *Agrarismo e Industrialismo*)¹.

Segundo a análise de Brandão, as duas revoltas militares de 1922 e 1924 eram interpretadas como etapas da revolução democrático-pequeno-burguesa desencadeada em um país semicolonial em determinada fase do capitalismo imperialista. “*Agrarismo e*

¹ In: CARONE, E. *O PCB (1922-1943)*. São Paulo: Difel, 1982, v. 1, p. 256-263.

Industrialismo preconizava a terceira revolta e a frente única do proletariado, da pequena burguesia urbana e da grande burguesia industrial, contra o imperialismo e o governo dos grandes proprietários rurais feudais” (BRANDÃO, 1978, p.297-8).

As teses sobre a situação política nacional baseavam-se na concepção dualista “agrarismo-industrialismo”, dominante na direção do Partido. Fala-se aí em luta entre o capitalismo agrário semifeudal e o capitalismo industrial moderno, como sendo a contradição fundamental da sociedade brasileira após a República. Partindo de tais concepções, que resultavam de um aplicação mecânica e arbitrária do método dialético na análise da situação brasileira, os movimentos que desembocaram no 5 de julho de 1922 e no 5 de julho de 1924 são simplesmente enquadrados no esquema “agrarismo-industrialismo”, e dentro desse enquadramento isolados no contexto vivo da situação política. (PEREIRA, 1979, p. 92)

As teses do II Congresso do PCB preconizavam o desenrolar de uma terceira revolta. Nesta etapa, o proletariado deveria aliar-se as forças revolucionárias democráticas, e, portanto, de acordo com a concepção dualista, além dos militares revoltosos, estabelecer alianças com a pequena e grande burguesia industrial. De acordo com esses elementos, dentro da perspectiva revolucionária assumida pelo PCB, estava implícito o avanço das forças produtivas modernas, isto é, o desenvolvimento da industrialização como uma etapa do processo revolucionário. Daí o caráter democrático-burguês dos elementos revolucionários em contradição com o “agrarismo semifeudal” dos elementos conservadores inerentes à predominância da oligarquia rural. Convém ressaltar que a concepção sobre o caráter semifeudal das forças produtivas nacionais, fundamentada pelo domínio econômico e político da oligarquia agrária, também era compartilhada pela burguesia industrial, principalmente por Simonsen.

Terminada a marcha tenentista, o PCB experimentaria alguns meses de legalidade com o fim do estado de sítio, em janeiro de 1927. No entanto, durante seu mandato presidencial, o ex-presidente paulista Washington Luís decretou outro dispositivo autoritário para restringir as liberdades políticas da classe operária e conter novos levantes militares. Em agosto era decretada a lei Anibal de Toledo, alcunhada de Lei Celerada. Octávio Brandão, em seu livro de memórias, narrou o contexto de interesses envolvidos na aprovação da respectiva lei.

Em 1927, o governo Washington Luis, pediu um empréstimo aos bancos ingleses. Estes exigiram “garantias”. O governo enviou ao Parlamento o projeto de uma lei profundamente reacionária, que recebeu o nome de lei celerada. O projeto foi apresentado pelo deputado Aníbal de Toledo, politiqueiro ligado aos latifundiários do Mato Grosso. Ele declarou basear-se nas informações da polícia inglesa sobre o PCB. Assim, sem querer, denunciou a origem do projeto. Apresentou nossos

folhetos como “prova”. Atacou o *Abecedário dos Trabalhadores*² como um perigo. [...] O PCB, a fim de combater a lei celerada, aliou-se aos partidos e políticos da oposição. Criou o Núcleo de Defesa dos Direitos Constitucionais, organização de frente única e de combate. [...] A batalha contra a lei celerada foi memorável. O imperialismo inglês e o governo do Brasil impuseram a aprovação da lei. A maioria do Parlamento curvou-se, servilmente. O jornal *A Nação* bateu-se corajosamente. Foi fechado por decisão do PCB, a 11 de agosto de 1927, a fim de não ser fechado pelo governo, baseado na nova “lei”. (BRANDÃO, 1978, p. 335-6)

Durante o interstício de legalidade, o periódico *A Nação*³ foi utilizado para colocar em prática a linha política de criação de uma frente única eleitoral. A CCE do PCB publicou no respectivo jornal *A Nação*, no dia 5 de janeiro, um documento intitulado de “Carta Aberta”. Neste documento, os comunistas convocavam todos os representantes do proletariado para a formação do Bloco Operário, cuja organização justificava-se pela necessidade de haver homogeneidade à representação política do proletariado. Logo, o manifesto “propunha a participação nas próximas eleições que interessavam sobremaneira ao proletariado, sendo que pela primeira vez o operariado teria a possibilidade de uma ‘intervenção direta e independente’ no pleito” (SEGATTO, 1989, p. 31).

Enquanto o PCB retornava à condição de ilegalidade, a burguesia industrial paulista fundava o Centro de Indústria do Estado de São Paulo (CIESP)⁴, em 1928. Roberto Simonsen foi um dos fundadores dessa entidade que surgiu da cisão da Associação Comercial de São Paulo⁵. No momento de sua fundação Simonsen pronunciou o discurso inaugural intitulado *Orientação Industrial Brasileira*.

O discurso de Simonsen, nesta ocasião explicita um projeto de industrialização do país sob a hegemonia da burguesia industrial. O que Simonsen busca fazer, ao enunciar os pressupostos desse projeto político, é ultrapassar o âmbito de sua classe,

² Escrito por Octávio Brandão em 1924. É o primeiro de um conjunto de três folhetos, compostos por oito páginas em linguagem acessível às grandes massas. A principal finalidade era a popularização e conhecimento dos conceitos básicos da luta de classes. Os dois primeiros tiveram uma tiragem de 10 mil exemplares, sendo que 8 mil foram apreendidos pela polícia política do governo de Arthur Bernardes.

³ Leônidas de Rezende é positivista e dono de *A Nação* e durante os anos de estado de sítio (praticamente de 1922 a 1926) ele é perseguido. Nos fins de 1926 procura a direção do PCB e diz ter se convertido ao comunismo que cederia sua folha ao partido. Pela primeira vez o PCB terá um grande veículo de comunicação de massa, o que irá projetá-lo de maneira ampla. (CARONE, 1982, p. 5)

⁴ Nos anos 1930, devido à estrutura sindical criada por Vargas que estabelecia uma organização sindical fundamentada em associações de classe, federações estaduais e confederações, o CIESP teve o seu nome alterado para Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). No ano de 1939, os líderes da burguesia industrial conseguiram autorização para organizarem uma sociedade civil ligada à FIESP. Assim sendo, em 1942, a CIESP foi reativada como sociedade civil vinculada a FIESP.

⁵ Nesta época o governo de Washington Luís favoreceu os importadores de tecidos com sua *Caixa de Estabilização*, um novo fundo de estabilização cambial. Assim, os importadores abarrotaram o mercado com tecidos estrangeiros, o que levou os industriais a acusarem a Associação Comercial de parcialidade. O acontecimento levou os industriais a criarem um centro independente do comércio e pleitearem ao governo medidas protecionistas mais amplas.

mobilizando vários segmentos da sociedade para este “imperativo nacional” que seria a industrialização. (MAZA, 2004, p. 44)

As articulações dos temas no discurso visavam apresentar a industrialização como um processo em desenvolvimento desde a colonização até o surto de crescimento entre 1914-1919. Vista de uma perspectiva evolucionista, a industrialização seria o fator inexorável do desenvolvimento histórico, por isso, “os brasileiros que combatem a implantação e disseminação das indústrias no país, fazem consciente ou inconscientemente obra a favor das nações estrangeiras, interessadas na conquista de nossos mercados, trabalhando para que retrogrademos à posição de colônia dos produtores estrangeiros” (SIMONSEN, 1973, p. 55).

No mesmo ano de criação da CIESP, o PCB foi convidado a participar do VI Congresso da IC em Moscou. Foram enviados para representar o partido três delegados: Paulo de Lacerda, Molares e Leôncio Basbaum. Este último exercia o cargo de secretário geral da Juventude Comunista (JC), fundada em maio daquele ano. Basbaum deveria permanecer mais tempo para representar a JC no V Congresso da Internacional Comunista da Juventude (KIM). De acordo com Basbaum (1976), nesta ocasião os delegados brasileiros se juntaram a Heitor Ferreira Lima, que também participou do congresso. Em maio do mesmo ano, um grupo de militantes liderados por Joaquim Barbosa, então secretário sindical da CCE, publica um panfleto criticando a linha política do partido e pleiteando a convocação de uma conferência nacional. Tal episódio retrata a existência de divergências internas em relação à tática de alianças e a ameaça de *fracionismo*⁶.

Nessa época, a CCE estava planejando a realização do III Congresso do PCB, a principal questão girava em torno da necessidade de definição do caráter da revolução brasileira, pois a partir daí seria possível traçar as estratégias de conduta para fomentar o processo revolucionário. Nesse sentido, o PCB acreditava que a presença dos delegados brasileiros no Congresso da IC contribuiria para a compreensão das condições objetivas nacionais e, conseqüentemente, embasar a tomada de decisão sobre a estratégia de conduta do partido. Entretanto, “não sabíamos que os marxistas europeus [...] nada sabiam da América Latina. Menos ainda do que nós próprios, conheciam a nossa realidade. Para eles, tudo era semi-colonial e os problemas asiáticos eram transpostos para a América Latina, como se fosse tudo a mesma coisa” (BASBAUM, 1976, p. 54). Desse modo, ao terminar o Congresso, os

⁶ Procurando impedir o fracionismo e, ao mesmo tempo, organizar as discussões, a direção resolve editar um órgão especial para debater as críticas e divergências, que vinham se dando de forma “anárquica” e comprometendo a unidade partidária. A publicação recebeu o nome de *Auto-crítica*, e serviria também como abertura dos debates para o III Congresso, onde as questões divergentes poderia ser resolvidas em definitivo. Foram editados oito números, sendo seis antes do III Congresso e dois depois. (SEGATTO, 1989, p.35).

delegados brasileiros retornaram sem grandes progressos em relação a principal questão sobre a qual se debatiam os membros da CCE: o caráter da revolução brasileira.

Devido à condição de ilegalidade imposta pela Lei Celerada, o Bloco Operário é convertido em Bloco Operário e Camponês (BOC). A mudança foi um artifício utilizado como recurso para manter a legalidade do bloco. Segundo Brandão (1978), ele foi encarregado pela CCE de reorganizar o Bloco Operário em 1928, realizando, ou melhor, tentando efetuar uma aliança com os camponeses que pudesse se configurar em uma organização legal de massas. Para tal, buscou amparo teórico “nas páginas de Lenin”. “O Bloco Operário e Camponês teve falhas e debilidades. Substituiu o PC ilegal. Parecia um partido, e não um bloco. Foi sendo sectarizado em 1929-1930, subestimou os camponeses – os melhores aliados da classe operária. Não lhes deu todo esforço necessário.” (BRANDÃO, 1978, p. 343). Segundo Astrojildo Pereira (1979), o PCB não sabia como se aproximar dos trabalhadores do campo. Portanto, a teoria não foi consubstanciada enquanto aliança com os camponeses, permanecendo a nova designação apenas como reestruturação denominativa.

Entre o final de dezembro de 1928 e janeiro de 1929, realizou-se o III Congresso do PCB, objetivando discutir os perigos que envolviam a proliferação de oportunistas e carreiristas no BOC, fruto do “eleitoralismo”, além de buscar soluções para se constituir efetivamente a aliança operário-camponesa. Também foram objeto de discussão: o contexto da situação política nacional, questões sobre a JC, a atuação do PCB em São Paulo, a militância nos sindicatos, a luta contra o imperialismo e o fascismo, entre outras questões relacionadas à organização do próprio PCB.

A resolução do III Congresso pode-se que ficou letra morta. Os erros, desvios e perigos permaneciam e alguns deles se agravavam mesmo, ao influxo do agravamento geral da situação política do País, e se agravaram principalmente em consequência do mal de raiz, que estava na origem do BOC e era o mesmíssimo mal de que padecia o próprio Partido – o velho e tenaz sectarismo. Não soubemos aproveitar as lições de 1927 e 1928, não soubemos extrair os ensinamentos que a experiência colocava em nossas mãos, não soubemos compreender que a ligação com as massas não se faz apenas com palavras, desejos e fórmulas gerais. Resultado: O BOC, depois da brilhante vitória eleitoral de 1928, passou a sofrer sucessivas derrotas federais, estaduais e municipais. A última delas e a mais pesada foi a de março de 1930, em que o BOC apresentou candidatos comunistas aos cargos de presidente e vice-presidente da República, a senadores e deputados federais e a senadores e deputados estaduais. (PEREIRA, 1979, p.125)

Destarte, evidencia-se a insuficiência teórica que limitou as atividades práticas do BOC, favorecendo a manutenção da congênita postura *sectária* durante o desenvolvimento do processo de constituição de aliança com o campesinato. Não obstante os esforços de Octávio

Brandão, cujos artigos publicados deram embasamento para a CCE-PCB elaborar a estratégia revolucionária fundamentada na constituição de alianças políticas, sua compreensão estava estruturada em uma concepção *etapista* da revolução brasileira.

As dificuldades em relação à obtenção de fontes para a constituição dos pressupostos teóricos que orientariam as atividades práticas do partido, somadas a uma interpretação proveniente de certo autodidatismo, entre outras adversidades, levaram o PCB a caracterizar o Brasil como um país semicolonial, cujo modelo de revolução deveria seguir parâmetros já estabelecidos por outros processos históricos. Sendo assim, amparada na elaboração teórica leniniana, bem como no modelo de ação política dos bolcheviques, a visão dos comunistas brasileiros sobre as condições objetivas nacionais, inerentes à correlação de forças sociais, girava em torno da questão teórico-prática sobre a estratégia de posicionamento do “proletariado perante a revolução democrática pequeno-burguesa” (Brandão, 1978, p.346).

[...] Octávio Brandão procurou efetuar uma análise objetiva da situação concreta, observando as forças sociais e políticas presentes no momento histórico e a correlação entre elas. Ele faz referência ao proletariado rural, mas não aos camponeses, pois, além de essa expressão ser pouco utilizada no Brasil, a pequena propriedade tinha pouco potencial revolucionário na formação social brasileira, já que surgia na zona de fronteira econômica ou na esteira da grande propriedade de produção declinante ou ainda em regiões de pouca importância para a economia de exportação. Embora o nível de organização do proletariado rural fosse muito rudimentar, é inquestionável a subestimação dessa força social em favor das camadas médias urbanas, que, particularmente no Rio de Janeiro e Recife, contavam com uma tradição de combatividade que vinha de longe, além de exercerem alguma influência sobre a instituição militar. O núcleo de estratégia revolucionária concebida pelo PCB estava fundado, portanto, na aliança entre o proletariado fabril e a pequena burguesia urbana. [...] (DEL ROIO, 1990a, p. 43)

De acordo com Astrojildo Pereira (1979), devido ao caráter confuso e contraditório das teses políticas elaboradas pelo III Congresso, seria difícil apresentar uma síntese clara do que ficou estabelecido. De qualquer modo, os temas tratados versavam sobre: 1- o caráter agrário, semifeudal e semicolonial da economia brasileira, cuja produção agrícola representava o dobro do valor da produção industrial; 2- o contexto político, subordinado a influência do imperialismo inglês no setor agrário e conservador que até a I Guerra Mundial dominava o Brasil. A constatação da crescente penetração do imperialismo norte-americano vinculado a emergente burguesia industrial, mais ambiciosa e de caráter liberal. O reflexo deste contexto seria a transição para o predomínio do imperialismo americano, cujos capitais estariam empregados e distribuídos de modo equânime entre empréstimos públicos e empresas privadas; 3- A concepção de caráter *etapista* da revolução, amparada na hipótese da terceira revolta. Tendo em vista o fluxo dos acontecimentos históricos protagonizados pelos

eventos de militares de 1922, 1924 e seus desdobramentos materializados na formação da Coluna Prestes, os comunistas fundamentaram suas teses na possibilidade de haver uma terceira onda revolucionária como continuação mais ampla e extrema dos movimentos anteriores. De acordo com as teses elaboradas e, principalmente, considerando a perspectiva da terceira revolta, “deveria ajustar-se a posição do Partido Comunista, ao estabelecer os planos de atividade política entre as massas” (PEREIRA, 1979, p.139).

Além da elaboração das teses, o III Congresso proveu uma reestruturação do CCE que passou a ser denominado por Comitê Central (CC), também foram eleitos novos membros. Octávio Brandão foi alvo de severas críticas e acabou sendo destituído do Birô Político, mas foi reeleito para o CC e ficou responsável pela direção do jornal *Classe Operária*. Recém chegado da Rússia, Leôncio Basbaum ficou encarregado de desferir os argumentos contra a atuação dos vereadores comunistas na Câmara: Octávio Brandão e Minervino de Oliveira. Foram acusados de “conciliação e cooperação com a burguesia” (BASBAUM, 1976, p. 63).

Conquanto já viesse delineando uma teoria da revolução brasileira desde o II Congresso, o grupo dirigente aguardou o retorno dos delegados enviados a Moscou para ouvir seus relatórios e, a partir destes, elaborar as teses congressuais. Portanto, há que se ressaltar que nas resoluções do III Congresso do PCB “havia já diversos elementos de aproximação com as teses do VI Congresso da Internacional Comunista⁷, [...] principalmente, na negação da política frentista, onde se procurava dificultar qualquer possibilidade de alianças políticas com a pequena burguesia e outros setores” (SEGATTO, 1989, p. 37). Sobre esse ponto, durante o VI Congresso da IC, os delegados brasileiros em reunião conjunta com todos os delegados representantes dos partidos comunistas da América Latina, coordenada pelo suíço Jules Humbert-Droz, procuraram discutir o programa da IC para o continente. Nesta ocasião, “Paulo de Lacerda reconheceu a necessidade dos partidos comunistas de manterem sua própria independência político-organizativa e admitiu ter sido um erro a tentativa de realizar uma aliança orgânica com a pequena burguesia” (DEL ROIO, 1990a, p. 55).

Em abril de 1929, dando continuidade a luta pela unidade da classe operária realizou-se o Congresso Constituinte da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). A fundação da CGT representou um grande avanço para a unificação do movimento operário, pois logo após a sua constituição o número de associados duplicou em virtude da adesão de novos

⁷ No VI Congresso da I.C. Astrojildo Pereira fora eleito membro do Comitê Executivo da I.C., sob o pseudônimo de Américo Ledo. (LIMA, 1982, p.101)

sindicatos⁸. “A ascensão do movimento operário, a fundação de várias federações sindicais unidas em determinadas cidades e estados, a ação conjunta de distintos grupos de trabalhadores nas greves, o fortalecimento da influência dos comunistas” (KOVAL, 1982, p.208-9), em grande parte, era consequência da intensa atividade política desenvolvida pelo PCB nos sindicatos.

Em junho de 1929, realizou-se em Buenos Aires a I Conferência Comunista Latino-Americana dos Partidos Comunistas. As diretrizes afirmadas pela análise da IC estabeleceram uma perspectiva genérica que subestimava o desenvolvimento do capitalismo em alguns setores e regiões da América Latina. De acordo a IC, havia um contexto potencialmente revolucionário no continente, pois a crise das economias agroexportadoras, de caráter semifeudal, era agravada pela penetração do capital imperialista norte-americano que disputava espaço com o capital inglês. Diante dessa perspectiva, o conteúdo econômico-social da revolução nos países latino-americanos deveria ser de caráter democrático burguês. Porém, como a burguesia do respectivo continente “é um desdobramento das oligarquias agrárias e o conjunto das classes dominantes está associado ao capital imperialista, as forças motrizes da revolução só poderiam ser as massas operárias e camponesas, auxiliada pela pequena burguesia pauperizada” (DEL ROIO, 1990a, p. 80).

Ainda no ano de 1929, antes da realização da conferência, Astrojildo Pereira já havia embarcado para Moscou, onde permaneceu até janeiro de 1930. O convite da viagem partiu da IC e sua finalidade seria estudar o problema brasileiro, isto é, o caráter da revolução brasileira. Assim como havia acompanhado a delegação brasileira durante o VI Congresso da IC, Heitor Ferreira Lima esteve ao lado de Astrojildo Pereira durante as reuniões que versaram sobre a situação do Brasil e a atuação do PCB. De acordo com Lima (1982), a importância que as questões brasileiras haviam adquirido podia ser avaliada pelos participantes das reuniões⁹. As teses que o PCB vinha desenvolvendo desde a realização do seu II Congresso foram fortemente criticadas pela IC.

[...] Fomos acusados de orientar toda tática e estratégia do P.C.B. na esperança da “terceira revolta”, colocando-nos desse modo a reboque da pequena burguesia; de menosprezarmos as reivindicações específicas do proletariado; de abandonarmos a

⁸ A fundação da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil foi uma grande conquista do movimento proletário. Sua base era a Federação dos Sindicatos da Capital Federal (40 mil membros). Logo após o Congresso Constituinte, entraram para a CGT novos sindicatos e o número de seus membros subiu para 80 mil operários. (KOVAL, 1982, p. 210)

⁹ As sessões foram presididas por Manuilski, substituto de Bukharin. Os demais participantes foram Stepanov, Vassiliev, Guralski e o italiano Ruggiero Grieco (um dos fundadores do Partido Comunista Italiano), entre outros.

questão camponesa, esquecendo a reforma agrária e a aliança dos operários com os trabalhadores dos campos; de escondermos o Partido atrás do Bloco Operário e Camponês; de não cuidarmos devidamente da formação de um P.C.B. devidamente independente, à altura das necessidades nacionais; de não nos preocuparmos com os problemas dos negros e dos índios, enfim de adotarmos uma política pequeno-burguesa, contrária ao leninismo e às recomendações da I.C.. Em resumo: fomos totalmente arrasados na ideologia e na ação prática que seguíamos. (LIMA, 1982, p. 103-4)

Por um lado, embora as acusações tivessem certa fundamentação em relação à inadequação de correspondência das teses à realidade objetiva brasileira, por outro, havia também um profundo desconhecimento das condições concretas nacionais por parte da IC que subestimava o desenvolvimento do capitalismo na América Latina. Não obstante a imprecisão da IC em relação à realidade concreta, os comunistas brasileiros reconheceram as limitações de suas teses e adotaram de forma incontestada as orientações da IC. O elemento teórico que prevaleceu nas análises feitas pelo secretariado à situação brasileira foi retirado da comparação com outros contextos históricos.

Mas todas as acusações de fundo verdadeiro vinham envoltas muitas vezes em exageros e certa parcialidade, fruto do desconhecimento de nossa realidade concreta, o que nos inculcava dúvida e incompreensão. O problema do negro no Brasil, era equiparado ao dos Estados Unidos, evidentemente de modo incorreto. A questão dos índios era igualada à dos índios do Peru e Bolívia, muito diferente dos nossos. As contradições internas entre burguesia industrial e a do café e a política autoritária, sem representatividade social nacional, imposta ao país pelos dirigentes do poder, de acordo com os interesses imperialistas, careciam de discernimento e clareza para sua compreensão de nossa parte. Daí o impacto com que recebemos as críticas, embora sentíssemos seu grau de veracidade. Daí também, certamente, a distorção que provocou, levando-nos para fugir do desvio pernicioso, a cair em outro talvez mais prejudicial, que foi a incompreensão da insurreição armada da Aliança Liberal de 1930, qualificando-a de mera luta interimperialista, mas que conseguiu, no entanto, empolgar as grandes massas dos centros urbanos, inclusive a ala militar tenentista que vivíamos “namorando”, deixando-nos completamente alheios ao acontecimento. Posteriormente voltamos a esse desvio, embora de tipo diferente – o aventureirismo – em 1935, e desta vez com a conivência e mesmo o auxílio da I.C., desesperada então com a derrota da revolução chinesa, com a ascensão de Hitler na Alemanha, com a ofensiva fascista na Europa e naturalmente também enganada pelas falsificadas informações sobre o Brasil que lhe apresentou Miranda, secretário-geral do P.C.B. na época, por ocasião de sua viagem a Moscou, em 1934. (LIMA, 1982, p. 105-6)

Em outubro de 1929, realizou-se o III Pleno do CC. Nesta reunião foram discutidas questões sobre a eleição presidencial, sobre as resoluções do X Pleno do CEIC e da I Conferência Latino-Americana, sobre a organização sindical e partidária. “Aí se dá o início do declínio do grupo dirigente que vinha se configurando mais claramente desde 1927, que buscava uma forma de inserção da classe operária na desagregação da ordem oligárquica, tentando a unificação política dessa classe e procurando aliados” (DEL ROIO, 1990, p. 137).

A partir desse momento, o PCB abandona definitivamente a linha política frentista e passa a adotar as reformulações estabelecidas pela IC, representada no continente pelo SSA-IC. “A política de frente ampla passa a ser classificada de *direitista*, lançando-se uma linha de atuação que pudesse levar os comunistas à hegemonia do movimento revolucionário” (SEGATTO, 1989, p. 39). A direção do partido foi acusada de desvios direitistas e pequeno-burgueses, uma vez que para a IC a política de alianças colocava o proletariado a reboque dos interesses burgueses no contexto revolucionário. Devido às ligações que todos os grupos burgueses mantinham com o imperialismo, seja o inglês ou o americano, o proletariado por ser a única classe livre de tais ligações deveria se colocar a frente do processo revolucionário liderado pelo Partido Comunista.

Por um lado, a devida adequação do PCB as críticas feitas pela IC levaram o partido ao isolamento político e, conseqüentemente, a falta de ação diante dos acontecimentos que culminaram no desenrolar do processo revolucionário de 1930. Por outro, não bastasse às distorções geradas pela incontestável subordinação à leitura genérica da situação nacional realizada pela IC, a equivocada interpretação dos membros do CC às críticas desferidas, desencadearam um contexto de perseguição aos intelectuais e de proletarização do partido, caracterizado como *obrerismo*.

Segundo Basbaum (1976), a necessidade do processo de proletarização foi relatada ao PCB por Astrojildo Pereira antes mesmo de seu retorno ao Brasil. Por meio de cartas, Astrojildo transmitia aos membros do partido no Brasil as resoluções provenientes de estudos econômicos e políticos que englobavam a esfera mundial. Entretanto, o documento de maior importância mencionava a necessidade de se proletarizar o Partido. Para a IC, a constatação do aumento de intelectuais em todos os partidos imprimia características pequeno-burguesas ao movimento proletário. Devido ao maior nível cultural dos membros intelectuais, estes acabavam ocupando cargos mais importantes, o que era prejudicial segundo a concepção da IC.

Em suma, a erudição e o preparo teórico que deveriam ser objeto da formação militante e intelectual de todos os membros do partido passou a ser estereotipada como componente anti-proletário. Por conseguinte, os intelectuais que quisessem permanecer no partido deveriam “proletarizar-se”. Os desdobramentos dessa interpretação equivocada levaram muitos membros a adotar um comportamento romântico e estereotipado da figura do operário “autêntico”. Tal deformação ideológica logo se disseminou e levaria anos para ser extirpada do partido. Proletarizar-se “significava, segundo alguns, abandonar hábitos burgueses, só fumar cigarros baratos, andar mal vestido. [...] até mesmo tomar banho diário

era um resquício pequeno-burguês capaz de afetar a ideologia proletária do Partido” (BASBAUM, 1976, p. 75).

Em tal contexto ideológico, não tardariam as baixas e perseguições aos intelectuais. Os que insistiram em permanecer eram postos à prova sendo rebaixados e recrutados para realizar as tarefas mais árduas como forma de se “proletarizarem”. Ademais, mesmo não concordando com a linha adotada de discriminação, não houve resistência suficiente dos próprios membros estigmatizados para conter as distorções do *obreirismo*. De acordo com Segatto (1989), apesar de Astrojildo Pereira alertar sobre os desdobramentos políticos que as deturpações da nova concepção imposta pela IC acarretariam ao equilíbrio partidário, “depois de longas discussões decidiu o CC que deveria haver ‘menos intelectuais no Partido’, pelo menos no Bureau Político” (BASBAUM, 1976, p. 76). Desse modo, vários intelectuais foram rebaixados, afastados do CC e substituídos por operários. O próprio Astrojildo Pereira foi afastado e enviado para São Paulo, onde deveria atuar no Comitê Regional e tentar a “reabilitação”. Em 1931, descontente com os desdobramentos da política *obreirista* enviou uma carta ao CC comunicando seu afastamento do partido.

Pode-se dizer que a desarticulação do primeiro grupo dirigente encerra o primeiro período do PCB. O segundo período é marcado pela postura *obreirista*, consequência da intervenção direta do SSA-IC no partido, mas também resultado da debilidade teórica e organizativa do partido. Desde o II Congresso, influenciado pelo livro de Octávio Brandão *Agrarismo e industrialismo*, o primeiro grupo dirigente do PCB procurou desenvolver suas teses e, conseqüentemente, suas estratégias e política de alianças. A análise sobre a realidade nacional, elaborada segundo os pressupostos do materialismo histórico pelo primeiro grupo dirigente, deixava implícita a necessidade de desenvolvimento da industrialização como etapa essencial para se atingir o socialismo, daí a definição do caráter democrático-burguês consubstanciado pela perspectiva revolucionária dos comunistas. Independentemente do rompimento com a política de frente única, a partir do III Congresso, a concepção sobre o caráter da revolução brasileira continuou sendo a mesma. Dito de outra maneira, a perspectiva estratégica do PCB para atingir o socialismo “passava pela revolução nacional e democrática, que eliminaria os restos feudais, liberaria o grosso da população brasileira da miséria e opressão do latifúndio, expulsaria o imperialismo e, finalmente, estabeleceria uma sociedade democrática” (MANTEGA, 1984, p. 158).

1.4 – A burguesia nacional como força motriz da revolução democrático-burguesa

No Brasil, a crise mundial do capitalismo deflagrada pelo *crash* de Wall Street em outubro de 1929, descortinou a crise de superprodução do café e criou condições para a superação da forma de dominação social, fundamentada na aliança entre as oligarquias agrárias, vigente desde os albores da implantação da República. Desse modo, o padrão de acumulação capitalista brasileiro centrado na produção agromercantil, cuja base estava fundamentada na produção cafeeira e no mercado de consumo externo, principalmente o americano, entrou em colapso, desestruturando os alicerces econômicos que sustentaram a manutenção do poder das instituições políticas durante a Primeira República.

Para os agricultores dependentes do mercado, sobretudo do mercado de exportação, isso significou a ruína, a menos que pudessem recuar para o tradicional último reduto do camponês, a produção de subsistência. Isso de fato ainda era possível em grande parte do mundo dependente, e até onde a maioria de africanos, asiáticos do Sul e do Leste e latino-americanos ainda era camponesa, isso sem dúvida os protegeu. O Brasil tornou-se um símbolo do desperdício do capitalismo e da seriedade da Depressão, pois seus cafeicultores tentaram em desespero impedir o colapso dos preços queimando café em vez de carvão em suas locomotivas a vapor. (Entre dois terços e três quartos do café vendido no mundo vinham desse país.) [...] (HOBSBAWM, 2011, pp. 96-7)

Todavia, mesmo com a derrocada da economia cafeeira, esta já havia estruturado o desenvolvimento da atividade industrial, principalmente em São Paulo. Assim sendo, a partir do fim da década de 1920 o capital industrial já havia se desenvolvido a ponto de conseguir se reproduzir independentemente de sua base proveniente da atividade agromercantil. Tal situação representava que o padrão capitalista de acumulação agromercantil já havia atingido seus limites, “pois, de uma parte, não conseguia mais se reproduzir, já que todo valor acumulado era gasto na alimentação da fonte de financiamento, e do outro, já criara condições de sua própria superação, com o surgimento de uma pequena indústria de bens de produção” (DEL ROIO, 1990a, p.133).

Além disso, os desdobramentos políticos impulsionados pela crise econômica culminaram na formação da Aliança Liberal, em junho de 1929. Inicialmente, oriunda da junção entre as oligarquias mineira e gaúcha, posteriormente conseguiu apoio de outros estados compondo uma ampla coligação de forças reunidas em torno da candidatura do caudilho gaúcho Getúlio Dornelles Vargas. A Aliança Liberal era chefiada pelos latifundiários e capitalistas insatisfeitos com o governo conservador de Washington Luís, porém seu discurso liberal convergia com os interesses das camadas médias urbanas, do

proletariado e dos militares de esquerda¹⁰, frações sociais que ansiavam por uma ampliação da cidadania e pela elaboração de leis sociais mais justas. Portanto, disputa eleitoral de 1930 refletia a contradição interna entre a decadente oligarquia cafeeira conservadora e a emergente burguesia liberal.

Embora a coligação de forças da oposição liberal representasse ampla maioria, em março de 1930, Júlio Prestes fora eleito. A vitória do candidato conservador, ligado ao imperialismo inglês, confirmara a manutenção e eficiência da velha máquina de corrupção eleitoral utilizada pelas oligarquias agrárias. O resultado do pleito provocou enorme descontentamento dos setores oposicionistas e liberais que começaram a cogitar o levante armado. Além disso, a alta de preços, o desemprego e os demais reflexos econômicos da crise de 1929, intensificaram a tensão entre as massas urbanas. A situação chegou ao limite quando ocorreu o assassinato de João Pessoa, candidato a vice-presidente de Vargas. Mesmo não se confirmando a existência de uma relação política, a morte de João Pessoa foi o estopim que deflagraria a conspiração contra a dominação oligárquica. Pois, a “notícia do assassinato do presidente paraibano estourou como uma bomba nos arraiais da conspiração *tenentista*. O Sr. Getúlio Vargas que hesitava em decidir-se pela solução armada [...] o assassínio de J. Pessoa impôs a Getúlio uma atitude irreversível” (BARATA, 1978, p.94)¹¹.

Em 3 de outubro começa o conflito armado que no dia 24 do mesmo mês levaria a deposição de Washington Luís e, em 3 de novembro, Getúlio Vargas era posto à frente do governo provisório que habilmente seria conduzido pelo caudilho até a instauração do Estado Novo. Depois da instauração do governo provisório, logo ficou claro que o caráter das mudanças liberais propagadas pelo novo grupo oligárquico não ultrapassariam os limites do discurso político, pois, se de um lado, a Revolução fortaleceu a posição da burguesia no aparelho estatal, de outro, o conteúdo das mudanças que consolidaram a legislação trabalhista por meio da criação do Ministério do Trabalho, só serviram para retirar a autonomia de organização do proletariado e criar um código de leis legitimador da exploração da força de trabalho.

Os militares, camada social imprescindível para o sucesso da Revolução, ficaram a reboque das articulações políticas da nova elite dominante, pois não tinham um programa

¹⁰ Ainda em 1929, com o intuito de buscar apoio, os líderes políticos da Aliança Liberal estabeleceram contato com os líderes tenentistas em Buenos Aires. Prestes aderiu de forma recalcitrante aos liberais opositores, porém logo depois ele retirou o seu apoio e se afastou da Aliança Liberal.

¹¹ Agildo Barata (1905-1967) foi tenente do Exército brasileiro, integrante do movimento revolucionário de 1930 e também da insurreição de 1935. Fez parte do quadro de militantes do PCB, elegendendo-se vereador no Rio de Janeiro em 1947. Abandonou o Partido em 1957 após os desdobramentos do relatório de Kruschew.

definido e organizado de mudanças, sobretudo não havia um líder que imprimisse a homogeneidade a todo o conjunto das forças militares.

Depois, porém, da deposição do Sr. W. Luís, iria surgir uma conjuntura totalmente nova para os *tenentes*. Estes não tinham um programa, não possuíam uma doutrina, não tinham organização alguma e, a uní-los, havia apenas o desejo de derrubar o Governo. Deposto este, os *tenentes* ficaram aturdidos, atônitos e incapazes de conduzir os acontecimentos políticos. Entre nós, não havia um chefe incontestado, respeitado e aceito por todos. O Gen. Isidoro que era, sem dúvida, o mais capaz e experiente, sofria restrições oriundas ainda dos períodos em que esteve exilado. Quanto a Juarez, João Alberto e outros faziam-lhes sérias restrições e não aceitavam, de forma alguma, sua liderança. Além de Isidoro, os dois *tenentes* mais prestigiosos eram Juarez e João Alberto. Mas também esses não conseguiam entender-se. João não aceitava a direção de Juarez e este chegou a opor-se q que João Alberto assumisse o Governo de São Paulo. (BARATA, 1978, p.150)

Heitor Ferreira Lima desembarcou no Rio de Janeiro na última semana de dezembro de 1930. Antes de embarcar foi alertado sobre a vitória da insurreição da Aliança Liberal, mesmo assim optou pelo retorno. Depois de uma viagem conturbada, pois foi enviado clandestinamente para a Alemanha para renovar seu passaporte, encontrou um contexto de retraimento partidário. O PCB se encontrava em situação de completa desarticulação devido às perseguições políticas e ao sectarismo obreirista. A antiga direção havia desaparecido e o ambiente era de marasmo diante da nova situação política no país.

Segundo Lima (1982), apesar do retraimento partidário a situação era favorável a rearticulação do partido, pois a classe média estava insatisfeita com o governo provisório de Getúlio Vargas e os operários, igualmente insatisfeitos e cada vez em condições mais precárias, arcavam com as consequências da crise. Por conseguinte, Lima e os integrantes restantes do PCB realizaram uma conferência em janeiro de 1931 com o intuito de promover a reorganização do partido. Astrojildo Pereira esteve presente, sofrendo várias críticas e ataques que o responsabilizavam pelos erros cometidos pelo partido durante os acontecimentos de 1930. A reunião compôs um novo Birô Político, “formado por Fernando de Lacerda, Arthur Basbaum e Domingos Braz, aclamou-se Heitor Ferreira Lima como secretário-geral do PCB” (DEL ROIO, 1990a, p. 184). Segundo Leôncio Basbaum (1976), neste momento o obreirismo estava em plena execução, eliminando os intelectuais como Astrojildo e influenciando na eleição de Heitor Ferreira Lima, o “jovem bolchevique”.

Logo após a conferência, analogamente ao que vinha ocorrendo em diversos partidos comunistas de outros países, o PCB organizou a “Marcha da Fome” em 19 de janeiro, na Praça da Bandeira. Esta passeata consistia em um movimento de assaltos a armazéns, ato comum em todas as nações na época. Os principais participantes eram, evidentemente, os

desempregados. A proclamação de convocação para a passeata foi escrita por Lima no editorial de *A Classe Operária*. As autoridades reforçaram a segurança utilizando guarnições do Exército e a cavalaria da polícia, a repressão contra os manifestantes foi de grande violência. Não obstante a intensa repressão contra o movimento, sua repercussão serviu para sublevar o proletariado, principalmente os comunistas e, conseqüentemente, colaborar para a reorganização do partido.

Em 19 de março, o governo decreta a lei de sindicalização que limitava a liberdade dos sindicatos e os vinculava ao governo. No mesmo mês, precisamente no dia 24, os jornais apresentavam a “Carta Aberta” de Luís Carlos Prestes. Neste documento, Prestes defendia a revolução agrária e anti-imperialista, que, segundo ele, deveria ser conduzida pela Seção Brasileira da Internacional Comunista, isto é, o PCB. Podemos dizer que este momento assinala o enquadramento de Prestes em relação aos princípios comunistas então vigentes no partido. Prestes ressaltava a “finalidade de realizar a revolução agrária e anti-imperialista, chamada a abrir caminho a revolução proletária no Brasil” (apud Koval, 1982, p.262), note-se a incorporação da concepção etapista sobre o processo revolucionário. Foi quando chegou ao Brasil uma representante da IC, Inês Guralsky¹², cuja função seria analisar os desdobramentos da insurreição e conter os “desvios de direita” no partido, sobretudo qualquer aproximação com o prestismo.

Nesse momento, Lima concentrava as atividades na reorganização do partido, tentava utilizar a situação de descontentamento das classes populares contra o governo para fortalecer as bases partidárias, e conseqüentemente, conseguir mais coesão popular. Inês Guralsky discordava das prioridades defendidas pelo secretário-geral, sua intenção era combater o prestismo entre os comunistas. Logo após o manifesto de Prestes, partidários da Liga de Ação Revolucionária (LAR)¹³ procuraram se aproximar do PCB. Certa ocasião, Lima se encontrou com um representante desta organização e recebeu uma quantia como contribuição para o Socorro Vermelho¹⁴. Tal episódio foi utilizado como subterfúgio por Inês Guralsky para acusar Lima de estar sofrendo influência do prestismo. Desse antagonismo de interesses, provocado principalmente pela postura autoritária de Guralsky e pela sua falta de intimidade com a situação nacional, decorreram divergências e uma nova desarticulação entre os dirigentes do PCB.

¹² De acordo com Basbaum (1976), Inês era o codinome utilizado no Brasil. Basbaum foi convocado por Inês para fazer um relato da situação do país e do partido.

¹³ Em julho de 1930, Prestes, Aristides Lobo e Plínio Mello (militantes expulsos do PCB, acusados de desvios de direita) fundaram a LAR. Idealizada a partir das teses de Plínio de Mello a respeito da incorporação da Coluna Prestes ao PCB.

¹⁴ Organização internacional de auxílio aos presos políticos e suas famílias.

Em meados de junho, Guralsky propôs ao Birô Político enviar Lima ao Nordeste, alegando a necessidade de reforçar o trabalho naquela região. Ora, sendo Lima secretário-geral eleito legitimamente, não poderia ser removido sem um motivo legal, tal proposta caracterizava-se mais como um artifício para destituí-lo da direção. Após este episódio, o Birô Político se transferiu para São Paulo, o novo secretário escolhido foi Vilar, porém quem realmente dirigia o partido, seguindo as orientações de Inês Guralsky, era Fernando de Lacerda. Assim, estava configurado o grupo dirigente que levaria ao *obreirismo* adotado pelo PCB, tal postura inviabilizou a formação de novas alianças sociais.

Na realidade, quem controlava a direção do PCB era a “interventora” Ines Guralsky que encontrara em Fernando de Lacerda um aliado decisivo, e que esperava controlar Heitor Ferreira Lima, por demais jovem e pouca experiência. Heitor se constituíra inicialmente em importante elo internacional do grupo dirigente do PCB em formação, e após a intervenção da IC que desarticulou esse grupo dirigente apareceu como elemento continuador da obra de Astrojildo Pereira e peça de resistência contra a presença impositiva de Ines Guralsky. (DEL ROIO, 1990b, p. 46)

Desse modo, Lima foi afastado do cargo de secretário-geral e, principalmente, do epicentro das ações partidárias, isto é, ficou isolado. Chegou ao Recife em 29 de junho de 1931. Encontrou-se com Cristiano Cordeiro, um dos fundadores do PCB e membro do Comitê Regional. O ambiente era de insatisfação, entre os operários e o povo em geral, com o governo o provisório de Getúlio Vargas. No final de novembro, mesmo discordando, ajudou os comunistas a apoiarem uma insurreição de militares que consistia numa tentativa de depor o interventor Lima Cavalcanti. Depois, contribuiu na organização de uma greve de ferroviários da Great Western. Em outra situação teve a oportunidade de participar de uma reunião com trabalhadores do campo, conhecendo diretamente os sofrimentos e dificuldades que afligiam a vida dessas pessoas. Apesar da existência de um contexto de insatisfação social propiciar a ação do partido, não havia comunicação com o núcleo dirigente.

Cada 15 dias, mais o menos, recebia do Rio, através de um companheiro empregado no navio Itaimbé, material escrito e eu enviava relatório e nossas publicações, informando do que fazíamos. Num dos últimos, queixei-me veementemente da falta de cartas do B.P., por dificultar meus afazeres, sem conhecimento da linha do Partido, não sabendo sequer de sua posição sobre os acontecimentos desenvolvidos no país e de sua opinião a respeito de nossos trabalhos. (Lima, 1982, p. 152)

Evidentemente, esta situação inviabilizava qualquer integração nacional nas ações táticas do PCB. Em meados de 1932, foi para Natal participar de uma conferência regional. Nesta ocasião, encontrou-se com o futuro secretário-geral, Lauro Reginaldo da Rocha

(Bangu), então representante de Mossoró. Em resposta às suas contestações, recebeu carta do Birô Político censurando suas atitudes com este órgão. Seguiu para Fortaleza, cujo ambiente era pouco propício às atividades sindicais e partidárias, uma vez que a economia era composta por escassa movimentação comercial e fabril. Manteve contato com um grupo de intelectuais da região, entre eles a escritora Raquel de Queiroz. Havia divergências no Comitê Regional entre os intelectuais e os operários. Apesar da política *obreirista* vigente no partido, Lima tentou dissolver a cisão, buscando agregar os grupos. Terminadas suas atividades no Ceará, tinha a intenção de seguir rumo ao Piauí. Entretanto, seus planos de mudanças foram interrompidos devido a sua prisão. Foi na prisão que ficou sabendo da revolução paulista contra o governo de Getúlio Vargas. De navio foi enviado até Natal e depois foi transferido para o Rio de Janeiro. No Rio, foi informado do término da Revolução Constitucionalista de São Paulo.

Em São Paulo, mesmo depois de o governo provisório ter marcado a data das eleições para o ano seguinte, as elites alijadas do poder conseguiram mobilizar ampla base de apoio entre os paulistas desencadeando em julho de 1932 o processo insurrecional denominado Revolução Constitucionalista de 1932. Apesar da grande mobilização popular, sem o apoio dos outros estados, o governo paulista ficou isolado. “Os interventores na Bahia, Pará, Espírito Santo, Ceará e Alagoas, todos *tenentes*, saíram, entretanto, assegurando o envio de tropas [...] Essa vitória foi o último serviço prestado pelo Tenentismo. Daí por diante, começa a desaparecer do cenário político” (SODRÉ, 1986, p. 22). As batalhas cessaram em outubro, logo depois da derrota dos paulistas o governo federal convocou uma Assembleia Constituinte que elaboraria a Constituição de 1934. Outro fato importante para os desdobramentos políticos do período foi o surgimento da Ação Integralista Brasileira (AIB)¹⁵.

A CIESP, entidade representante da burguesia industrial paulista, apoiou a candidatura do candidato conservador à presidência e se posicionou contra o programa da Aliança Liberal. O governo de São Paulo ficou com sob a intendência de um militar, o que desagradou as forças políticas conservadoras. Em fevereiro de 1932, os paulistas formaram a Frente Única Paulista (FUP) para retomar a autonomia estadual e lutar pelo fim do Governo Provisório de Vargas. Roberto Simonsen exerceu papel preponderante durante a guerra civil,

¹⁵ Partido de inspiração fascista fundado em 7 de outubro de 1932 pelo jornalista e escritor modernista Plínio Salgado. Os integralistas deram grande apoio a Vargas durante o governo provisório, uma vez que ajudaram a combater os principais grupos de esquerda. A AIB foi um desdobramento da Sociedade de Estudos Políticos (SEP), instituição que reunia intelectuais de tendências políticas autoritárias, também foi idealizada por Plínio Salgado.

foi responsável pela adaptação do parque industrial paulista à economia de guerra e ocupou diversos cargos em órgãos criados devido ao contexto bélico.

[...] Roberto Simonsen teve, igualmente, ocasião de revelar suas qualidades de chefe, organizador e dirigente, pondo em destaque, assim, sua invulgar capacidade de trabalho. Para demonstrar tal coisa basta mencionar os cargos que ocupou durante a luta armada: presidente da Federação das Indústrias e do Serviço de Cadastro e Mobilização Industrial; diretor do Departamento de Mobilização Industrial, e ainda membro dos seguintes órgãos criados na ocasião: Departamento Central de Munições, Conselho Econômico e Financeiro do Estado, Superintendente Geral dos Transportes, Conselho Consultivo do Departamento de Assistência à População Civil e Comissão Técnica Civil de Material Bélico. E em todos estes cargos, não era figura meramente decorativa, mas desempenhava função importante, tomando parte ativa dos trabalhos e decisões, como *magna par* na mobilização industrial realizada para auxiliar o esforço bélico [...] (LIMA, 1976, p. 18)

Depois da vitória das tropas federais, Simonsen exilou-se até novembro em Buenos Aires. Apesar da derrota, a variedade de cargos e funções desempenhados por Simonsen durante o conflito evidencia capacidade de organização e planejamento dos paulistas, sobretudo a racionalização empregada na adaptação e estruturação de um considerável complexo industrial bélico.

Não conseguindo triunfar pela força das armas, determinada plêiade da elite paulista buscou convencer pela força da ideologia. Desse modo, a criação de duas instituições após o conflito reforçou a formação de um projeto em torno da industrialização almejado pela burguesia industrial paulista. A fundação do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) e da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP), ambas no ano de 1933, consolidavam peremptoriamente as concepções defendidas por Simonsen a respeito do emprego da ciência e da técnica na indústria por meio da racionalização do trabalho. Podemos dizer que a fundação do IDORT representou a efetivação das ideias *tayloristas* entre os industriais, já a ELSP representava a afirmação da concepção positivista, evolucionista e hierarquizada da sociedade.

A organização científica do trabalho, amplamente propugnada por Simonsen desde suas experiências realizadas na Companhia construtora de Santos, foi sistematicamente disseminada pelo IDORT nas esferas privadas e públicas. Desde sua fundação, o instituto colocou em prática uma série de realizações visando a racionalização da produção e do trabalho, entre elas, podemos citar a organização da produção em série de uma fábrica de louças, a reestruturação racional do sistema de distribuição de medicamentos em drogaria e parte da reorganização da administração do governo estadual de São Paulo, então sob a interventoria do engenheiro Armando Salles Oliveira. Em 1938, a racionalização do trabalho

burocrático seria retomada durante o Estado Novo com a fundação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP).

Segundo Simonsen, a necessidade de utilizar métodos de investigação científicos para conhecer melhor a realidade social e econômica da nação, a fim de orientar melhor os governos para superar as dificuldades impostas pelos determinismos do meio, deve ser responsabilidade da elite. Consequentemente, a ELSP “foi criada com objetivos bem determinados. Para seus fundadores, ela visava a formação de uma elite sob a égide das ciências, destinada aos negócios públicos e privados” (MAZA, 2004, p. 55).

Em seu discurso inaugural pronunciado por Simonsen em maio de 1933, que ficou conhecido com o título de *Rumo à verdade*, são expostos os motivos e objetivos da criação da escola.

[...] A revolução brasileira veio provar como é minguido o nosso contingente de homens de Estado e salientar a profunda ignorância em que vivemos da nossa verdadeira situação social. Ora, uma escola como a que imaginamos, visa promover e sistematizar no Brasil o estudo da sociologia nacional, em harmonia com pesquisas orientadoras das instituições políticas, jurídicas e econômicas mais adequadas ao nosso meio e à nossa raça. A ação dos técnicos especializados saídos dos nossas escolas, já é hoje insuficiente, se não for inspirada por uma orientação segura e zeladora de uma sadia evolução social. (SIMONSEN, 1973, p. 464)

Segundo MAZA (2004), a predominância de engenheiros durante a fundação da ELSP se desdobrará no forte vínculo da escola com o IDORT. Desse modo, a racionalização da esfera industrial foi estendida para a vida social, cultural, estatal e política. Simonsen compôs o grupo que elaborou o primeiro projeto pedagógico, defendendo a contratação de professores norte-americanos. Havia também diversos professores ligados a Escola Politécnica de São Paulo. O próprio Simonsen, além de colaborar com capital econômico para a fundação da escola, também ministrou aulas ocupando a cadeira da disciplina de História Econômica do Brasil.

Tal disciplina abordava um assunto novo para a época, desse modo Simonsen se tornou um dos precursores da historiografia econômica nacional. Em 1937, publicou o livro *História Econômica do Brasil*, resultado de suas pesquisas e planejamento de aulas para compor o programa da disciplina que ministrou. Até aquele momento, todos os compêndios de história versavam apenas sobre os aspectos políticos, militares e administrativos, Simonsen buscou ultrapassar os limites da historiografia tradicional por meio da inclusão da análise econômica. Dessa maneira, objetivou superar a diversidade de interpretações, causa inevitável

da predominância do componente subjetivo na historiografia tradicional, utilizando um denominador comum: o fato econômico.

Sem irmos ao exagero de tudo atribuir a motivos de ordem econômica, não podemos deixar de reconhecer sua crescente importância na evolução dos povos. Se é verdade que em determinados períodos históricos constatamos a influência de fatores religiosos, culturais e políticos, afetando profundamente o desenvolvimento dos povos, o característico fundamental dos tempos modernos, iniciados contemporaneamente com a descoberta do Brasil, é a preponderância do fator econômico. Daí, alguns historiadores atribuírem à história política e militar a simples exposição descritiva dos fatos históricos, reservando para a história econômica a investigação do “porquê” desses fatos. (SIMONSEN, 1977, p. 23)

O livro trata do período referente à descoberta do Brasil até meados do século XIX. A utilização do fator econômico para compreender o processo histórico, serviu como instrumental teórico para analisar o desenvolvimento econômico do Brasil desde os albores de nosso passado colonial. Enquanto os comunistas defendiam a existência de relações feudais no país, Simonsen partia do pressuposto de que, tanto Portugal, quanto o Brasil colonial, ser de natureza capitalista. Portanto, para o referido autor, o desenvolvimento do capitalismo nacional se processava desde a colonização, entretanto, sempre limitado pela condição de colônia. Na tentativa de justificar tal hipótese, termos como “indústria açucareira” e “indústria mineradora” são empregados para fazer referência às atividades coloniais. Para reforçar o caráter objetivo e científico são utilizadas estatísticas e cálculos como instrumentos de pesquisa, a fim de expressar os valores da produção econômica do Brasil em diferentes períodos de forma progressiva e evolutiva.

Em suma, *História Econômica do Brasil* veio dar embasamento teórico ao projeto de industrialização defendido por Simonsen desde suas primeiras experiências de racionalização do trabalho. Na medida em que o livro ressalta nosso atraso econômico como consequência da herança colonial que bloqueava o desenvolvimento de nossas forças produtivas, Simonsen pensava “ser possível, através da industrialização, superar o atraso e sabia que só as nações melhor aparelhadas venceriam as contendidas internacionais” (MAZA, 2004, p. 188).

Enquanto a burguesia paulista articulava seu projeto industrial, o PCB iria passar por outra fase de desarticulação, culminando em nova reorganização de CC e mudança na política de alianças. Heitor Ferreira Lima permaneceu encarcerado até dezembro de 1933, logo em seguida, janeiro de 1934, retomou suas atividades no partido. No cárcere encontrou muitos presos políticos, dentre eles: Mário Grazzini, Leôncio Basbaum e Américo Maciel Bonfim (Miranda). Esse período é marcado por outra reestruturação do partido. Tais mudanças implicaram maior flexibilização em relação a sua política de alianças, pois “entre 1932 e

1934, começam a entrar no PCB os antigos ‘tenentes de esquerda’, que ascendem rapidamente aos cargos da direção, e cuja presença terá consequências várias na organização e atuação política do PCB” (SEGATTO, 1989, p. 42).

[...] foi nessa época que ocorreu o confuso processo de maior aproximação com as forças de classe média radicalizada, reunidas em torno do movimento tenentista, especialmente de Luis Carlos Prestes. Até então, as relações entre o PCB e Preses, iniciadas em 1927, haviam sido extremamente conflituosas, Mesmo após sua ida a Moscou, em 1931, elas continuarão ambíguas, mantendo-se uma certa tensão do lado do PCB, que classificava o “prestismo” como “desvio pequeno-buguês” ao passo que Bureau Sul-Americano serão mais calorosas. Tais relações somente foram resolvidas quando ocorreu uma reestruturação no PCB, em 1933, em razão dos danos causados internamente pela aplicação da política de obrerismo. Com isso, foi promovida a substituição da direção, na qual passaram a predominar militantes que em algum momento da sua vida estiveram envolvidos com o movimento tenentista, sem que necessariamente fossem militares. (Karepovs, 2003, p. 49)

Neste momento o Birô Político era composto por Martins (encarregado da organização), Bangu (encarregado de agit-prop), Grazzini, José Medina, Corifeu de Azevedo Marques e Heitor Ferreira Lima (encarregados sindicais), além de outros. O setor sindical teve uma boa atuação, pois soube aproveitar a liberdade sindical concedida naquela ocasião pelo interventor do Rio de Janeiro e organizou a Federação Sindical de Niterói. Além disso, o setor deu apoio à organização sindical, a greve dos bancários do Rio de Janeiro, São Paulo e Santos, igualmente deu suporte à greve dos marítimos em Niterói. Não obstante o bom desempenho de suas atividades, o setor sindical se posicionou contra a proposta realizada por Miranda, secretário-geral do partido, à convocação quase que imediata de um congresso para a reorganização da CGT. Segundo Lima (1982), o motivo da recusa era a inexecutabilidade da proposta no período de apenas um mês, como havia sido sugerido pela direção. Em outra ocasião, Grazzini não concordou com a proposição de Miranda e Guilherme Yolles referente à constituição de sovietes em Niterói, pois o movimento grevista já havia enfraquecido, tornando o contexto inviável para tal ação. Os dois episódios serviram de subterfúgio a Miranda para acusá-los de sabotagem e afastá-los do setor sindical.

Em Julho de 1934, realizou-se a I Conferência Nacional do PCB, “contrariando os estatutos e os princípios partidários, decidiu pela expulsão de militantes que já se encontravam afastados, como Leôncio Basbaum, de dirigentes ausentes, como Corifeu de Azevedo Marques, e também Mário Grazzini e Heitor Ferreira Lima” (DEL ROIO, 1990b, p. 48). Entretanto, em prol do monolitismo partidário, estes últimos foram readmitidos depois de realizarem autocrítica e, manifestarem desejo de permanecerem no partido, mas depois deste episódio nunca mais voltaram a ocupar cargos na direção nacional do PCB. Nesta

Conferência também foram escolhidos os delegados que iriam representar o PCB no VII Congresso da IC, sendo Miranda, Bangu, Caetano Machado, André e Fernando Lacerda os indicados. Devido à ascensão do fascismo e do nazismo, o VII Congresso é marcado pela mudança na linha política da IC. Desse modo, para conter o avanço nazifascista a IC passa a adotar a política da Frente Popular. Essa tática abandona a concepção de caracterizar as articulações de frentes democráticas como desvios de direita e, portanto, incentiva a constituições de alianças com outros setores (de socialistas a liberais). O movimento aliancista representa, no Brasil, a primeira tentativa de aplicação da política de frente única contra o fascismo que, a partir de 1934, começava a ser adotada pela Internacional Comunista, rompendo taticamente com a política anterior de ‘classe contra classe’ (VINHAS, 1982, p. 70).

Segundo Lima (1982), Miranda conseguiu convencer o Comitê Executivo da IC de que o Brasil passava por um contexto pré-revolucionário, como consequência foi enviada ao Brasil uma Comissão Especial, provavelmente dirigida por Luís Carlos Prestes, que havia se ligado ao PCB em Moscou, em agosto de 1934, com o intuito de organizar uma ação revolucionária. Como resultado desses fatos, em abril de 1935 surgia no Rio de Janeiro a Aliança Nacional Libertadora (ANL)¹⁶.

A delegação brasileira enviada ao VII Congresso da IC também participou da III Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina e do Caribe, em Moscou em outubro de 1934.

Nessa reunião discutiu-se a situação brasileira e a IC tomou conhecimento da avaliação da direção do PCB da possibilidade de desencadeamento de um movimento armado no Brasil. Com base nos informes exagerados, dados especialmente por Miranda, acabou havendo concordância da IC com essa linha. Tendo-se observado na reunião que era necessário maior trabalho de organização, especialmente entre os trabalhadores do campo, para o desenvolvimento da mobilização, Miranda solicitou o envio de assessores da Internacional Comunista. Voltando ao Brasil, a direção do PCB continuou a imprimir sua orientação de desencadeamento da luta armada, ao mesmo tempo que decidiu apoiar o movimento aliancista, cujo núcleo era composto por tenentes dissidentes do movimento de 1930. A estes iriam juntar-se, cultuando a figura de Prestes, novos tenentes, que ingressaram nas fileiras comunistas depois de terem entrado na Aliança Nacional Libertadora. [...] (KAREPOVS, 2003, p.52)

¹⁶ “A história da ANL começou no segundo semestre de 1934. Seu lançamento, em março de 1935, foi o coroamento de um processo de lutas concretas, de organizações parciais, de acumulação de forças dos setores antifascistas da sociedade. Passou pelas lutas grevistas reivindicatórias da classe operária, pelas discussões de programas de ação entre grupos e partidos de esquerda e pelos tenentes inconformados com os rumos que tomara o movimento de 1930 – lideranças, grupos e reivindicações que encontraram um denominador comum na luta contra o integralismo e a Lei de Segurança Nacional” (VIANNA, 1992, p. 108-09).

Depois da Conferência, Lima tentou retomar suas atividades de alfaiate, pois não receberia nenhuma contribuição do partido, uma vez que não ocupava mais nenhum cargo na direção do PCB. Voltou a frequentar a União dos Alfaiates e Classes anexas e sentiu-se reanimado diante do reconhecimento que recebeu dos antigos companheiros por sua militância. Tal era o seu prestígio no sindicato que lhe foi proposto disputar um cargo de delegado-eleitor¹⁷. Entretanto, durante a campanha acabou sendo preso e deportado para o Uruguai. Depois de passar todo tipo de vicissitudes que tal situação pode proporcionar, conseguiu retornar ao Brasil em janeiro de 1935. No mês seguinte, foi enviado para participar à Petrópolis para organizar um protesto contra a realização do II Congresso Integralista. Logo depois, aproveitando a experiência adquirida na Escola Leninista, Lima foi incumbido de organizar um curso para a formação de quadros políticos que o PCB aspirava implantar. Lima também ficou responsável pelas aulas que inicialmente ocorreram em um sítio em Jacarepaguá e, posteriormente, em São Paulo. Em meados de outubro, com o apoio do Comitê Regional paulista, Lima improvisou uma escola para ministrar o curso. No final de novembro, logo após o término da segunda edição do curso, recebeu a notícia do primeiro levante militar por meio dos jornais.

De 22 a 27 de novembro desencadearam-se os levantes militares que compuseram a última insurreição tenentista. Embora o *putsch* de 1935 fosse um desdobramento da articulação entre a ANL e o PCB, as fracassadas tentativas insurrecionais de Natal, Recife e do Rio de Janeiro foram essencialmente desencadeadas por militares. “O proletariado brasileiro, realmente, não teve a menor participação nos levantes, de ordem puramente militar” (SODRÉ, 1986, p.91). Ao contrário do que ocorreu em 1930, o número de militares sublevados era ínfimo em relação às forças militares que permaneceram do lado do governo. Assim sendo, as tropas de Vargas dominaram facilmente os insurretos.

Os principais desdobramentos do levante foram dar subterfúgios a Vargas para aumentar a repressão e continuar a manutenção da ausência do estado de direito no Brasil. Vargas enviou ao congresso três emendas constitucionais que elevaram o estado de sítio declarado durante o conflito ao estado de guerra, iniciar a cassação de militares e funcionários públicos vinculados a movimentos subversivos e tornar mais severa a Lei de Segurança Nacional. Além disso, para reforçar a garantia de cumprimento das emendas repressivas, o governo criou a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo.

¹⁷ Cargo cuja finalidade era participar da eleição que designaria o deputado classista dos trabalhadores para a Câmara Federal.

[...] A perseguição sistemática se abateu contra os comunistas no Brasil todo, como inumeráveis prisões de dirigentes nacionais e regionais. Nessa situação é que a direção do PCB acabou ficando com Lauro Reginaldo da Rocha, o Bangu, que tentou implantar a linha que a Internacional Comunista passou a difundir em 1937, ou seja, aquela da frente nacional contra a ameaça do eixo nazifascista, comandado pela Alemanha nazista. Essa orientação, essencialmente genérica, foi entendida no Brasil como necessidade de apoiar as reivindicações da burguesia (e de parte da burocracia estatal) por estímulos à industrialização, de modo que seria a burguesia industrial a força da revolução burguesa. (DEL ROIO, 2014, p. 29)

Depois do fracasso de novembro de 1935, o PCB alterou radicalmente sua linha política a respeito da composição das forças motrizes da revolução brasileira. Tal mudança marcou definitivamente a ruptura com a concepção anterior que estabelecia a hegemonia do proletariado e seus aliados circunstanciais no processo revolucionário. Em fins de 1936, chegava ao Rio de Janeiro um emissário da IC trazendo orientações que deveriam adequar o PCB as diretrizes do VII Congresso e corrigir os erros “esquerdistas” cometidos anteriormente. Depois de estabelecer comunicação com membros do Rio de Janeiro e Salvador, foi redigido um documento intitulado “A marcha da revolução nacional libertadora e suas forças motrizes”. Neste documento, o SN¹⁸ apresentou uma análise crítica da atuação do PCB sobre a incompreensão do “papel da ANL como bloco de classes que mobilizaria e dirigiria a luta anti-imperialista e a falsa posição do PCB em relação à burguesia nacional, a qual, por sua vez, seria produto da incompreensão a respeito das forças motrizes e do caráter da revolução brasileira” (KAREPOVS, 2003, p.124). Nesse momento, Leôncio Basbaum se encontrava na Bahia tentando reorganizar o partido, foi surpreendido com a reviravolta em relação à política de alianças e seus desdobramentos para a questão agrária.

[...] Ninguém falava em reforma agrária. Meu livrinho publicado quando eu ainda estava em Maceió, **A caminho da Revolução Operária e Camponesa**, parecia ser um instrumento do diabo, e ninguém no Partido falava nele, nem da defesa que fazia da reforma agrária. O CC em 1934 o havia combatido como sendo trotskista ou coisa parecida, mas esse CC não existia mais. Eu continuava a falar, agora no CR da Bahia, em reforma agrária, mas todos achavam aquilo pura literatura. O que estava na ordem do dia não era mais a Revolução Proletária, os trabalhadores unidos aos camponeses, a famosa “Aliança” de que falava Lenine. Falava-se agora numa “democracia liberal”, numa aliança com a burguesia, em luta pela industrialização que “provocaria a reforma agrária”. Achavam, na Bahia, e creio que também no Rio, que a **revolução democrático-burguesa** tinha de ser feita pela burguesia e com ela deveria ser feita a nossa aliança. (BASBAUM, 1976, p. 165)

O documento redigido pelo SN apresentou uma análise econômica da situação nacional com o objetivo de fundamentar a dependência e a subjugação de nossa economia

¹⁸ Segundo Karepovs (2003), o documento apresentado em nome do SN foi elaborado por André (emissário que trouxe as resoluções da IC), Bangu e Martins.

“semicolonial” ao imperialismo. Daí a necessidade de desenvolver as forças produtivas nacionais para superar a condição de nação produtora de matérias-primas e consumidora de produtos manufaturados das potências imperialistas. O atraso do desenvolvimento industrial não permitia cogitar a construção do socialismo, pois o proletariado ainda estaria em processo de formação como classe consciente de seu papel revolucionário. Portanto, considerando tal contexto econômico e social, aliado ao avanço do fascismo, representado no Brasil pelo integralismo, a tarefa do PCB seria apoiar a Revolução Nacional Libertadora. A novidade desta nova denominação da revolução residia no papel da burguesia nacional como protagonista principal desta etapa que, segundo o SN, libertaria o desenvolvimento das forças produtivas nacionais das “travas da dominação imperialista”. Portanto, os comunistas procuravam retificar sua visão sobre a visão sobre a burguesia nacional, principalmente apostando em seu potencial revolucionário diante do antagonismo com imperialismo.

O que não vimos com clareza até hoje é que a burguesia nacional também é oprimida pelo imperialismo que a impede de se desenvolver, de ampliar a indústria, de libertar seu comércio de se desenvolver e de pôr em exploração as grandes riquezas naturais existentes no país [...] O fato de que a burguesia nacional em sua maioria é anticomunista não impede que ela seja revolucionária contra o imperialismo [...] A burguesia nacional dos países como a China é uma das forças motrizes fundamentais para a Revolução Nacional Libertadora. É preciso trazer a burguesia nacional para a Revolução Nacional Libertadora e abandonar completamente o medo de *caminhar junto* com esse importante aliado, rompendo a posição falsa esquerdista mantida até hoje. [...] (apud Karepovs, 2003, p. 127)¹⁹

O excerto acima demonstra o corriqueiro hábito da IC em tentar adaptar modelos estratégicos oriundos de outros contextos sociais a nossa realidade, dessa vez optou-se pela “via chinesa” que circunstancialmente privilegiava a luta pela libertação nacional contra a dominação imperialista e elegia a burguesia nacional como força motriz desse processo. Não obstante a crença no potencial revolucionário da burguesia nacional diante do imperialismo, os argumentos em relação à necessidade de desenvolvimento industrial são idênticos aos articulados por Simonsen. No ano de 1937, o referido autor apresentou um parecer ao Conselho Federal de Comércio Exterior intitulado de “Possibilidades da expansão industrial brasileira”, em 1939, redigiu “A evolução industrial do Brasil”, memorando preparado a convite do Conselho Federal de Comércio Exterior para a Missão Universitária norte-americana, em visita ao Brasil.

¹⁹ SN do PCB. “A marcha da revolução nacional libertadora e suas forças motrizes”, p. 3.

Em ambos os documentos, Simonsen não apresentou indícios de haver um antagonismo vital com as economias externas. Apesar de tecer críticas aos tratados de comércio que privilegiam as nações fortemente industrializadas em detrimento das nações agrícolas e exportadoras de produtos primários, o foco das medidas pleiteadas em seus argumentos buscava o desenvolvimento industrial por meio de superação da arcaica concepção fisiocrática em nossa economia. Racionalização, protecionismo e planejamento econômico compunham a tríade norteadora do projeto “de uma modernização conservadora que buscava o ‘progresso’ sem a chancela popular. Seu desejo foi o de que sua classe expandisse sua ação cada vez no âmbito do Estado” (MAZA, 2004, p.234).

O projeto industrial da burguesia era o instrumento principal para a superação dos entraves políticos e econômicos acumulados desde o período colonial. A construção de uma nação forte e independente não implicava ultrapassar os limites da condição de subalternidade no contexto da economia mundial. Na concepção do líder industrial, um “Brasil enriquecido seria o maior comprador dos produtos fundamentais e especializados da indústria americana” (SIMONSEN, 1973, p. 83).

Durante o ano de 1936, Lima trabalhou como tradutor para a Athena Editora. Somente no ano seguinte retoma as atividades no partido. Com o objetivo de recompor a integração partidária e ajudar na reorganização dos Comitês Estaduais foi enviado a Minas Gerais e Mato Grosso, passando por Campo Grande e Três Lagoas. Em setembro retornou a São Paulo e foi informado sobre as divergências que haviam surgido no PCB. Não existia um entendimento sobre as forças motrizes da revolução brasileira, para o grupo de Bangu as forças hegemônicas da revolução brasileira eram atribuídas à burguesia nacional, por se tratar de um movimento de caráter democrático-burguês. Contrariamente, o outro grupo composto pelo Comitê Regional de São Paulo (CR-SP), ao qual pertencia Lima, alegava “ser a burguesia nacional incapaz de assumir tal papel, dadas as suas ligações com os restos feudais ainda persistentes no país e com o imperialismo, cabendo essa função ao proletariado” (LIMA, 1982, p. 210).

Note-se que a posição de Lima, juntamente com o CR-SP, ao discordar das recomendações estratégicas do SN, adotava uma visão sobre a correlação de forças nacionais independente da leitura realizada pela IC e incorporada ao documento elaborado pelo SN. Destarte, é importante ressaltar que neste momento Lima defendia uma perspectiva revolucionária totalmente distinta da qual adotaria posteriormente, a partir da década de 1940 e, principalmente, após entrar para a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Nessa instituição, adotou uma abordagem economicista em defesa de “uma

particular forma de revolução burguesa, uma revolução passiva, como caracterizaria Gramsci, posto que foi conduzida por uma fração das classes dominantes, mas dotada de um programa, aquele da industrialização como rota da independência nacional” (DEL ROIO, 2014: 34).

Os desdobramentos dessa divergência se manifestavam no problema de apoio aos candidatos à sucessão presidencial e, conseqüentemente na cisão entre o CR-SP, liderado por Sacchetta, e o Birô Político, dirigido por Bangu, com o apoio da IC. Por discordar da concepção sobre o caráter da revolução brasileira, o CR-SP entendia que o apoio aos candidatos deveria ocorrer desde que fosse estabelecido um programa mínimo que garantisse os interesses das classes populares. Já o grupo de Bangu, preconizava o apoio irrestrito a candidatura de José Américo, sem a necessidade de efetivar qualquer programa.

Outro ponto que os comunistas paulistas contestavam era sobre a legitimidade da direção então existente no PCB, uma vez que desde a insurreição muitos dirigentes estavam foragidos ou presos. O grupo dirigente naquele momento era resultado de cooptação “ao sabor das circunstâncias e dos interesses pessoais, sem a participação dos órgãos superiores regulares [...] sem anuência e mesmo desconhecimento da IC” (LIMA, 1982, p.211). A fim de dissolver as divergências de modo democrático, Lima e Tito Batini, outro integrante do CR-SP, deliberaram intervir propondo ao Birô Político a organização de uma Conferência Nacional que deveria encontrar uma resolução para os pontos divergentes e eleger uma direção regular. Desta proposta, surgiu o “Documento dos 15”, elaborado em 6 de outubro de 1937. A seguir transcrevemos uma parte deste documento que foi editado na íntegra no livro de Lima (1982, pp. 220-221).

[...] A fim de torná-las rápidas, embora provisórias, proporemos as seguintes medidas: 1. Afastamento temporário, até a realização da próxima conferência nacional, do Comitê Central, dos camaradas Paulo, Arnaldo, Luís e André, continuando eles a funcionarem em outros organismos para que forem designados, por serem os principais responsáveis das atuais divergências; 2. Substituição do atual SN; 3. Escolha de três elementos alheios à atual divergência, encarregados de constituir novo SN; 4. Esse trabalho deverá ser realizado por uma comissão de cinco, para cuja composição propomos os seguintes camaradas; Cintra, Souza, Remarque, Cordeiro e Júlio; 5. Essa comissão terá amplos poderes para tanto e começará a funcionar dentro de três dias, após a aprovação do presente documento por parte deste BP; 6. Nenhum membro dessa Comissão de cinco poderá ser escolhido para o futuro SN; 7. Essa Comissão dos cinco, ainda, escolherá entre os seus membros ou fora dela uma comissão de três, encarregada de, juntamente com o SN, preparar os trabalhos referentes à próxima realização, dentro de dois a três meses, no máximo, de uma ampla Conferência Nacional do Partido; 8. As atribuições dessa comissão de três, neste sentido, seria: a. publicação de um Boletim de discussão dos assuntos e problemas a serem postos nas teses; b. publicação das teses e sua remessa às Regiões com um mês de antecedência à Conferência; c. escolha do local e data da Conferência; d. determinação do número de representantes de cada Região; e. exigir que os CRR designem seus próprios delegados; 9. Comunicar, imediatamente, o conteúdo desse documento à IC e a resolução do BP

sobre ele pedindo a sua assistência para o bom êxito das tarefas nele traçadas; 10. A Comissão de cinco será dissolvida logo após a execução das tarefas que aqui lhe atribuem. Do presente documento extraíram-se somente as cópias para o conhecimento de todos os componentes do BP, ficando disso encarregados os camaradas Xavier e Jayme. Ele só será divulgado entre os portadores e os subscritores, sob pena de medidas disciplinares a critério deste BP. Pedimos a este BP que se reúna imediatamente, tome conhecimento do presente documento, resolva sobre ele, e nos comunique sua resposta no dia imediato à reunião.

Bangu e seus seguidores rejeitaram a proposta e utilizaram todos os artifícios para fugir da realização da conferência que constituiria de um novo grupo dirigente de acordo com os estatutos. Diante da recusa, Lima e Batini convocaram os participantes do “Documento dos 15”, composto pela maioria do CR-SP, para organizar a constituição de um Comitê Central Provisório (CCP). Além disso, buscaram apoio e conseguiram o consentimento de outros Comitês para a criação do CCP, sendo ainda, Lima indicado para secretário-geral. Contrariados em São Paulo, Bangu e seu grupo seguem para o Rio de Janeiro, onde conseguiram receber apoio da IC. De acordo com Karepovs (2003), em janeiro de 1938, Bangu enviou uma carta a CEIC por meio de um membro do partido. A carta continha vasta documentação sobre a cisão, acusava o grupo dissidente de ser trotskista, identificava os nomes verdadeiros dos membros do CR-SP com seus pseudônimos, poupando apenas Lima. Além disso, a carta terminava com uma proposta do PCB ao CEIC de realizar uma conferência nacional com a finalidade de discutir as questões e “eleger democraticamente nova direção”. Segundo Lima (1982), a IC acreditou cegamente nas acusações de Bangu sem verificar os fatos. Em setembro de 1938, o CCP foi dissolvido, enquanto o Estado Novo estava plenamente consolidado perante a desorganização do movimento revolucionário.

Pouco tempo depois, entretanto, chegaram a nossas mãos exemplares de *A Classe Operária*, editado na Bahia, em que se revelava grande discordância da linha seguida em São Paulo, num direitismo oportunista que chegava a admitir a burguesia como força motriz da revolução agrária e antiimperialista, pondo em segundo lugar o proletariado e as classes médias, ademais num desesperado apelo ao ditador Getúlio Vargas, de cujo governo fascista esperavam democracia e anistia. Heitor já havia regressado de Mato Grosso, onde se estranhava a falta de notícias. Dei-lhe então conta da grave cisão, informando de que havíamos enviado à Bahia o camarada Noé Ghertel a fim de convidar os componentes do grupo direitista a vir discutir a questão. Estes aqui chegando, prontamente nos convencemos da impossibilidade de qualquer resultado positivo. Transferiram-se para o Rio de Janeiro, de onde desandaram a nos caluniar, tendo na mira principalmente o Heitor, que há muito vinha sendo alvo de calúnias. E para envenenar as nossas bases que não aceitavam sua linha, acusando-nos de perigosos trotskistas, golpistas e até policiais, citavam nossos nomes próprios, quando, ao contrário, eram eles que à polícia nos indicavam. Tudo aconteceu no ano de 1937, quando procurei estudar com Heitor o que fazer diante de tão grave e tão difícil contingência. E redigimos o chamado “documento dos quinze”, no qual dirigindo-os em nome das bases a ambos os envolvidos, reclamávamos, baseados nos estatutos da Internacional Comunista, a convocação de um Congresso destinado a solucionar a questão dentro do

centralismo democrático, elegendo-se nova direção, que desde 1934 vinha sendo formada por militantes cooptados. Bangu e André trataram de fugir à tomada de conhecimento desse documento. E, despossuídos de bases, os oportunistas enviaram Xavier a Moscou, levando tão somente o material do seu grupo. Disso resultou a divulgação, pela rádio oficial da IC, de nossos nomes próprios, e em consequência fomos todos presos e condenados pelo Tribunal de Segurança Nacional – TSN. (BATINI, 1990, p. 66-7)

Entretanto, antes da dissolução do Comitê Central Provisório, Lima foi preso em maio de 1938, quando estava participando de uma reunião no bairro do Brás. O motivo de tal encontro era expor as divergências com o grupo de Bangu. Em dezembro, ocorre seu julgamento, sendo-lhe atribuída pena de um ano e três meses reclusão. O isolamento político e as perseguições resultaram em seu afastamento do partido. Desse modo, podemos dizer que se encerra a primeira fase da trajetória de Lima, tal momento é caracterizado pelo distanciamento do autor em relação ao PCB e também pelo encerramento das suas atividades de militância. Foi libertado em agosto de 1939, sem nada para fazer e sem recursos para retornar ao Rio de Janeiro, permaneceu em São Paulo durante alguns meses, enquanto alguns companheiros do partido arrecadavam dinheiro para ajudar em seu retorno. Durante esse interstício, frequentou a Biblioteca Municipal, dedicando-se a leitura das obras completas de Castro Alves. Desse interesse, surgiria o seu primeiro livro.

Apesar de distintas concepções ideológicas, tanto o PCB, quanto a burguesia industrial objetivavam o desenvolvimento das forças produtivas nacionais durante o período em questão. Ambas as visões implicavam direta ou indiretamente no desenvolvimento da industrialização e na consolidação do capitalismo no Brasil. Nesse sentido, de certa forma, também compartilhavam da mesma concepção sobre os obstáculos imperialistas herdados do nosso processo de colonização, bem como concordavam a posição ocupada naquele momento pela economia nacional dentro da divisão internacional do trabalho. Entretanto, enquanto a materialização dos anseios pleiteados pela burguesia industrial se consolidava na criação de instituições como a CIESP, ELSP, IDORT e FIESP, articulando os elementos classistas, ideológicos, tecnológicos e corporativistas dos industriais, e, principalmente, ampliando sua participação no âmbito do Estado, os comunistas sofriam com as conseqüentes desarticulações do Partido, fruto da perseguição estatal e clandestinidade, além dos impasses teóricos que comumente prejudicavam a formação de alianças e ocasionando divergências no próprio Partido.

Não obstante a debilidade teórica, durante os anos de 1920 o primeiro grupo dirigente do PCB procurou desenvolver uma interpretação relativamente autônoma da realidade brasileira buscando captar a importância da questão democrática, daí a tentativa de realizar

uma política de alianças, através da constituição do BOC, que pudesse inserir o proletariado como sujeito político independente no processo de desagregação da ordem oligárquica. O projeto revolucionário formulado pelo primeiro grupo dirigente, norteado principalmente pelos escritos de Octávio Brandão, começava a ser delineado a partir das teses do II Congresso do PCB em 1925. Tais teses esboçavam o embate entre as oligarquias agrárias e o industrialismo moderno como contradição fundamental da correlação de forças sociais brasileiras. Decorre dessa concepção a adoção da perspectiva revolucionária de caráter democrático-burguês, preconizando a ocorrência de uma terceira revolta. Entretanto, a política de alianças que vinha sendo desenvolvida pelo BOC e que poderia ter inserido a classe operária no processo revolucionário foi interrompida pela interferência da IC a partir do seu VI Congresso. As teses deste congresso, além de classificar como “desvios direitistas” a política de alianças do PCB, acabou desarticulando o primeiro grupo dirigente e desencadeando um processo de perseguição aos intelectuais do partido. Logo, podemos dizer que a interferência da IC bloqueou a formação do pensamento crítico no PCB sobre a formação social brasileira e ocasionou o seu isolamento político.

Notadamente, o que prevaleceu depois do III Congresso do PCB, cujas teses já havia uma aproximação com o VI Congresso da IC que assinalava maior interesse pelas questões da América Latina e particularmente pelo Brasil, foi a continuidade do modelo democrático-burguês. Portanto, a perspectiva revolucionária deixava implícita a necessidade do desenvolvimento da industrialização como etapa necessária para atingir o socialismo. A partir de 1937, logo depois da desarticulação da ANL, a questão da “libertação nacional” presente na orientação para a composição de alianças com setores progressistas e democráticos objetivava apoiar a Revolução Nacional Libertadora. Essa perspectiva marca o abandono da hegemonia da classe operária no processo revolucionário e elege a burguesia nacional como força motriz da revolução democrático-burguesa. Em outras palavras, a partir desse momento o PCB e a burguesia industrial não apenas compartilhavam da mesma posição em relação ao desenvolvimento da industrialização, como também concordavam que a principal classe dirigente do processo revolucionário deveria ser a própria burguesia.

Heitor Ferreira Lima, juntamente com o CR-SP paulista, foi contra essa reviravolta em relação à burguesia industrial. Assim sendo, naquele momento o referido autor se manteve fiel à concepção anterior que via o proletariado como a única classe capaz de conduzir até o final o processo revolucionário. Entretanto, como veremos adiante, tal posição não se sustentou posteriormente quando se desligou do PCB e se vinculou a FIESP. Não obstante o fato de Lima continuar se identificando com o marxismo, as linhas centrais do seu pensamento

procuram fundamentar o desenvolvimento da industrialização no Brasil e, peremptoriamente, abandonam a perspectiva revolucionária. Considerando esse aparente paradoxo, não só é importante analisar o ambiente cultural e intelectual de sua época, cuja interpretação da realidade brasileira, particularmente nos anos de 1950 e 1960, também compartilhava as mesmas aspirações da burguesia progressista, como é imprescindível buscar essa compreensão em sua formação teórica desde os albores de sua militância.

Sendo assim, considera-se que o período retratado, referente à experiência de Lima nas atividades sindicais, partidárias, sobretudo sua formação teórica na Escola Leninista e sua militância durante a década de 1930, é de enorme relevância para compreender seu alinhamento com o pensamento de Simonsen e sua proposta de industrialização como única rota para a melhoria das condições de vida da classe operária e independência econômica da nação.

CAPÍTULO 2 – INTELECTUAL ORGÂNICO DA BURGUESIA INDUSTRIAL

2.1 – Cenário internacional e a industrialização durante o Estado Novo

A combinação de diversos fatores políticos e econômicos desencadearam a ascensão dos regimes totalitários nazifascistas na Europa e seus desdobramentos bélicos. Entretanto, o desfecho da disputa imperialista consubstanciado pelo Tratado de Versalhes em 1919, a revolução russa, o conseqüente avanço dos ideais comunistas nos movimentos operários e a Grande Depressão de 1929, compuseram os elementos fundamentais da conjuntura política e econômica responsável pela deflagração da Segunda Guerra Mundial. Na Europa, o medo do avanço comunista e a crise de superprodução levaram a burguesia a estabelecer alianças com as vertentes nazistas e fascistas, instaurando governos totalitários como mecanismo de proteção e preservação do capitalismo. Nos EUA, a partir de 1932, o governo de Franklin Delano Roosevelt implantava o *New Deal*, conjunto de medidas intervencionistas inspiradas no pensamento do economista britânico John Maynard Keynes. O liberalismo econômico encontrava o seu limite e o Estado passaria a ser o principal agente do processo econômico, objetivando a recuperação e manutenção da economia capitalista.

No Brasil, após a Revolução de 1930, a nova constituição promulgada em 1934, depois da ocorrência de um contexto bélico interno deflagrado pelas elites paulistas alijadas do poder e insatisfeitas com o novo panorama político, serviu apenas de ensaio a tão ansiada ampliação dos direitos políticos. Logo após a tentativa de insurreição em 1935, Vargas intensificou o seu discurso anticomunista e aumentou a repressão contra seus opositores criando em 1936 o Tribunal de Segurança Nacional, órgão que só seria extinto em 1945 após o término do Estado Novo. Em setembro 1937, com a apresentação do Plano Cohen²⁰, documento forjado pelos integralistas e apresentado ao Ministério da Guerra, atribuía à IC a execução de um plano cujo objetivo seria a deflagração de outra insurreição comunista. A apresentação do Plano Cohen serviu de subterfúgio à Vargas para obter o apoio da opinião pública e justificar ao Congresso o retorno do estado de guerra. Decretado o estado de guerra, Vargas, “enviou o deputado Negrão de Lima [...] em missão secreta a vários estados do Norte

²⁰ Sobre a construção do discurso alarmista e anticomunista que culminou na apresentação do Plano Cohen, Karepovs (2003, p.227) traz uma nota em seu livro referente ao conteúdo de um relatório da Polícia Civil do Distrito Federal datado de 26/09/1997. Neste documento, afirmava-se que a IC tinha a intenção de dividir o Brasil em três Repúblicas Socialistas: norte, centro e sul. Bangu seria o líder da parte norte, a parte do centro não é relacionada com nenhum dirigente, e, por último, Barreto (Heitor Ferreira Lima) ficaria responsável pelo comando da parte sul.

a São Paulo a fim de obter a concordância dos governadores com o golpe, em troca da permanência no cargo” (KAREPOVS, 2003, p. 228).

Diante de tal contexto, a suposta conspiração comunista serviu para reunir e angariar apoio de diversos setores sociais à figura do caudilho. Desse modo, Vargas conseguiu se antecipar às eleições do ano seguinte e, apoiado pelas forças armadas lideradas pelo general Góes Monteiro, consolidou definitivamente seu projeto golpista. Em 10 de novembro de 1937, o Congresso Nacional foi fechado, as Assembleias Legislativas e as Câmaras municipais foram dissolvidas, os partidos políticos foram extintos, porém quase todos os governadores foram mantidos em seus cargos, com exceção dos estados da Bahia e de Pernambuco. Foi promulgada uma nova constituição de inspiração fascista inaugurando uma “nova era”: o Estado Novo.

Até a implantação do Estado Novo, o desenvolvimento da economia, especialmente na esfera industrial, ocorreu mediante a combinação de fatores externos e internos. Nesse sentido, a indústria não obteve do Estado o apoio irrestrito tão ansiado, uma vez que a derrubada da velha classe dominante ligada à economia agromercantil não foi seguida da composição de um segmento no poder político desvinculado dos latifundiários. “Getúlio Vargas e sua equipe ministerial não possuíam qualquer projeto de incentivo especial à industrialização. As medidas iniciais de maior relevância do governo Vargas destinaram-se à proteção de vários setores da agropecuária, inclusive a cafeicultura” (GORENDER, 1986, p. 63).

Entretanto, a nova correlação de forças decorrente do movimento político-militar de 30 serviu para desobstruir o desenvolvimento das forças capitalistas, pois suplantou do poder a oligarquia agrária associada ao capital estrangeiro vinculado aos interesses deste setor. Portanto, “o que caracteriza os anos posteriores à Revolução de 30 é o fato de que ela cria condições para o desenvolvimento do *Estado Burguês*, como um sistema que engloba instituições políticas e econômicas, bem como padrões e valores sociais e culturais de tipo propriamente burguês” (IANNI, 1977, p. 13).

Além disso, a Grande Depressão eliminou qualquer alternativa de se manter uma economia estruturada fundamentalmente na produção de produtos primários voltados para o mercado externo, bem como continuar fazendo empréstimos para financiar a superprodução de café. Tal conjuntura favoreceu uma segunda fase de desenvolvimento industrial atrelado à demanda do mercado interno, aproveitando, inicialmente, a capacidade produtiva já instalada e subutilizada até então.

O aspecto principal das alterações que são introduzidas na estrutura econômica brasileira, quando dos efeitos da crise de 1929, está, entretanto, no setor industrial. Em muitos casos bem conhecidos, de quantificação fácil, nem foi significativo o aumento da capacidade produtiva. Não houve necessidade disso: foi, simplesmente, aproveitamento mais intenso da capacidade já instalada. Capacidade que permanecia sub-utilizada pela presença do imperialismo, dominador do mercado interno, já desprotegido. Esse aproveitamento mais intenso da capacidade já instalada reflete-se de imediato em maior taxa de rentabilidade para o capital aplicado e, assim, a acumulação capitalista se desenvolveu rapidamente. Em outros casos, ocorreu a possibilidade de importação de equipamentos, agora necessários, a preços razoáveis, porque a sub-utilização deles, era, agora, nas áreas plenamente desenvolvidas. Trocavam-se os lugares desse modo. Não só tínhamos, nessa altura, condições para resistir ou atenuar os efeitos da crise cíclica do capitalismo em fase imperialista, como tínhamos condições para aproveitar a pausa e desenvolvermos a área capitalista nacional. (SODRÉ, 1964, p. 305)

A hecatombe desencadeada em 1939 definiu os conflitos imperialistas iniciados com a Primeira Guerra Mundial. A Europa ficou arrasada econômica, política e militarmente, desestruturando seu domínio sobre os continentes asiático e africano e, desse modo, possibilitando a ascensão dos movimentos de descolonização que decretariam o fim dos velhos impérios coloniais. Apesar da URSS ter sofrido a maior perda humana entre os países beligerantes, aproximadamente 20 milhões de mortos, seu desenvolvimento econômico e bélico lhe conferiu papel preponderante, juntamente com os Estados Unidos, no contexto mundial pós-guerra.

A humanidade herdou da Segunda Guerra Mundial um mundo dividido entre capitalismo e socialismo, representados respectivamente pelos Estados Unidos e pela União Soviética. A Guerra Fria foi à alcunha utilizada para denominar a disputa política, econômica e ideológica entre as duas superpotências, cuja divisão do mundo em dois blocos antagônicos ficou representada de forma emblemática na cisão da Alemanha. Apesar de não existir um conflito bélico diretamente ligado aos países centrais, desde então o mundo conviveria com a tensão de uma possível catástrofe nuclear devido à frenética corrida armamentista. As consequências políticas e econômicas da Guerra Fria foram muito mais marcantes, pois quase

[...] de imediato, ela polarizou o mundo controlado pelas superpotências em dois “campos” marcadamente divididos. Os governos de unidade antifascista que tinham acabado com a guerra na Europa (exceto, significativamente, os três principais Estados beligerantes, URSS, EUA e Grã-Bretanha) dividiram-se em regimes pró-comunistas e anticomunistas homogêneos em 1947-8. No Ocidente, os comunistas desapareceram dos governos e foram sistematicamente marginalizados na política. (HOBSBAWM, 2011, p. 235)

A economia de guerra permitiu aos Estados Unidos duplicar seu parque industrial durante os anos em que ocorreu o conflito mundial. Porém, a devastação da Europa e o perigo

de avanço dos movimentos comunistas colocavam em cheque a manutenção do capitalismo e, conseqüentemente, da hegemonia norte-americana sobre a esfera do mundo capitalista. Diante desse contexto, antes mesmo do término da guerra, em julho de 1944, os americanos lideraram uma conferência que ficou conhecida pelo nome da pequena localidade onde foi realizada, Bretton Woods, no nordeste dos Estados Unidos.

A Conferência de Bretton Woods reuniu os países em guerra contra o eixo fascista, inclusive o Brasil, objetivando a criação de instituições formais e regras para o gerenciamento das relações comerciais e, principalmente, o gerenciamento do sistema monetário internacional, buscando evitar as crises e os limites apresentados até aquele momento pelo sistema capitalista. Em suma, o acordo de Bretton Woods garantiu aos americanos o controle da economia mundial, uma vez que, ao se estabelecer regras para os países participantes, estes deveriam subordinar suas decisões internas em detrimento do acordo. Dito de outra forma, os países participantes deveriam negligenciar sua soberania para atingir um suposto nível de prosperidade econômica aliado a um, não menos suposto, objetivo de promover uma estabilidade macroeconômica.

Os desdobramentos de Bretton Woods se consubstanciaram na criação de instituições voltadas para o controle da estabilidade econômica: o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird ou Banco Mundial). A primeira instituição buscava a manutenção da estabilidade monetária para facilitar o crédito fornecido pela segunda, que, por sua vez, emitiria créditos visando à estabilidade monetária. Posteriormente, com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, houve a constituição do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), durante uma conferência realizada em Havana em 1947. A função do referido acordo seria regulamentar as relações comerciais internacionais, quebrando as barreiras protecionistas e estabelecendo um acordo de concessões tarifárias entre os países signatários. Nesse sentido, o artigo I do GATT estipulava o princípio da cláusula da nação mais favorecida, buscando garantir que cada parte contratante concedesse o mesmo tratamento tarifário a todas as demais. Portanto, qualquer privilégio relacionado às importações e exportações concedido a determinada nação deveria ser estendido às outras nações signatárias de forma incondicional e imediata. Desse modo, tal princípio norteador do GATT pretendia assegurar a estabilidade do sistema evitando que alguma nação obtivesse vantagem comercial em suas relações com as demais.

Não obstante a importância da ONU e de suas agências reguladoras para o novo contexto de hegemonia americana que emergia a partir do pós-guerra, a questão da recuperação econômica europeia era de vital importância para a manutenção do sistema

capitalista e, impreterivelmente, poderia ser negligenciada pelos Estados Unidos. Por isso, em 1947, a partir de um discurso na Universidade de Harvard protagonizado pelo general Marshall, expressou-se a necessidade da elaboração de um programa que deveria estabelecer um plano de recuperação econômica para toda a Europa. O Plano Marshall, como foi denominado, evidentemente se tratava de um programa cujos interesses estavam estrategicamente vinculados à necessidade de escoamento dos excedentes de produção dos norte-americanos, sobretudo submeter às economias europeias aos interesses particulares do “imperialismo americano”.

Entre as cláusulas mais importantes do Plano Marshall, podem ser mencionadas as seguintes: pelo menos 50% da tonelage de carga transportada em decorrência dos acordos deverão ser em navios sob bandeira americana; os países assumem o compromisso de utilizar os fornecimentos recebidos para desenvolver sua produção, equilibrar seu orçamento e estabilizar a moeda; cooperar com as demais nações para intensificação do intercâmbio; facilitar para os Estados Unidos a transferência de matérias-primas a eles necessárias; abrir conta especial com receitas das vendas efetuadas com os produtos recebidos; possibilidade de suspensão da ajuda pela inobservância das condições previstas ou no caso de julgada incompatível com os interesses dos Estados Unidos. (LIMA, 1965, p. 141)

Em suma, as condições de créditos impostas pelo Plano Marshall conduziram a subjugação política e econômica dos estados devedores, isto é, tal situação de dependência levou a perda da soberania das nações signatárias. Além disso, as condições para a concessão de créditos implicava na tomada de medidas anticomunistas aos países devedores. Por conseguinte, dadas essas condições, as principais críticas ao Plano Marshall partiram da União Soviética e dos partidos comunistas de outras nações. Em grande medida, pode-se dizer que a tensão instaurada entre o leste europeu, liderado pela União soviética, e ocidente deste continente, sob a hegemonia norte-americana, teve sua origem no Plano Marshall. Por isso, quando os EUA constituíram juntamente com o bloco capitalista europeu a aliança militar denominada de Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 1949, a União Soviética e os países do leste europeu responderam com a criação do Pacto de Varsóvia em 1955. Tal contexto, “levou o mundo àquela tensão política conhecida sob a denominação de ‘guerra fria’, que colocou por vezes à beira de uma catástrofe guerreira e que só foi evitada graças à válvula de escapamento em que se tem constituído a ONU” (LIMA, 1965, p. 144).

2.2 - Consolidação do pensamento desenvolvimentista

A burguesia industrial brasileira se manifestou através da figura de Roberto Simonsen durante o contexto da Guerra Fria. Exercendo o mandato de senador, de modo enfático e nada científico, o principal líder da burguesia industrial, apresentou suas concepções políticas, econômicas e religiosas sobre o contexto mundial em um discurso pronunciado na 26ª Reunião do Conselho de Produção e Comércio, reunido em Petrópolis, em outubro de 1947. *Devem pleitear as nações latino-americanas sejam atendidas, no Plano Marshall, as suas aspirações*, foi o título atribuído ao discurso. Neste momento, Simonsen teceu suas concepções sobre a economia nacional e internacional.

Simonsen apresenta uma visão extremamente conservadora em relação à questão agrária quando discorre sobre as transformações políticas e econômicas ocorridas na União Soviética e seus países satélites. Segundo o referido autor, as “profundas reformas agrárias promovidas nesses países constituem, porém, um fator de limitação na produção de gêneros de alimentação” (SIMONSEN, 1973, p. 330). Evidentemente, tal afirmação deixa claro sua posição reacionária em relação à reforma agrária, o que implica considerar que a burguesia industrial nacional não desejava opor-se a classe latifundiária a ponto de romper com o “sagrado” direito burguês da propriedade privada sobre a terra. Em relação ao bloco capitalista da Europa Ocidental, Simonsen prossegue alertando contra os perigos da coletivização para a “democracia cristã”.

[...] E se não houver um ponto de entendimento entre os países da Europa Ocidental, para uma melhor mobilização de todos os seus recursos surgirá, para eles, uma perspectiva catastrófica, precipitando, possivelmente, a coletivização temporária de todo o continente e o êxodo inexorável de massas consideráveis de suas populações. Se isso ocorrer, desaparecerá, em caráter talvez irremediável e definitivo, essa grande trincheira de defesa da civilização ocidental, de tradição cristã e democrática, que por tanto séculos pudemos defender. [...] (SIMONSEN, 1973, p. 330-1)

Foi a partir dessas considerações que Simonsen defendeu a iniciativa norte-americana de “recuperação” da economia europeia. Em sua análise, parte do princípio de que somente aumentando o nível de produção da industrialização pode-se aumentar a qualidade do padrão de vida das massas. Sendo assim, considerou natural do ponto de vista econômico que os EUA dessem prioridade à reconstrução da Europa, uma vez que o padrão de vida do povo europeu era seis vezes superior ao padrão das populações latino-americanas. Além disso, as estimativas demográficas da população europeia equivaliam ao triplo da população estipulada à América do Sul naquele período. Dessa forma, Simonsen compreendia a “unilateralidade do Plano Marshall”, porém reivindicava maior atenção aos povos da América Latina, de

forma que a recuperação europeia ocorresse paralelamente a “valorização do homem latino-americano”.

[...] Com a difusão do ensino e a divulgação dos progressos mundiais, cresce, diariamente, na América Latina, a insatisfação das massas, e daí a instabilidade de nossas instituições governamentais e o amplo campo que se oferece à propaganda extremista. Os 120 milhões de latino-americanos, ocupam uma área territorial de importância estratégica vital, não só para a defesa do continente, como também para a segurança da grande democracia norte-americana. Reequipar o homem europeu, e manter e agravar a pobreza latino-americana, além de constituir uma injustiça social, significa também incorrer num grave erro de estratégia política. (SIMONSEN, 1973, p. 339).

De acordo com tais concepções, Simonsen exerceu papel de liderança enquanto senador da república durante o processo de alinhamento do governo Dutra à política norte-americana no contexto da Guerra Fria. Os desdobramentos desse processo culminaram na cassação do registro político do PCB em 1947. Desse modo, a reorganização do movimento operário, que vinha ganhando vigor desde o processo de redemocratização e tinha intenso apoio dos comunistas, sofreu a segunda ação estratégica do governo Dutra para a desestruturação do proletariado, uma vez que, antes mesmo da promulgação da constituição de 1946, o recém-instaurado governo democrático já havia proibido o direito à greve dos trabalhadores por meio de um decreto.

Em 1947, ao proferir o discurso *As classes produtoras no Brasil e o Partido Comunista*, Simonsen expressou seu enorme contentamento em relação ao fechamento do Partido Comunista e, portanto, a extinção da “propaganda extremista”. Nesta ocasião, ressaltou suas concepções democráticas, afirmando ser a democracia o regime político ideal, constituído livremente por meio da vontade popular para solucionar os problemas das relações individuais e coletivas, para assegurar a necessária liberdade econômica e social. Nesse sentido, argumenta sobre a impossibilidade de conciliação da ideologia comunista ao regime democrático e, por conseguinte, concorda plenamente com a cassação dos mandatos comunistas eleitos em 1946. A premissa universal que estrutura a argumentação anticomunista de Simonsen está fundamentada na incompatibilidade ontológica da essência humana com tal regime político, pois o “regime comunista contraria, portanto, a natureza humana, menosprezando as forças espirituais que constituem a base nuclear da vida; não pode por essa razão perdurar, onde for instituído, por tempo superior aquele que os homens podem suportar, dominados pela força das baionetas” (SIMONSEN, 1973, p. 457).

Além da preocupação com insatisfação das massas, consubstanciada no avanço das ideias comunistas entre o movimento operário, Simonsen também apresentou um estudo sobre

os efeitos do Plano Marshall para a América Latina. Segundo sua análise, as repercussões do programa de recuperação econômica europeia para as economias latino-americanas trariam desdobramentos retrógrados para suas respectivas nações. O Plano Marshall obrigaria as nações sul-americanas a contribuir com matérias-primas oriundas de atividades extrativas, agrícolas e mineradoras, portanto, deslocando enormes fatores de produção para atividades de baixo rendimento e sem garantia de continuidade, sujeitas à instabilidade econômica. Além disso, o fornecimento de bens de produção norte-americanos necessários ao desenvolvimento da indústria nacional estaria comprometido em detrimento da prioridade imposta pelo programa de recuperação americano. Diante de tal contexto, Simonsen concluiu seu discurso em Petrópolis, “aplaudindo”, em nome dos países sul-americanos, os “altos designios” dos norte-americanos ao estabelecer o Plano Marshall. Não obstante o reconhecimento e apoio ao programa pleiteou a participação das nações sul-americanas nos comitês de planejamento e de execução. Sobretudo, alertava para a necessidade do Plano Marshall também atender aos interesses dessas nações, visando à valorização do homem latino-americano concomitantemente à recuperação europeia. Sobre a contribuição das nações sul-americanas ao programa, Simonsen argumentou que não era

[...] justo solicitar às regiões da América Latina, onde o padrão de vida médio por habitantes seja inferior ao padrão de vida médio normal da Europa, qualquer contribuição de trabalho ou de produção, sem a devida remuneração. [...] As contribuições de sacrifício, porventura feitas pelas regiões latino-americanas cujo padrão de vida médio seja igual ou superior ao europeu, devem basear-se, principalmente, na organização de um escala regressiva, em função da renda nacional média por habitante e do valor do comércio internacional por habitante. [...] As nações latino-americanas devem pleitear a organização de uma Comissão de Cooperação Econômica que estude os meios para tornar mais eficiente uma efetiva cooperação dessa natureza entre os países americanos e a obtenção de auxílio norte-americano, para os seus planos de desenvolvimento econômico. (SIMONSEN, 1973, p.342)

No ano seguinte ao discurso de Simonsen, em fevereiro de 1948 o Conselho Econômico e Social da ONU criou a CEPAL, posteriormente estendida ao Caribe. Este órgão estabeleceu sede em Santiago do Chile e foi criado com o objetivo de realizar estudos econômicos para contribuir com o desenvolvimento da América Latina, visando sua integração econômica regional e mundial. A CEPAL faz parte de um conjunto de cinco comissões criadas pela ONU para estudar e monitorar os aspectos econômicos de diversas regiões do globo.

As análises realizadas pela comissão cepalina romperam com os paradigmas clássicos e neoclássicos de explicação para o desenvolvimento econômico. Desse modo, surgiu um

novo aparato conceitual para interpretar as relações entre os países capitalistas desenvolvidos e os localizados na periferia sul-americana, sobretudo nas questões inerentes a divisão internacional do trabalho e seus desdobramentos para as esferas produtiva e comercial. A tese central do pensamento cepalino está fundamentada em uma análise histórico-estruturalista, cujo expoente e articulador principal foi o economista argentino Raul Prebisch. No Brasil, um dos principais expoentes do pensamento cepalino, e também integrante da comissão, foi Celso Furtado.

A preocupação básica da CEPAL era a de explicar o atraso da América Latina em relação aos chamados centros desenvolvidos e encontrar as formas de superá-lo. Nesse sentido, a análise enfocava, de um lado, as peculiaridades da estrutura sócio-econômica dos países da “periferia”, ressaltando os entraves ao “desenvolvimento econômico”, em contraste com o dinamismo das estruturas dos centros avançados; e, de outro lado, centrava-se nas transações comerciais entre os países ricos e pobres do sistema capitalista mundial que, ao invés, de auxiliarem o desenvolvimento da periferia, agiam no sentido de acentuar as disparidades. Com isso, A CEPAL questionava não apenas a divisão internacional do trabalho vigente no mundo capitalista, como também criticava o destino atribuído aos países subdesenvolvidos pela Teoria Clássica ou Neoclássica do Comércio Internacional que sustentava essa divisão. (MANTEGA, 1984, p. 34)

Dessa forma, as análises da CEPAL rompem com a concepção “etapista” e linear de que classificava o contexto dos países pobres como sendo proveniente de um capitalismo atrasado. Nesse contexto de interpretação surge o conceito de subdesenvolvimento como uma forma de organização própria dos países pobres, isto é, a forma que o capitalismo assume nas nações periféricas dentro do sistema mundial. Ao estudar os efeitos da crise de 1929 na Argentina, Prebisch observou que os preços dos produtos primários exportados declinavam em relação às importações dos produtos industrializados, tal mecanismo recebeu o nome de “deterioração dos termos de intercâmbio”. Dessa maneira, parte do excedente econômico dos países periféricos é absorvida pelos países centrais via mecanismos de preços. Tal mecanismo de deterioração colocou em cheque um dos pilares da Teoria Clássica, contestando o princípio ricardiano da lei das vantagens comparativas²¹. Os estudos de Prebisch sobre a economia argentina são ampliados pela CEPAL para explicar o subdesenvolvimento da América Latina. Desse modo, o pensamento cepalino procurou demonstrar como a divisão internacional do

²¹ Segundo a lei das vantagens comparativas de David Ricardo (1772-1823), com o aumento da produtividade proporcionada pelo progresso técnico os preços dos produtos manufaturados caíam em relação aos produtos primários. Desse modo, o distinto desenvolvimento tecnológico entre as nações seria compensado por meio da transferência dos ganhos de produtividade via mecanismos de mercado. Assim, as nações exportadoras de produtos agrícolas se beneficiariam dos avanços tecnológicos das nações industrializadas, tornando-se insignificante onde ocorre o progresso técnico, uma vez que os bens produzidos com as novas técnicas poderiam ser adquiridos no mercado internacional em decorrência das vantagens introduzidas pelo aumento da produtividade.

trabalho cria uma relação de dependência e de transferências dos excedentes das regiões periféricas para as áreas centrais do sistema capitalista.

A caracterização do subdesenvolvimento como uma condição peculiar da periferia do sistema capitalista “é o conceito fundamental na teoria da Cepal. É empregado para descrever o processo de difusão do progresso técnico na economia mundial e para explicar a distribuição de seus ganhos.” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 16). As propostas decorrentes dos estudos cepalinos para corrigir as distorções do mercado nas relações entre centro e periferia convergem para uma proposta reformista. Não obstante a originalidade da crítica à teoria neoclássica realizada pela CEPAL, as soluções apontadas para resolver o problema do subdesenvolvimento da América Latina se limitam a apontar os caminhos para o desenvolvimento do próprio capitalismo latino-americano. O progresso técnico é apontado como fator principal do desenvolvimento e de melhoria do padrão de vida das populações da periferia.

A industrialização incentivada pelo intervencionismo estatal deveria reverter o eixo básico das economias periféricas, historicamente determinado pelo passado colonial. Até então, havia se processado uma forma de desenvolvimento voltado “para fora” de acordo com os interesses das economias centrais, tratava-se de inverter a lógica desenvolvendo o mercado interno por meio da substituição de importações. “Nesses termos, a industrialização é vista como o meio mais eficiente para se conseguir o aumento da renda nacional e da produtividade, para se evitar a deterioração dos termos de intercâmbio e, assim, reter os frutos do progresso técnico.” (MANTEGA, 1984, p. 39).

O Estado deveria planejar e intervir até mesmo como agente econômico direto, proporcionando a infraestrutura necessária ao desenvolvimento industrial, priorizando a alocação e centralização dos recursos necessários ao desenvolvimento nacional. O caráter nacionalista do intervencionismo defendido pelo projeto cepalino levaria ao fortalecimento das economias periféricas em detrimento do liberalismo econômico do comércio internacional tão favorável aos países centrais. Porém, a crítica ao imperialismo comercial e financeiro, consubstanciada na formulação da tese da deterioração dos termos de intercâmbio, não hostilizava a participação do capital estrangeiro no processo de industrialização das economias agroexportadoras. Ao contrário, recomendava aos governos a efetivação de empréstimos, entre outras formas de investimentos.

Destarte, o pensamento cepalino de inspiração keynesiana, embora representasse uma análise original e crítica em relação ao pensamento neoclássico, acabou desenvolvendo uma proposta de solução para o subdesenvolvimento da América Latina essencialmente

conservadora. Ao postular que o baixo nível de padrão de vida latino-americano é causa do insipiente desenvolvimento da industrialização, admite que o principal fator causador do subdesenvolvimento seria a ausência do desenvolvimento das relações capitalistas e, portanto, a solução para os países periféricos seria o próprio capitalismo. Nesse sentido, o pensamento cepalino não trata das contradições entre as classes, apenas advoga em prol de um nacionalismo que beneficiaria principalmente a burguesia industrial das nações subdesenvolvidas. O aspecto mais próximo de questionar as relações de poder decorrentes da propriedade privada que a CEPAL aborda estaria vinculado ao passado colonial, isto é, o latifúndio.

Assim, para a CEPAL, se havia responsáveis pela miséria e pelo atraso das populações periféricas, deveriam ser localizados nos latifúndios feudais ou arcaicos, ou em quaisquer outras atividades pré-capitalistas associadas com o imperialismo comercial. O subdesenvolvimento nada mais é, do que a ausência do capitalismo e não o seu resultado. Persiste, no entanto, o silêncio a respeito da luta de classes ou das possíveis contradições entre a burguesia industrial e o proletariado, as duas classes fundamentais do novo modo de produção que se propõe consolidar. (MANTEGA, 1984, p. 42)

Muitos pontos do arcabouço conceitual que compõem o pensamento cepalino já estavam presentes nos pressupostos teóricos utilizados por Simonsen em defesa da industrialização nacional, desde suas primeiras experiências de racionalização nos anos de 1920. A questão do planejamento econômico veio à tona apenas no decorrer da década de 1940, principalmente nos anos finais do Estado Novo, quando adquiriu notoriedade por meio da polêmica travada entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudín²². Porém, já em 1931 o CIESP publicou *A teoria do protecionismo*, livro do ex-ministro de Estado e economista romeno Michail Manoilescu, cujo pensamento exerceu forte influência sobre as concepções econômicas de Simonsen.

²² Eugênio Gudín (1886-1986), natural do Rio de Janeiro, formou-se em engenharia em 1905. Trabalhou em diversas empresas estrangeiras, em particular a Great Western of Brazil Railway Co., a qual foi diretor-geral por quase 30 anos. A partir da década de 1920, passou a interessar-se por economia e nas décadas seguintes integrou importantes órgãos técnicos do governo federal. Em 1938, participou da fundação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde lecionou até 1957. Atuou como delegado brasileiro em *Bretton Woods* (EUA), entre 1951 e 1956 representou o Brasil junto ao FMI e foi ministro da fazenda durante o governo Café Filho. Autodidata, neoliberal, influenciado por Viner e Haberler, autores livre-cambistas, foi considerado o patrono dos economistas brasileiros. Era contrário ao planejamento e ao protecionismo. Influenciado por suas atividades anteriores, defendia a liberdade do capital estrangeiro e fundamentava sua crítica ao planejamento utilizando como exemplos as experiências do *New Deal*, as ditaduras nazifascistas e os planos quinquenais soviéticos. Desse modo, considera democracia e planejamento inconciliáveis, vinculando o intervencionismo estatal aos regimes autoritários. Sua principal obra foi *Princípios de economia monetária*, de 1943.

[...] O estudo de Manoiesco sobre a produtividade em países industriais e agrícolas concluía pela superioridade da indústria sobre a agricultura, donde se extraía uma série de conclusões em suporte do proteccionismo. Simonsen não só reproduziu essas conclusões como mandou traduzir o livro de Manoiesco (1931) [...] Atraía-o, por certo, em Manuiesco, além da argumentação protecionista, a ideia de que a produtividade é superior na indústria porque o progresso técnico é um processo primordialmente industrial. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 87)

Manoiesco defendia a industrialização como principal fundamento de enriquecimento, devendo ser utilizado nos países agrários e pobres. Nesse sentido, era um crítico da tese de David Ricardo sobre a lei das vantagens comparativas, defendia a existência de desvantagens no comércio internacional entre as nações agrárias e industrializadas. Ideólogo do corporativismo estatal teceu críticas ao liberalismo, cujo individualismo exacerbado se sobrepunha aos interesses coletivos ocasionando a miséria das massas. Para o economista romeno, da mesma forma que o liberalismo foi um modelo econômico indissociável do processo histórico vigente no século XIX, o conceito de Estado corporativo era uma necessidade lógica do movimento histórico no século XX. Nesse sentido, Manuiesco também oferecia aos industriais paulistas uma ideologia do corporativismo.

[...] onde não existe organização econômica coletiva, o único meio de realizar as funções econômicas elementares é a iniciativa individual desorganizada e anárquica. [...] Eis porque o corporativismo, significando organização, envolve a diminuição econômica do lucro individual. Cada passo dado pela sociedade no sentido de uma organização corporativista acarreta um progresso econômico, em virtude do qual vai sendo paralelamente reduzida a importância da renda e o lucro individual no jogo da economia coletiva. [...] (MANOIESCO, 1938, p. XVII)

Simonsen foi eleito presidente da FIESP em 1937, no ano seguinte, a pedidos dessa mesma federação, Azevedo Amaral²³ traduziu o livro *O século do corporativismo*, de Manoiesco. Se em 1932, a burguesia industrial paulista era contra a centralização do poder, durante o Estado Novo houve uma reviravolta em seu posicionamento. A aproximação dos industriais com o governo de Vargas era justificada possivelmente por questões de ordem política (o levante comunista teria levado as classes dominantes a se unirem para defender o seu “guardião”, o Estado burguês) e estratégica (consciência dos industriais de que não poderiam enfrentar a competição dos produtos estrangeiros sem a intervenção do Estado). No

²³ Antônio José Azevedo do Amaral (1881-1942), oriundo do Rio de Janeiro formou-se em medicina em 1903, porém exerceu a profissão de jornalista político. De 1906 a 1916, esteve na Inglaterra exercendo a função de correspondente internacional dos jornais: *Correio da Manhã*, *Jornal do Comércio* e *Gazeta de Notícias*. Posteriormente assumiu o cargo de redator-chefe do jornal *O País*. Partidário das teorias evolucionistas e da sociologia de Spencer, participou do I Congresso de Eugenia realizado no Rio de Janeiro em 1929, defendendo a necessidade de priorizar imigrantes oriundos da Europa. Como escritor, foi um autor de matriz conservadora e autoritária, sua principal obra foi *O Estado autoritário e a realidade nacional*, de 1938.

caso específico de Simonsen, podemos cogitar que sua mudança de posição em relação às suas concepções liberais não ortodoxas “está em sua própria visão positivista, que sem dúvida lhe pavimentou o caminho para aceitar uma forma de organização estatal de feições corporativas” (MAZA, 2004, p. 159).

A partir desse momento, as bases do projeto de industrialização e modernização econômica do Brasil estavam consolidadas em torno do Estado corporativo. Este colocaria em prática as premissas defendidas por Simonsen: protecionismo e planejamento econômico.

Para Simonsen, o sucesso do projeto de industrialização dependia de um decidido apoio governamental, porque os mecanismos de mercado seriam insuficientes e, muitas vezes, nocivos aos objetivos pretendidos. Protecionismo e planejamento foram os dois instrumentos de intervenção estatal a que o autor deu maior importância. [...] (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 84)

Os resultados de um inquérito realizado no país em fins de 1936 foram reunidos em um parecer intitulado *Possibilidades da expansão industrial brasileira*. Este parecer foi apresentado ao Conselho Federal do Comércio Exterior (CFCE) em setembro de 1937. No tópico em que aborda as medidas de política econômica e financeira, Simonsen esboçou um argumento de caráter estruturalista ao analisar o desequilíbrio de nossa balança de pagamentos, proveniente da depreciação dos produtos primários no mercado internacional.

Com o rápido crescimento da população, com o aumento de nossos índices de civilização, e com a concorrência de outros povos produtores de artigos similares, a nossa exportação “per capita” vem caindo, quer em seu valor absoluto, quer em valor relativo. Cada vez exportamos menos em relação ao consumo que fazemos. Ocorre, assim, o desequilíbrio nos principais elementos de nossa balança de contas. Cai o nosso câmbio. Acentua-se o desequilíbrio orçamentário. Lançamos mão de empréstimos ou de emissões para cobrir os *deficits* verificados. Inflaciona-se o meio circulante, ocasionando sucessivos aviltamentos a moeda. Somam-se as causas e efeitos e recomeça-se o círculo vicioso. (SIMONSEN, 1973, p. 85)

Em 1939, surgiu *Evolução industrial do Brasil*, livro de Simonsen. Oriundo de um memorando preparado a convite do CFCE, especialmente apresentado a uma missão universitária norte-americana em visita ao Brasil. Nele, Simonsen aponta as dificuldades históricas de um processo de industrialização em desenvolvimento desde a colonização. Sua argumentação ignorava a centralidade da utilização do trabalho escravo para ressaltar a vultosa produtividade das “indústrias extrativas e agrícolas” coloniais durante os séculos XVII e XVIII. Sobre o século seguinte ressaltou a política livre-cambista e a concorrência dos produtos ingleses como fatores inibidores à nossa industrialização. Por conseguinte, no último período do século XIX destacou a decretação do trabalho livre em 1888, a maior imigração de

colonos europeus e a produção cafeeira como fatores importantes à constituição de um mercado interno. Sobretudo, evidenciou a importância da construção de grandes usinas hidrelétricas na região sudeste, fontes de energia barata, fator essencial à evolução industrial. Simonsen considerava o “progresso industrial, em sua maior parte alheio à ação dos governos e às questões da política interna, gerado por um determinismo econômico inelutável” (SIMONSEN, 1973, p. 29).

Embora considerasse o progresso industrial resultado da existência de um “determinismo econômico inelutável”, tal força não seria suficiente para avançar nosso desenvolvimento industrial no século XX. Por isso as “indústrias pesadas e de base não se podem, porém, formar, com facilidade, sem a existência de capitais e sem a adoção de uma política econômica governamental definida e segura, dentro da qual estejam claramente delineadas as normas da política industrial” (SIMONSEN, 1973, p. 30). Além de pleitear do estado o planejamento de uma política econômica voltada para a indústria, conclamava uma parceria harmoniosa com o imperialismo americano, uma vez que

Os Estados Unidos, com toda a sua boa vontade para com o Brasil, também, não podem adquirir produtos nossos na escala de que necessitamos, para fornecer, em troca, produtos industriais a 45 milhões de consumidores. Temos de buscar nos Estados Unidos, ao invés de artigos de consumo imediato, de preferência produtos para o nosso equipamento econômico. Acontece que é exatamente nesse setor que os Estados Unidos desenvolvem as suas maiores atividades produtoras. A situação nos está, portanto, mostrando como é possível o perfeito ajustamento econômico entre os nossos dois grandes países, sem ferir a nossa evolução industrial, que é absolutamente incompressível. (SIMONSEN, 1973, p.49)

Simonsen exerceu a presidência da FIESP até 1946. Considerando que a federação dos industriais paulistas já era a entidade de maior preponderância na elaboração de um programa econômico industrial e sua orientação econômica encontrava-se em consonância com os pressupostos econômicos de Roberto Simonsen, podemos dizer que o empresariado brasileiro de modo geral também se pautava “por um mesmo pensamento econômico: as orientações nas obras de Roberto Simonsen acham-se mais ou menos explícitas nas manifestações da Federação Industrial do Rio de Janeiro, da Confederação Industrial do Brasil” (LEME, 1978, p. 173).

A elaboração de um programa econômico para o Brasil, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela FIESP em conformidade com os estudos de Simonsen, consubstanciou-se em estabelecer uma política financeira estável; elevar o poder aquisitivo da população por meio do aumento da produtividade; racionalizar a produção agrária; unir o desenvolvimento da lavoura ao da indústria e, por fim, estabelecer uma política comercial externa. De modo

geral, essas foram as propostas de planejamento da economia apresentados por Simonsen em 1943 no I Congresso Brasileiro de Economia, ao discutir o contexto econômico criado pela Segunda Guerra Mundial.

Em face dessa problemática, isto é, das perspectivas e dilemas criados com a Segunda Guerra Mundial e a mobilização econômica do Brasil. Roberto Simonsen considerou que o setor privado não estava preparado para fazer face às novas exigências do capital, tecnologia, Know-how, capacidade de organização, liderança, etc. Por isso, as novas perspectivas de desenvolvimento econômico e, em especial, industrial, exigiam a formulação e utilização de novos instrumentos de ação, incluindo-se o planejamento e o pensamento técnico-científico. (IANNI, 1977, p. 55)

As discussões acerca do planejamento emergem em um contexto histórico demarcado por dois elementos bem específicos: “a crise política interna, oriunda de uma ‘série de problemas econômicos’, e a ‘reorganização da economia mundial’ que, no final da Segunda Grande Guerra, ‘obrigava as classes dominantes a se posicionarem sobre os rumos da economia’” (MAZA, 2004, p. 204).

Em tal contexto, emerge o famoso debate travado por Simonsen e Gudin em torno da oposição entre planejamento e liberalismo. Esse debate iniciou-se a partir das críticas de Gudin às propostas de planificação da economia apresentadas por Simonsen durante o I Congresso Brasileiro de Economia. A resposta de Simonsen foi através de um parecer apresentado ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC) em 1944. A criação do CNPIC em 1944 foi consequência do descontentamento do empresariado nacional que objetivava a hegemonia sobre os mecanismos de decisão econômica do país. Entretanto, seus interesses se chocavam diretamente com outros órgãos do governo federal, particularmente o CFCE e a Comissão de Planejamento Econômico (CPE), este último também criado em 1944.

Da correlação de forças da época decorre uma bifurcação sobre a postura econômica que deveria ser adotada no Brasil. Essencialmente, o caráter desse embate ainda se restringe à antiga dicotomia do pensamento econômico nacional: de um lado, temos uma corrente liberal que preservava em suas concepções um conteúdo fisiocrático e dependente do Brasil (gudinianos) e, de outro, uma burguesia emergente carregando a bandeira do planejamento econômico e do nacional-desenvolvimentismo como formas de elevar a renda nacional e atingir a independência econômica (desenvolvimentistas), este último representado principalmente pelo pensamento de Simonsen.

O parecer apresentado ao CNPIC em agosto de 1944 recebeu o título de *A planificação da economia brasileira*. Neste documento, Simonsen apresentou os argumentos centrais do projeto de planificação defendido pelos industriais. Em seu texto, comentou as apreciações sobre nossa situação econômica e social realizadas pela missão técnica norte-americana que esteve no Brasil no segundo semestre de 1942, liderada por Morris L. Cooke. Simonsen ressaltou a parte do relatório da comissão americana que afirmava o estágio de “adolescência” da indústria nacional, logo a industrialização do país deveria ser “sábida e cientificamente conduzida”, isto é, deveria ser racionalizada para proporcionar um “melhor aproveitamento dos seus recursos naturais”, amplamente disponíveis no território nacional. Dentro deste contexto, a planificação da economia seria um desdobramento dos argumentos da racionalização de várias atividades, abordadas em anos anteriores por Simonsen, elevadas ao âmbito do Estado que passaria a planejar e gerir políticas fomentadoras do processo industrial.

Portanto, o núcleo da planificação seria o desenvolvimento e a modernização da industrialização executada “através de ‘planos quinquenais’ e seria encarada como um ‘guerra contra o pauperismo’, apesar de, em seus horizontes, não estar contemplando nenhum programa de gastos sociais ou de distribuição de renda” (MAZA, 2004, p. 217). Logo, a proposta de planificação estava em perfeita consonância com a concepção hierarquizada do homem e da sociedade que observava não cultivar “a ilusão de uma possível igualdade social e material entre os homens. A hierarquia social, que se estabelece em função da capacidade dos valores individuais, nunca poderá desaparecer, em harmonia, aliás, com tudo quanto se observa na natureza” (SIMONSEN, 1973. P. 466).

2.3 - Heitor Ferreira Lima em São Paulo: ambiente intelectual e contato com Simonsen

Retornou ao Rio de Janeiro no final de dezembro de 1939. A atmosfera da cidade já estava contaminada pelas notícias das primeiras vitórias das tropas alemãs. Lima acompanhou esse contexto em meio à situação delicada que passava, procurava não despertar muita curiosidade e, portanto, vivia discretamente, com receio da repressão policial. Foi trabalhar no escritório de uma oficina que realizava manutenção em letreiros luminosos. Durante esse período, continuou suas leituras para coletar material que iria utilizar em seu primeiro livro.

Em meados de fevereiro de 1940, teve contato com um exemplar de *A Classe Operária*, editado por um Comitê Central composto por Bangu e outros. Segundo Lima (1982), Bangu publicou uma “Carta Aberta” a Getúlio Vargas, o conteúdo deste documento

representava uma atitude de oportunismo, por se tratar de retratações feitas ao governo de Getúlio. Além dessa postura circunstancial por parte de Bangu, ainda continuavam as perseguições contra Lima e outros. Em março, outro exemplar do mesmo periódico trazia ataques, mencionando seu nome e acusando-o de pertencer a um grupo trotskista que servia ao imperialismo e a polícia.

Na metade do ano seguinte, julho de 1941, recebeu uma carta de Tito Batini convidando-o a trabalhar em um jornal que acabava de ser criado, chamava-se *O Esporte*. Batini exercia a chefia do departamento de publicidade deste periódico. Devido às circunstâncias limitadas do atual emprego e a falta de perspectivas, aliadas as denúncias banguzistas, Lima decidiu aceitar a proposta e um mês depois desembarcava em São Paulo. Foi trabalhar no setor de publicidade e sua função consistia em encontrar clientes interessados em anunciar seus produtos no periódico. Entretanto, apesar de seu empenho, não obteve bons resultados, o que refletia direta e negativamente em seu salário. Apesar desta dificuldade de adequação ao novo emprego, o contato com Batini foi importante, pois proporcionou a Lima oportunidades de entrar em contato com o ambiente intelectual paulista. Frequentava a redação do jornal o *Estado de São Paulo*, também se encontrou com antigos camaradas do PCB e desses encontros surgiu à ideia de ser enviado a Montevideú, onde estavam muitos brasileiros exilados, tentar explicar o que havia acontecido durante a luta interna do PCB em 1937.

Com a boa vontade e o empenho costumeiros, em 31 de dezembro Lima embarcou para o Uruguai. Conseguiu estabelecer contato com um antigo camarada que havia conhecido antes, em Moscou, Eugênio Gomes que, naquele momento, era deputado e secretário do PC uruguaio. Antes que pudesse explicar o motivo do encontro a Gomes, este recebeu orientações para não ouvi-lo. Sendo assim, retornou ao Brasil sem obter sucesso em suas incumbências. Essa foi a derradeira tentativa de retomar à militância.

Em 1942, por intermédio de um amigo, Lima e Batini foram enviados à sucursal de *O Observador Econômico*²⁴ oferecer serviço de publicidade. Conheceram o diretor da revista,

²⁴ Revista mensal editada entre 1936 e 1962, foi durante longo período a mais destacada publicação econômica e financeira nacional, “valioso repositório da nossa vida material daquele tempo” (LIMA, 1982, p.294). Durante o Estado Novo, o *Observador Econômico e Financeiro* recebeu apoio do Departamento de Imprensa e Propaganda. Valentim Bouças (1891-1964), proprietário e diretor da revista, foi empresário e economista de formação autodidata e mantinha relações de amizade com Getúlio Vargas. Bouças representava no Brasil a Internacional Business Machine (IBM), também foi fundador da empresa *Serviços Hollerith S/A*, esta última fazia parte dos quadros do IDORT e prestava serviços a diversos órgãos governamentais. Integrou a Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios e a coordenação da Dívida Externa Brasileira do governo provisório de Vargas. Devido sua influência junto aos conglomerados econômicos e as autoridades norte-americanas foi enviado em diversas missões oficiais ao exterior renegociar os contratos da dívida externa.

Humberto Bastos²⁵ que, durante a conversa, os convidou a trabalhar na referida revista. Lima, ao contrário de Batini, considerou ser excelente oportunidade e aceitou de bom grado. Inicialmente, exerceu a função de agente de publicidade, depois passou a ser encarregado deste setor e, em agosto de 1943, devido à transferência de Humberto Bastos para sucursal do Rio de Janeiro, passou a ocupar o cargo de diretor da filial em São Paulo. Durante o tempo em que trabalhou com Bastos, estabeleceu-se grande amizade entre eles, pois existia forte afinidade ideológica, uma vez que Bastos havia sido membro da juventude comunista em Maceió e também era um “estudioso dos problemas e da história econômica nacionais” (LIMA, 1982, p. 254).

O contato com Bastos foi de suma importância para o rumo das atividades profissionais de Lima, uma vez que lhe propiciou ampla rede de contatos com a burguesia e seus círculos intelectuais da época. Assim sendo, “Humberto era bem relacionado com banqueiros, industriais, dirigentes das entidades patronais, devido a sua posição de diretor da sucursal” (Lima, 1982, p. 255). Tal circunstância permitiu-lhe ser indicado para participar do Conselho de Economia Industrial da FIESP, em 1944. Nesta ocasião, Roberto Simonsen, idealizador do conselho, havia feito o convite a Humberto Bastos que não pôde aceitar devido sua transferência para o Rio, porém, indicou Lima para exercer o cargo. Dessa forma, iniciou-se o contato com Simonsen que, segundo nossa hipótese, exerceu grande influência sobre a visão histórica e econômica de Lima. Entretanto, a “afinidade ideológica e intelectual” com Bastos também foi imprescindível para a constituição dos pressupostos teóricos utilizados por Lima.

Bastos publicou dezenas de livros e dezessete opúsculos sobre a economia brasileira. Seus estudos tratavam de diversos aspectos de nossa economia: historiografia econômica, industrialização, planejamento econômico, comércio exterior, política comercial, entre outros. Portanto, convém apresentar alguns aspectos do pensamento deste autor, a fim de corroborar sua afinidade ideológica e sua respectiva influência no pensamento de Lima.

A marcha do capitalismo no Brasil, quarto livro de Bastos, veio a lume em 1944. Em seu prefácio, o autor apresenta uma “explicação indispensável”. O autor esclarece que o livro

²⁵ Jornalista, economista e escritor, Humberto Bastos (1914-1978) foi pioneiro do colunismo econômico na imprensa carioca e na defesa da industrialização nacional. Através da interpretação histórica de nossa evolução buscou encontrar alternativas para os problemas nacionais. Publicou dezenas de obras defendendo a industrialização do Brasil e pleiteava uma política mais seletiva para o capital estrangeiro. Em 1941, apresentou a primeira tentativa de análise macroeconômica nacional, discutindo a falta de integração da economia brasileira e ressaltando a necessidade de reforma agrária. Durante a década de 1970, atuou como conselheiro econômico da embaixada brasileira em Roma.

é oriundo de uma calorosa discussão entre amigos de opiniões distintas sobre o “mundo e o Brasil de após-guerra”. O grupo era composto por

[...] liberais clássicos, com muito mais fisiocratas do que mesmo de liberais; em dois, com teorias fascistas, lembrando ainda experiências corporativas, apesar do fracasso da Itália; dois comunistas, ainda muito utópicos, aplicando o marxismo com uma pureza de claustro, como uma mística, atitude incoerente num legítimo marxista, e ainda outros que discutiam com um ponto de vista mais eclético. [...] (BASTOS, 1944, p. 16)

Devido à “sólida e agradável amizade” que Lima cultivava com Bastos, podemos supor, embasados tanto cronologicamente quanto numericamente, que os dois comunistas se tratavam de Lima e Batini. Porém, aspecto mais relevante que a identidade dos protagonistas do debate, está na exposição sobre o atual estágio do desenvolvimento capitalista brasileiro defendida por Bastos. Utilizando uma divisão sobre a evolução o capitalismo, defendida por um professor da Universidade de Colúmbia, segundo a qual existem quatro etapas do desenvolvimento capitalista: mercantil, industrial, financeiro e estatal. Segundo Bastos, apenas na década de 1940 havíamos “atingido uma certa vitória com o capitalismo comercial, isto mesmo em algumas regiões, e que noutra região existe apenas um capitalismo intermediário entre o capitalismo mercantil e o industrial” (BASTOS, 1944, p. 16). Assim sendo, o Brasil era considerado

[...] um país pobre, com cerca de 60% do seu território em regime semicolonial. E achamos que este país precisa enriquecer. Antes disso qualquer tentativa de aplicação de experiências teóricas ou de pura filosofia será nociva. Achamos também que o Brasil precisa criar seus próprios problemas. Precisa criar o seu clima econômico, à base de um moderno sistema, para que esses problemas nasçam. Criar a sua civilização. O resto é querer plantar rosas em terra de massapê. O resto é querer transplantar velhas fórmulas para complicar mais o roteiro desse povo inteligente, bom e pobre. (BASTOS, 1944, p. 17)

O excerto acima denota a posição nacionalista, com resquícios de alguns elementos comunistas, como o caráter semicolonial. Além disso, encontramos em sua bibliografia autores como: Adam Smith, Friedrich Engels, Mauá, Caio Prado Jr., Gilberto Freyre, Roberto Simonsen, Valentim Bouças, Heitor Ferreira Lima, entre outros. Este último, se trata do primeiro livro de Lima, um ensaio biográfico sobre Castro Alves, editado em 1942. A obra consiste em uma narrativa articulando a breve vida do poeta abolicionista com acontecimentos significativos política e economicamente do Brasil e do mundo, durante a segunda metade do século XIX.

O livro de Bastos está dividido em quatro capítulos. O primeiro trata do período colonial, já nessa etapa de nossa história o autor identificava o desenvolvimento de uma “vida econômica” na colônia. Tal contexto classificava a estrutura colonial “com o critério de grande unidade produtiva, onde se concilia a atividade agrícola (plantação de cana) com a industrial (fabrico de açúcar). Nela se baseará durante séculos o nosso esforço econômico” (BASTOS, 1944, p. 37).

O segundo capítulo aborda a próxima etapa da evolução econômica nacional, ocorrida durante o século XIX. O autor aponta a existência de tendências industrialistas já presentes durante a primeira assembleia constituinte. Contrapondo a concepção fisiocrática, predominante no sistema econômico nacional da época, explica o sentido da tarifa Alves Branco e ressalta o ímpeto progressista deste que é considerado pelo autor o primeiro capitalista brasileiro: Mauá. No capítulo seguinte, intitulado *Nova fase do capitalismo e uma melhor política de enriquecimento*, comenta os desdobramentos das ações do primeiro ministro da fazenda do período republicano.

[...] Uma República não poderia de modo nenhum se apoiar numa colônia de plantação, numa colônia agrária e monocultora. E Rui Barbosa realizou aquela notável tarefa: a criação dos bancos emissores, divididos em 3 regiões nacionais. Essa transformação do Brasil numa “sociedade anônima” [...] era inegavelmente a extraordinária tarefa do novo ministro da Fazenda, querendo descentralizar a formação das riquezas e estimulando os negócios. E como quer que fosse, de 1890 a 1895, surgiram, no Brasil, cerca de 450 fábricas, com 220 mil contos de réis, aproximadamente, de capital. A época que se chama de encilhamento, iniciada discretamente no império, criara um admirável **boom** de negócios, com que se tentaria enfrentar o capitalismo financeiro em progressão geométrica, na Europa. [...] (BASTOS, 1944, p. 135)

Continua o capítulo abordando as consequências da política fiscal, em seguida menciona o enfraquecimento da “ordem existencial econômica” conservada pelos fisiocratas sobre o sistema político democrático. Tal desfalecimento da economia agroexportadora se deve ao surto industrial estimulado pela Primeira Guerra Mundial. Termina o capítulo apresentando o panorama da década de 1940, caracterizando o Brasil como país semicapitalista e colonial devido à existência de uma situação indefinida economicamente, ou seja, “nem é um país industrial, porque sua pequena indústria de transformação não representa riqueza sólida; nem é agrícola, porque não ocupou nem metade da área cultivável do território, nem aparelhou cientificamente os núcleos de produção” (BASTOS, 1944, p. 181).

O quarto capítulo encerra o livro com o respectivo título: *Progresso técnico e padrão de vida*. Dessa forma, o autor associava o nível do padrão de vida do povo aos fundamentos

do sistema econômico e ao progresso técnico, mesmo argumento utilizado por Simonsen para justificar a industrialização e o planejamento econômico. Bastos identificou em nossa herança colonial, assentada na escravidão e monocultura, o principal obstáculo para o desenvolvimento dos métodos de produção nacionais. Para este autor, até fins do século XIX o aumento da produção equivalia ao aumento da massa de escravos, uma vez que não havia um constante desenvolvimento das técnicas de produção, permanecendo homogêneas em todas as regiões do país. Somente depois da República e, de modo mais intenso, a partir da Primeira Grande Guerra ocorreu um avanço tecnológico significativo que, como efeito negativo, foi diferenciando economicamente a situação das regiões brasileiras e propiciando melhores condições onde se desenvolvia o progresso técnico dos meios de produção. Sendo assim, concluiu que os “instrumentos de produção são os fatores fundamentais de riqueza e de progresso. O alto índice de bem estar de uma população se acha ligado, intimamente, ao grau de seu desenvolvimento industrial e ao critério adotado para o consumo” (BASTOS, 1944, p. 203).

Portanto, segundo Bastos, o baixo padrão de vida do povo brasileiro era consequência da ausência de um sistema econômico baseado no progresso técnico, da não diversificação de nossa indústria e, conseqüentemente, da inexistência de um mercado interno com razoável capacidade aquisitiva. Nas últimas páginas o referido autor apresenta alguns “atalhos fundamentais”, reunidos em sete itens, para se elevar o padrão de vida da nação: primeiro, reforma agrária, compreendendo a mecanização e, portanto, a modernização e o abandono do empirismo, comumente empregado na produção agrícola; desenvolvimento de todas as redes de transportes para interligar os centros de produção, dinamizar o mercado interno e facilitar o escoamento da produção; a partir da criação da indústria de base, ampliar o nosso parque industrial produzindo maquinismo e veículos, e, dessa forma, superar o artificialismo de nossas indústrias; através de uma parceria entre as esferas público e privada, investir na educação técnica para criar grupos de trabalhadores especializados com salários razoáveis; racionalização do sistema bancário com a criação de um Banco Industrial e com o aumento do crédito destinado às atividades de exploração de nossas riquezas; nova política imigratória e, por último, “prática do imposto com função econômica e não fiscal”, ou seja, racionalização do sistema tributário.

Em 1949, vem a lume outro livro de Bastos: *Rui Barbosa: ministro da independência econômica do Brasil*. Segundo o autor, além de Mauá, Rui Barbosa (1849-1923) seria outro grande precursor das ideias industrialistas no século XIX. O livro procura desfazer a visão pejorativa em torno da atuação de Rui Barbosa como Ministro da Fazenda durante o primeiro

governo republicano. O nome de Rui Barbosa ficou historicamente ligado ao período de crise conhecido como *encilhamento*.²⁶ Ao contrário das vertentes nacionais da época de Rui Barbosa, imbuídas das teorias clássicas de economia que atribuíam o principal fator causador da inflação às emissões de papel-moeda, Bastos considerou o período do *encilhamento* como um momento de enorme expansão da economia brasileira. “Só um acontecimento na história brasileira pode ser igualado a esse período: o da descoberta do ouro, logo canalizado para Londres através de Lisboa.” (BASTOS, 1949, p. 78).

Nesse período, foram fundadas aproximadamente 452 fábricas (SIMONSEN, 1973). De acordo com o crescimento no número de fábricas, Bastos considerava a gestão financeira de Rui Barbosa de caráter industrialista e nacionalista. Além disso, ao ressaltar as atividades econômicas e políticas de determinadas personalidades, fica implícito a valorização da ação de setores progressistas das classes dirigentes como principais fomentadores do processo histórico, negligenciando a existência dos setores sociais explorados. Essa concepção foi compartilhada por Heitor Ferreira Lima em trabalhos posteriores.

Analogamente ao livro de Bastos, Lima publicou dois estudos sobre o surto de industrialização de nossa economia ocorrido entre o final do século XIX e meados dos anos 1950 ressaltando as ações de determinadas personalidades da classe dominante em prol da industrialização. Além de Rui Barbosa, foram incluídos Mauá e Simonsen como principais industrialistas brasileiros. Sobre os desdobramentos da atuação de Rui Barbosa como ministro da Fazenda, o que Bastos considerou como medidas que originaram nossa “independência econômica”, Lima concebeu se tratar de ações de um “revolucionário”.

Desenvolvimento ou escravidão, livro editado no ano do Golpe Militar, foi um dos últimos trabalhos de Bastos. No prefácio, o autor confessou ter atingido com este volume a maior parte de registro e interpretação do processo de desenvolvimento nacional. Tal

²⁶ Logo no início do período republicano, com a libertação dos escravos, veio à tona a carência de meio circulante para efetivar o pagamento do trabalho assalariado. Segundo Caio Prado Jr (2012), calcula-se que aproximadamente 50 mil contos anuais se tinham tornado necessários para o pagamento de salários. Importância considerável numa circulação que não ultrapassava 200 mil. Rui Barbosa tentou diversas medidas para solucionar essa inadequação do sistema monetário ao trabalho assalariado. Evidente que tal desequilíbrio nos meios de pagamento também era agravado pela entrada de cerca de duzentos mil imigrantes no Brasil. Sendo assim, o governo tentou resolver o problema da escassez de moeda recorrendo às emissões de papel não conversível. As emissões foram feitas por vários bancos regionais através da concessão de crédito, configurando um sistema de poliemissão. Com a expansão de crédito, a especulação surgiu como consequência intrínseca à falta de controle existente na política de concessão. No final de 1891 estoura a crise provocada pela especulação. O desequilíbrio das contas externas é agravado pela suspensão da remessa de novos capitais ao Brasil, devido à instabilidade política e econômica do momento da transição republicana. Essa circunstância, somada as emissões descontroladas e as atividades especulativas provocaram a desvalorização cambial e desenvolvimento de forte processo inflacionário.

contribuição foi resultado do trabalho de 25 anos de estudos econômicos e sociais. Porém, admite ainda estar devendo estudos sobre “‘Estatismo e Capitalismo’ e ‘História Geral da Economia Brasileira’. ‘A História Industrial do Brasil’, anunciada em 1948, está agora em mão seguras: o bom amigo Heitor Ferreira Lima” (BASTOS, 1964, p. 7).

A incumbência depositada em Lima ressalta os seus interesses pelo processo de industrialização. Dessa forma, foi-lhe confiada à responsabilidade de ajudar a concretizar a extensa obra sobre a nossa historiografia econômica, escrevendo um estudo sobre o desenvolvimento da industrialização nacional.

Ainda no prefácio, Bastos expõe elementos axiais de sua concepção sobre as perspectivas política e econômica do Brasil. Criticou a “polarização sectária” entre os economistas daquela época, fundamentada em posições políticas de “esquerda” ou “direita. Ao contrário do que ocorreu no passado, quando o antagonismo entre os economistas se limitava ao âmbito do fato econômico, consubstanciando a luta ideológica entre metalista ou papelistas, inflacionistas ou anti-inflacionistas, estruturalistas ou monetaristas e liberais ou intervencionistas. Bastos considerava perigoso esse tipo de polarização, pois ao se distanciar do fato econômico, o economista perderia a racionalidade científica. Continua seu raciocínio atribuindo ao antagonismo entre as posições de direita e esquerda uma tentativa de copiar modelos econômicos estranhos as nossas bases culturais, criticou a experiência de “corporativismo brasileiro” inspirado nas experiências nazifascistas e concluiu argumentando que a “radicalização entre democracia e comunismo, é querer forçar muito o salto do processo histórico” (BASTOS, 1964, p.8).

As expressões cubanizar, russificar, etc., são tão antipáticas como as predominantes durante muito tempo: anglicizar, afrancesar, norte-americanizar. Para que isto, se temos já uma personalidade como Nação e podemos fortalecer esta civilização dos trópicos com os traços originais marcantes que vem assinalando o nosso processo de desenvolvimento? Se podemos criar uma civilização com bases culturais próprias, por que imitar modelos, se a imitação no passado não nos trouxe ponderáveis benefícios? (BASTOS, 1964, p.8)

Esse tipo de mimetismo econômico foi classificado por Bastos como colonialismo cultural, a pior forma de colonialismo. Apesar da originalidade do termo, não podemos dizer o mesmo do conceito que o neologismo denota, uma vez que, ao questionar as tentativas de estruturar a economia brasileira utilizando modelos empregados em outras nações com condições distintas das nossas, o autor estaria recorrendo a nossa herança colonial como principal fundamento desse tipo de mimetismo econômico. Essa é a questão central do livro, apontar as tendências externas adotadas na estruturação de nossas forças produtivas que

condicionaram o desenvolvimento do capitalismo no Brasil apenas em atividades agrícolas e extrativas e retardaram o progresso técnico de nossa indústria.

O livro está dividido em 26 capítulos, ao tratar da desigualdade social justificou o baixo padrão de vida do povo como principal consequência do ínfimo desenvolvimento técnico das forças produtivas. Em outras palavras, a desigualdade social seria causa de nossa “acomodação agrária” e do subdesenvolvimento de nossa indústria. “Se hoje os miseráveis estão na rua clamando contra a miséria, a culpa maior cabe aos promotores do pauperismo, aos fabricantes da pobreza, aos fabricantes da indigência, aos latifundiários do egoísmo, indiferentes à escravidão que o subdesenvolvimento facilita” (BASTOS, 1964, p. 97).

A influência de Simonsen está patente na metodologia de análise empregada por Bastos. Impera em sua análise a visão de um capitalismo em desenvolvimento desde os primórdios de nossa colonização. A constante combinação de dados estatísticos com analogias em relação aos parâmetros e processos de desenvolvimento de outras nações capitalistas, especialmente os Estados Unidos serve para demonstrar os equívocos e entraves do nosso sistema produtivo. Sobretudo, o conceito genérico de indústria empregado para abordar as etapas de nosso processo histórico. Para Bastos, o caráter da “primeira modificação estrutural que o Brasil registrou se acha representada pela saída do território do regime de escambo entre índios e estrangeiros (índigenas e alienígenas) para se transformar e uma importante empresa agro-industrial” (BASTOS, 1964, p. 235).

No último capítulo, *Sistema misto da economia brasileira*, o autor abordou as tentativas de planejamento de nossa economia implantadas a partir da década de 1940. Bastos identificou políticas intervencionistas no Brasil desde a abertura dos portos em 1808, contrariando a premissa de que existia o clássico liberalismo econômico em nossa economia. A partir dessas considerações, procurou distinguir intervencionismo de planejamento, sendo que “o planejamento é que impõe o intervencionismo. E no Brasil diversos exemplos são de intervencionismo sem planejamento.” (BASTOS, 1964, p. 371).

O desfecho do livro é um alerta para evitar a exacerbação do componente nacionalista na estruturação do planejamento econômico em algumas vertentes desenvolvimentistas. Sendo assim,

[...] é importante que se saliente este aspecto – existe a generalização consciente da filosofia do desenvolvimento, por vezes confundida com um xenofobismo que pode comprometer o próprio desenvolvimento. Há uma outra pulsação histórica neste país. Mais forte. De raízes populares. Efetivamente. Há um impacto contra a escravidão econômica. O essencial é que a nova explosão nacionalista seja deformada e usada indebitamente por instrumentos políticos-partidários que não se detiveram no entendimento global do problema do desenvolvimento econômico. Se

nessa conjuntura não funcionarem o economista e o sociólogo apontando o perigo de estar escondida sorrateiramente na bandeira da luta pelo desenvolvimento uma intenção tática de manter o subdesenvolvimento e o pauperismo, aquela pulsação histórica será desviada e reprimida e a explosão nacionalista orientada para fins muito pouco nacionais, à base de uma mistificação verborrágica de conteúdo xenófobo. Podemos parafrasear Lenine dizendo que o xenofobismo é a doença infantil do nacionalismo. (BASTOS, 1964, p. 374-5)

De acordo com o excerto acima, é possível notar que Bastos é favorável ao capital externo e, portanto, nesse aspecto, também está em acordo com Simonsen. Porém, os elementos de seu pensamento apresentados anteriormente não permitem questionar a sua posição nacionalista. Segundo Bielschowsky (2000), o desenvolvimentismo se tornou a ideologia dominante na década de 1950. De modo geral, podemos defini-lo como um projeto de superação do subdesenvolvimento estruturado em três pilares: industrialização integral, planejamento econômico e no apoio estatal. A partir dessa definição geral, Bielschowsky identificou três correntes do pensamento desenvolvimentista: duas do setor público, sendo uma de aspirações nacionalistas e outra não nacionalista, e a terceira do setor privado, também de aspirações nacionalistas. As duas correntes identificadas com as posições nacionalistas eram favoráveis ao capital estrangeiro e ambas foram influenciadas por Simonsen, porém a corrente vinculada ao setor público adotava uma explicação de caráter estruturalista para o processo inflacionário. Bastos deixa claro sua tendência em relação à corrente nacionalista do setor público ao realizar uma análise do processo inflacionário no respectivo capítulo de seu livro: *O fantasma da inflação e a influência internacional*.

Retomando a trajetória de Lima, durante o tempo em que dirigiu administrativamente a sucursal de *O Observador Econômico*. Suas atividades principais consistiam em cuidar dos agentes de publicidade, redigir os anúncios, quando houvesse necessidade, e selecionar os principais acontecimentos econômicos e financeiros do Estado. Esporadicamente, redigia reportagens comerciais de grande vulto, cujas publicações se faziam separadas em opúsculos especiais. Sobre o caráter de tais reportagens é interessante ressaltar o comentário do próprio diretor do periódico:

Tais tipos de publicidade comercial era necessariamente dispendioso, por que, além do avultado número de páginas e custo das separatas, exigiam viagens e estadas em hotéis de redator especializado e fotógrafo, durante semanas seguidas. Sua redação devia ser feita em linguagem corrente, de fácil compreensão para o leitor, tendo sempre longo “nariz de cera” sobre o histórico da matéria e sua inserção no contexto da economia nacional, tornando-se trabalhoso escrevê-la. Deveriam ter caráter meramente expositivo, sem qualquer análise e muito menos crítica. Seus objetivos visavam motivos particulares, nunca expressos naturalmente. Quase todas eram angariadas por Raimundo de Carvalho, ótimo publicitário, exclusivo da matriz do Rio, que muito dinheiro ganhou com essas atividades [...] (LIMA, 1982, p. 257).

Evidentemente, não queremos cogitar que Lima não tivesse consciência do conteúdo ideológico e político de tais reportagens, uma vez tendo sido líder sindical, aluno da escola Leninista e secretário geral do PCB. Portanto, ao contrário, nossa intenção é justamente ressaltar a consciência dele em estar servindo aos interesses “particulares” da burguesia industrial. O trecho citado deixa evidente a intenção de determinados setores em constituir uma visão ideológica a favor da industrialização, pois as reportagens comerciais mencionadas tinham como objeto segmentos do setor industrial (Cia. Vale do Rio Doce, Companhia de Cimento Portland do Paraná, etc).

Outro importante aspecto a ser destacado é a abordagem de cunho positivista sobre a economia e a industrialização que tal contexto denota. Ao criar periódicos especializados na área econômica para formar determinada “consciência” industrialista, conseqüentemente, recorria-se a valorização de técnicos e especialistas para aumentar a credibilidade das posições defendidas. O conhecimento especializado era utilizado como principal subterfúgio para legitimar os interesses da burguesia industrial. Para isso, a criação da imprensa especializada na área econômica serviu como mecanismo de legitimação ideológica do qual Lima participou, principalmente após assumir a direção da sucursal de *O Observador Econômico e Financeiro*.

Entretanto, não havia no Brasil uma regulamentação dos profissionais nesta área do conhecimento. Os “economistas”, frequentemente, provinham de outros contextos, normalmente eram estudiosos dos assuntos econômicos que tinham formação acadêmica em outras áreas. Sendo assim, a valorização do conhecimento técnico em economia, principalmente pela imprensa especializada, acarretou a necessidade de regulamentação da formação superior nesta área do conhecimento.

O processo pelo qual se deu a crescente participação de técnicos como os economistas, os engenheiros e os oficiais militares nas iniciativas de planejamento e nos órgãos reguladores do Estado nacional foi acompanhado pela consolidação de um importante campo de debates de ideias econômicas, que tomou corpo pelo surgimento das revistas especializadas e também pela valorização da profissão de economista, o que implicou a regulamentação da formação superior nessa área. Data do Estado Novo, nesse contexto, a elaboração do programa único obrigatório para o ensino superior de economia, de autoria dos economistas Eugênio Gudín e Otávio Gouveia de Bulhões. Até aquela data muitos dos economistas brasileiros haviam alcançado sua formação pelo exercício de funções *ad hoc* em órgãos de governo e também por sua atuação como empresários ou dirigentes de empresas de setores como construção civil e infraestrutura, tendo tido sua aprendizagem formal nos cursos de Engenharia, como era o caso, por exemplo, de Roberto Simonsen e Lucas Lopes, engenheiros reconhecidos como “economistas”. (CORRÊA, 2011, p. 4-5)

Lima permaneceu na sucursal até 1955. Durante esse período também teve contato com Valentim Fernandes Bouças. Concomitantemente ao seu trabalho no periódico de Bouças, também desenvolveu outras atividades, dentre elas, participou do Conselho de Economia Industrial da FIESP, criado por Roberto Simonsen. Inicialmente, em outubro de 1944, participou da redação de teses que os representantes da indústria brasileira deveriam apresentar à Conferência de Raye em Nova Iorque, em novembro de 1944. Tal evento teve caráter preparatório para outra conferência, a de Bretton Woods. Lima foi incumbido de apresentar trabalho sobre a política comercial entre as nações, utilizando para tal, escritos do próprio Simonsen. Depois, o Conselho desenvolveu material destinado ao Congresso Brasileiro da Indústria, evento que participou contribuindo com as teses referentes à Política Comercial das Nações, Tratados de Comércio e Cooperação Econômica, Sentido da Industrialização Brasileira: grande, média e pequena indústria, tomando parte na 1ª e 5ª Comissões. O Conselho também elaborou trabalho apresentado à Conferência de Havana, cujo evento permitiu a constituição do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). Depois da eleição de Roberto Simonsen ao Senado, as atividades do Conselho reduziram-se muito e, em 1946, Lima foi convidado a dirigir o periódico da FIESP intitulado *Revista Industrial de São Paulo*, função que exerceu até março de 1949.

Em 1950, após o fechamento da revista e a extinção do Conselho de Economia Industrial, dirigiu o *Boletim Informativo* da FIESP até novembro de 1951. Em fevereiro de 1953, foi constituído o Departamento de Economia Industrial composto pelos antigos membros do Conselho, dentre eles Lima. Em novembro de 1956, um após deixar a sucursal de *O Observador Econômico e Financeiro*, assume a chefia do Departamento Econômico no Consórcio Brasileiro de Investimentos, permanecendo neste órgão até novembro de 1959. Com o declínio das atividades do Consórcio, pediu demissão e procurou o chefe do Departamento de Economia da FIESP para pleitear outra ocupação. Em fevereiro de 1960, assume a função de economista da FIESP.

Apesar de pouco tempo de convivência, a influência do pensamento de Simonsen sobre as concepções econômicas de Lima foi considerável, podendo ser notada em seus escritos desde o início de sua participação no Conselho de Economia Industrial. Simonsen exercia papel de líder, não somente no âmbito hierárquico da FIESP, mas também desenvolvia com grande afinco suas concepções a respeito da economia e da industrialização na esfera política, sabia impor seus interesses com astúcia e demagogia, tentava sempre demonstrar que as suas ideias estavam voltadas, primordialmente, para a melhoria das

condições de vida dos trabalhadores, associando sempre o desenvolvimento industrial ao equacionamento dos problemas sociais.

2.4 - O pensamento econômico de Heitor Ferreira Lima

Heitor Ferreira Lima, concomitantemente ao trabalho na sucursal e, posteriormente, exercendo a função de economista da FIESP, desenvolveu diversas atividades: tradutor, jornalista e escritor. Em São Paulo, colaborou praticamente em todos os jornais, desde os mais tradicionais até os recém-criados, e também escreveu para diversas revistas de cunho econômico: *Hoje*, *A Revista Brasiliense*, *Letica*, *O Mundo Motorizado*, *IDORT* (pertencente ao Instituto de Organização Racional do Trabalho), *Indústria e Comércio* (FIESP), *Revista Têxtil*, *Indústria e Desenvolvimento* e *Trópico*. No Rio de Janeiro escreveu esporadicamente nas revistas *Desenvolvimento & Conjuntura* e *Revista do Comércio*. Como tradutor trabalhou para a Athenas Editora, Edições Cultura e Livraria Martins Editora.

De acordo com Bielschowsky (2000), os principais órgãos de divulgação do pensamento desenvolvimentista da corrente do setor privado foram os periódicos *Estudos Econômicos* e *Desenvolvimento & Conjuntura*, este último, como apontado anteriormente, publicou artigos de Lima. Os principais núcleos representantes da ideologia desenvolvimentista do setor privado foram a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a FIESP. Evidentemente, ao estar diretamente vinculado a um desses órgãos, e, principalmente por exercer a função de economista, Lima deveria reproduzir a ideologia correspondente aos interesses da classe representante do setor privado, isto é, a burguesia industrial. Simonsen foi um dos principais economistas e líder dessa corrente, os principais elementos defendidos eram; planejamento econômico, industrialização com proteção estatal ao capital nacional; crescimento fundamentado na expansão do mercado interno e na substituição das importações; favorável ao capital estrangeiro, mas sem abrir mão do protecionismo; a favor do investimento estatal nas áreas em que o setor privado não tivesse condições para se desenvolver; crédito como principal instrumento de crescimento à produção. Em seguida, será analisado como esses pressupostos foram articulados no pensamento de Lima.

Seu primeiro livro, citado anteriormente, trata-se de um ensaio biográfico sobre o poeta baiano Castro Alves, publicado em 1942. A partir de então, estariam “assim configurados os maiores interesses intelectuais de Heitor: o ensaio biográfico e a economia, ou melhor, a história econômica. Desses interesses e atividades é que se desdobra a sua interpretação da realidade brasileira” (DEL ROIO, 2014, p. 29).

Nesse volume, também já estaria configurada a principal influência teórica do referido autor, pois fez parte de suas referências o livro *Evolução industrial do Brasil*, de Simonsen. Porém, no prefácio escrito para a edição de 1971, centenário de morte do poeta e auge da ditadura militar, Lima reafirmou sua interpretação materialista utilizada para compor o ensaio. Ao comentar o contexto social da sociedade brasileira vigente na segunda metade do século XIX, período em que viveu Castro Alves, ressaltou os três grandes acontecimentos históricos da época: a Guerra do Paraguai, a abolição da escravidão e a implantação da República. Apontou como causa determinante desses fatos “um fator único: a transformação econômica por que passava o país”, continuou sua interpretação afirmando que, com “efeito, esse período se caracteriza por uma ‘pequena revolução industrial de Mauá’ [...] Esse surto progressista mudou por completo a face da nossa sociedade e influenciou extraordinariamente em nossa História” (LIMA, 1971, p. 12).

Nesse trecho podemos notar dois elementos comumente empregados em sua interpretação da realidade, o determinismo econômico e a visão progressista. Além disso, a concepção de que o progresso é fruto da atuação de determinados indivíduos está patente em sua afirmação sobre a atuação de Mauá.

Lima utilizou o conceito de “burguesia urbana” para se referir ao surgimento da burguesia comercial e industrial, oriunda da efervescência que a vida social brasileira adquiriu no decorrer do século XIX com o deslocamento da capital do império português para o Rio de Janeiro. De acordo com Lima, diante de novas possibilidades econômicas propiciadas pela abertura dos portos e pela extinção do Alvará de 1785, mas principalmente atraída pelo esplendor e luxo da Corte, a aristocracia brasileira saiu do seu “isolamento rural”.

[...] A vida citadina e o luxo dos fazendeiros e suas famílias dão um forte impulso ao comércio e à atividade artesanal e criam mesmo as condições para o aparecimento da manufatura e da pequena indústria. Dessas atividades econômicas nasce uma nova classe social: a burguesia urbana. A vida social e comercial desloca-se para as cidades. Estas crescem e tomam um desenvolvimento até então desconhecido. E como a vida delas é um crescimento contínuo, a nova classe social ganha raízes e espalha-se. (LIMA, 1971, p. 14)

Ao tecer argumentos sobre o surgimento dessa nova classe social, comentário feito em nota de rodapé, Lima discordou da terminologia utilizada por Nelson Werneck Sodré para se referir à respectiva classe. Sodré denominou-a por “classe média”, já para Lima o referido termo deveria designar apenas os pequenos e médios comerciantes e industriais, profissões liberais, artesãos, funcionários públicos, arrendatários e pequenos agricultores. Nesse sentido, podemos identificar grande semelhança com a concepção de Bastos sobre as etapas do

desenvolvimento econômico, uma vez que ao utilizar a denominação de “burguesia urbana” para se referir ao surgimento da burguesia comercial e industrial, Lima deixava implícito que no Brasil, em pleno século XIX, estava se desenvolvendo relações de produção capitalistas. Tal concepção, evidentemente, não concordava com os pressupostos teóricos da revolução democrático-burguesa, anteriormente defendida por Lima no PCB.

Outro aspecto relevante, empregado na interpretação da realidade brasileira daquele período, é a valorização da técnica e do progresso como elemento determinante para o desdobramento das relações sociais. Desse modo, estabeleceu uma relação de causa e efeito entre o desenvolvimento dos transportes, principalmente as ferrovias, e a abolição. Assim, considerou que “os meios de transporte contribuem enormemente para a libertação dos escravos” (LIMA, 1971, p.18).

A *Atualidade de Castro Alves* foi o título e o conteúdo da seção final do livro. O desfecho da homenagem prestada ao poeta “burguês” apresentou uma análise progressista de nossa evolução econômica e indústria, porém ainda inconclusa, de acordo com o autor. Ao discorrer sobre a atualidade do poeta, ressaltou o “progresso material que Castro Alves desfraldava nos ideais que pregava, [...] É isso que o traz para perto de nós e o torna como que um contemporâneo nosso e lhe confere um caráter nacional” (LIMA, 1971, p. 169). Dessa maneira, ao enfatizar o caráter progressista e nacionalista do poeta, atualizou-o, identificando a necessidade desses elementos burgueses e revolucionários para completar nosso processo de desenvolvimento, independência econômica e política. Tal era a interpretação de Lima da realidade brasileira em pleno mandato do general Garrastazu Médici:

Com efeito, vivemos presentemente, sob alguns ângulos, num Brasil e num mundo semelhantes aos de Castro Alves, embora não tenhamos mais a escravidão e não exista a monarquia. O progresso operado de então é inegável e visível a olho nu, sob qualquer confronto que se deseje estabelecer com os dos meados da centúria passada. O capitalismo que principiava naquela época, sob o influxo de Mauá e outros, ensaiando os primeiros passos, cresceu e prosperou grandemente. Hoje somos detentores de um parque fabril diversificado e em dinamismo ascendente. Já possuímos importante produção de máquinas, fabricação de veículos motorizados, temos estaleiros para construção de navios de grande porte, conseguimos montar uma indústria petrolífera e levantamos unidades produtoras de química pesada, enfim, alcançamos um estágio industrial bastante avançado, conquanto não completo ainda, aproximando-nos das grandes potências, conduzindo-nos isso tudo a uma passagem perto do subdesenvolvimento para o desenvolvimento definitivo. As nossas riquezas naturais estão sendo melhor aproveitadas, em nosso próprio benefício. (LIMA, 1971, p. 168-9)

Portanto, no melhor estilo de um economista da vertente desenvolvimentista e cepalina, Lima reafirmou a tese de que a solução para o nosso subdesenvolvimento estaria na

efetivação do desenvolvimento capitalista, isto é, na conclusão do processo de industrialização.

O primeiro livro sobre a historiografia econômica e industrial escrito por Lima foi publicado em 1954. Foi lançado em virtude da comemoração do IV centenário da fundação da cidade de São Paulo e recebeu o título de *Evolução Industrial de São Paulo*. Tratava-se de um esboço sobre o desenvolvimento industrial da cidade que se tornou o maior polo manufatureiro nacional. Parte do livro já havia sido publicada em periódicos como a *Revista industrial* e *O Observador Econômico e Financeiro*.

Logo no início, o autor nos apresenta sua concepção de História, cujo objetivo não deve ter um interesse meramente acadêmico. Ao contrário, examinando o passado de forma imparcial e perspicaz, encontraremos “experiências proveitosas, positivas ou negativas, que nos podem servir de lição modernamente, repetindo-a ou repelindo-a, conforme o caso, ou melhorando-a, para nos ajudar a encontrar a solução de vários problemas que nos preocupam presentemente” (LIMA, 1954, p. 10-1), isto é, a História tem um valor pragmático.

A partir desses pressupostos, o livro foi organizado em cinco capítulos, os dois primeiros dedicados ao período colonial e ao século XIX. O terceiro capítulo abordou industrialização no século XX. Dessa forma, nos capítulos iniciais o autor sintetizou a marcha progressiva da nossa indústria, desde os seus albores na época colonial, quando surgiram as primeiras manufaturas domésticas e oficinas artesanais, até o vertiginoso desenvolvimento industrial do século XX. Inicialmente, atestou o autor a impossibilidade de qualquer atividade produtiva, na moderna acepção da palavra, em São Paulo até o final do século XVIII, porém enfatizou o contraste com as atividades produtivas da região nordeste, considerada nossa “grande indústria do período colonial”.

[...] São Paulo dessa época era uma das regiões mais pobres e mais atrasadas do país, vivendo numa economia quase primitiva, bastando-se a si mesmo, produzindo poucos artigos de exportação, dedicando-se mais a preação de índios, conquista de territórios e descobertas de minas. As grandes riquezas do Brasil, os produtos de exportação localizavam-se no nordeste, com a fabricação de açúcar, que lhe dava esplendor e riqueza. Mesmo a plantação de cana e a instalação dos primeiros engenhos, que tiveram início em São Vicente, com a vinda de Martim Afonso de Souza, em 1531, logo emigraram para o nordeste, onde prosperaram, transformando-se em nossa grande indústria do período colonial. (LIMA, 1954, p. 17-8)

No terceiro capítulo ressaltou a importância do café para a industrialização do século XX. De acordo com Lima, o surto cafeeiro possibilitou a criação de condições materiais que permitiram a criação de uma elite financeira, o desenvolvimento dos transportes e o estímulo

à imigração, sendo de suma importância para estruturar as bases da nossa indústria moderna. Coube à indústria, “como resultado em parte desse enorme surto cafeeiro, lançar as bases de uma grandeza econômica” de tal modo que “levando-nos à libertação econômica, ao aproveitamento das fontes de matérias primas, ao aumento do nível de vida do povo, ao fortalecimento geral de nossa estrutura econômica” (LIMA, 1954, p. 50).

Apesar do autor recorrer constantemente a dados e estatísticas para sustentar seus argumentos, em nota preliminar fez um alerta confessando a existência de lacunas em sua análise, principalmente no quarto capítulo em que tratou da estrutura do capitalismo paulista. “Vários fatores não foram ai considerados, como os relativos ao crédito, ao mercado, à taxa de lucro, ao salário, à influência do capital alienígena, à formação dos preços, aos ciclos econômicos, à competição do similares estrangeiros, à velhice do nosso maquinário, etc.” (LIMA, 1954, p. 12).

Evidentemente, se trata de uma abordagem economicista, uma vez que os elementos estruturais das relações sociais de produção não são discutidos. Além disso, quando o proletariado é inserido no contexto produtivo, o autor apenas se limitou a apresentar uma visão progressista, vislumbrando um horizonte utópico à classe operária. A estrutura que emerge por necessidade da indústria é colocada como benefício ao proletariado. A legislação trabalhista, fruto de intensas lutas sociais e, em nosso caso, das estratégias políticas do governo corporativista de Vargas, é inserida como desdobramento natural do progresso.

A existência do proletariado não se concentra mais em bairros de casas infectas, com ruas sem pavimentação, sem água, sem luz e sem esgotos como era em 1900, mas uma legislação social adiantada vai dia a dia melhorando as condições de vida e de trabalho da considerável massa obreira do estado. Clubes, bibliotecas e outro meios de recreação já estão ao dispor do proletariado, a par de uma jornada limitada de trabalho, recursos médicos e hospitalares, garantia de serviço, etc., como nos grandes países de avançado grau de civilização. (LIMA, 1954, p. 119)

O quinto e último capítulo é dedicado as *Figuras pioneiras da industrialização paulista*. Dessa forma, o autor acrescenta à sua visão histórica progressista a valorização de personalidades da classe dirigente, deixando implícito que a burguesia era mesmo a classe protagonista do processo histórico. Foram selecionados importantes personalidades de diversos ramos industriais: Coronel Antônio Proost Rodvalho (Companhia Melhoramentos de São Paulo e fábrica de cimento Portland), Conde Francisco Matarazzo (fundição, frigoríficos, papel, destilarias, bancos, etc.), os irmãos Jafet (casa comercial Nami Jafet & Irmãos e Fiação, Tecelagem e Estamparia Ipiranga Jafet S.A., Jorge Street (indústria têxtil), Roberto Simonsen (Companhia Construtora de Santos, Companhia Frigorífica de Santos,

Companhia Nacional de Artefatos de Cobre, etc.), Comendador Antônio Pereira Inácio (Indústria Votorantim S/A, Companhia Brasileira de Alumínio, Indústria e Comércio Metalúrgica Atlas, etc.) e Morvan Dias Figueiredo (Nadir Figueiredo Indústria e Comércio).

Fez um pequeno esboço biográfico ressaltando as principais atividades industriais dos respectivos industriais. Assim, ao comentar sobre o conde Matarazzo considerou que sua existência “é a vida de um criador de riquezas, dedicada ao trabalho e obstinadamente voltada à ação, ardendo em paixão realizadora” (LIMA, 1954, p. 155). Destarte, podemos apontar na interpretação do autor a ausência de uma análise mais profunda das relações sociais no contexto fabril. O que Gramsci caracterizou como “americanismo e fordismo”, ou seja, as atitudes dos industriais em “prol” da classe operária decorrem da

[...] necessidade imanente de chegar à organização de uma economia programática e que os diversos problemas examinados deveriam ser os elos da cadeia que marcam precisamente a passagem do velho individualismo econômico para a economia programática: esses problemas nascem das várias formas de resistência que o processo de desenvolvimento encontra em sua evolução. (GRAMSCI, 1934, p. 241)

Ao contrário de Gramsci, Lima concebeu as adaptações estruturais realizadas nas fábricas para maior aproveitamento da energia psíquica e física dos operários como algo positivo. Para este autor, os empreendimentos de Jorge Street representam “uma fábrica de revolucionários” (LIMA, 1954, p. 175).

Para um antigo militante, apresentou uma posição bastante conservadora sobre as questões políticas e sociais. Neste sentido, aproxima-se muito das concepções políticas da burguesia ao defender a manutenção da ordem social para haver condições de plena consolidação da industrialização. Como mencionado anteriormente, Simonsen se mostrou completamente a favor da cassação dos mandatos comunistas, visto que a liberdade de exploração da força de trabalho por parte das classes patronais, precisou de uma estrutura política que garantisse as condições necessárias ao desenvolvimento de suas atividades produtivas. Sobre tais questões, Lima não fez mais do que tergiversar:

É claro que estas perspectivas ou possibilidades que indicamos para a evolução do capitalismo paulista e possivelmente nacional, pressupõem desde logo, uma estabilidade política e social igual aos dias atuais. Qualquer alteração de ordem externa ou interna que nele interfira e em qualquer grau que seja, influirá sensivelmente sobre ele e poderá modificar-lhe o ritmo ou mesmo o rumo definitivo. Poderá ser-lhe benéfico ou fatal; diminuir ou apressar seu processo de evolução, ou truncar-lhe por completo, mudando o sentido até agora seguido por São Paulo e pelo Brasil. (LIMA, 1954, p.143-4)

Em 1961 veio a lume *Formação Industrial do Brasil (período colonial)*. Este volume constitui um estudo econômico do nosso período colonial, o próprio título já sugere a existência de uma indústria em nosso contexto colonial, ou seja, implica a premissa de Simonsen sobre a história da economia brasileira, em seu livro de 1937. Caio Prado Jr., outro militante comunista, em *História econômica do Brasil*, de 1945, também apresentou uma visão análoga sobre essa questão. De modo geral, ainda que com perspectivas distintas, esses três autores compartilham da interpretação que indica o desenvolvimento do capitalismo desde os albores de nossa colonização. Lima começou o livro exaltando a figura de Simonsen, de modo que, graças à

[...] inteligência e cultura que possuía, Roberto Simonsen soube colocar suas ideias em nível elevado e persuasivo [...] Daí que uma parte considerável dos pontos de vista preconizados atualmente pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) e por numerosos estudiosos da situação brasileira, guardem com elas extrema semelhança, chegando por vezes à identidade [...] (LIMA, 1961, p. 3).

Depois de ressaltar a importância das ideias econômicas de Simonsen, repetiu a mesma concepção sobre a História apresentada no livro de 1954, porém acrescentou:

Não esqueçamos que consistindo a economia a infraestrutura da sociedade, é que determina a ação dos homens no campo político, administrativo e social em geral. É necessário, por conseguinte, estimular por todos os meios, os trabalhos que visam o estudo da História Econômica, pela importância que representa. Neste sentido, podem prestar ajuda de enorme relevância as entidades das classes patronais, as fundações e mesmo as grandes empresas, por meio de organizações que já possuem ou por outras que sejam criadas com essa finalidade (LIMA, 1961, p. 5-6).

De acordo com Lima, são as “classes patronais” que devem fazer uso do instrumental teórico produzido pelas pesquisas econômicas. Sendo assim, deixa entendido que a burguesia era mesmo a força motriz do desenvolvimento das forças produtivas. Tal posição é distinta a que ele mesmo, juntamente com o Comitê Regional de São Paulo, defendia em 1937. Entretanto, por hipótese, pode-se cogitar que Lima absorveu uma característica da época que “foi a importância dada à história econômica conectada a certo senso comum de um marxismo positivista” (DEL ROIO, 2014, p. 31).

Sendo assim, além de privilegiar a determinação econômica como fundamento essencial para orientar o presente, ao demonstrar sua concepção pragmática acerca da pesquisa histórica, acaba suprimindo o papel do proletariado como agente subalterno no processo histórico. Logo após o ressaltar a importância da figura de Simonsen, segue a introdução do livro apresentando argumentos para justificar a importância da indústria na vida

moderna. O entusiasmo e a admiração pela industrialização são sustentados pelos conceitos explicativos de “progresso” e “evolução”.

De acordo com Lima, os embates travados durante a história são protagonizados pela “ignorância dominante”, que é inevitavelmente superada, e pelos “anseios de progresso”. Não é o choque de interesses de classes que move a história, mas o interesse pelo conhecimento que traz a evolução através do progresso. Em vez de uma abordagem imparcial e não tendenciosa do passado, é apresentada uma visão progressista da história que omite as relações sociais presentes no processo e valoriza apenas os aspectos epistemológicos e técnicos da atividade humana que desencadearam o desenvolvimento da indústria moderna. A linguagem, quase lírica utilizada pelo referido autor, dá uma conotação positiva aos aspectos sociais que a industrialização promove, colocando de modo universal o acesso aos produtos do capitalismo:

[...] Tudo, enfim, que consiste em manifestação da atividade humana, desde a mais prosaica, inocente e obrigatória, como alimentação e vestuário, até as mais repulsivas, como as guerras, ou as de simples prazer intelectual, como cinema e rádio, é propiciado ao homem de nossos dias por meio de instrumentos fabris, onde a ciência e a técnica se uniram em feliz junção, a fim de colocar a sua disposição essa maravilha sem igual que se chama indústria moderna, proporcionando-lhe conforto, facilidade e prazer; encurtando-lhe incrivelmente as distâncias; dando claridade aos corpos opacos; fazendo ver, com o microscópio e o telescópio, o infinitamente pequeno e o incrivelmente grande, que o olho desarmado não aprende; domando as energias naturais para colocá-las a serviço da coletividade; [...]. (LIMA, 1961, p. 8)

O primeiro capítulo do livro é intitulado “Indústria indígena”. Repetindo a mesma concepção do livro anterior, parece compreender que sempre houve no Brasil um processo industrial em gestação. Segundo sua análise, tal processo não se efetivou antes devido à condição de colônia em que se nos encontrávamos. Por meio de uma abordagem demasiadamente técnica e econômica das atividades produtivas no período colonial, acabou dissolvendo a questão do trabalho escravo preponderante neste momento histórico.

Lima não enfatiza que o conceito de indústria apresentado está conectado ao contexto escravista e, portanto, as relações sociais de produção, tanto que considera a produção de açúcar como primeira indústria desenvolvida no Brasil. Ao longo do livro, permanece este tipo de estrutura analítica que serve para atribuir às causas de nosso retardo econômico e social, inicialmente, ao vínculo colonial e depois aos desdobramentos desse passado que culminaram na preservação do latifúndio e na concepção fisiocrata da burguesia agrária. O desfecho do livro aponta o caminho da industrialização como única solução para a

independência econômica do Brasil e melhoria das condições sociais do povo. A observação crítica mais importante se refere ao período que não faz parte do recorte temporal da obra:

[...] ao nos libertamos da dominação colonial, caímos sob a pressão do imperialismo estrangeiro [...] Ao invés das nossas aspirações, predominaram as injunções da política internacional, às quais nos tivemos de submeter. É uma luta que dura de séculos, portanto, a luta pela nossa industrialização [...] a emancipação econômica da nação. (LIMA, 1961, p. 305)

Em 1963, Lima publicou o livro *Mauá e Roberto Simonsen*, posteriormente é acrescentado a esta obra um estudo sobre Rui Barbosa, sendo publicada com o título de *3 industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa e Roberto Simonsen*, em 1976. Notadamente, o livro é um desdobramento da iniciativa de Humberto Bastos, cuja obra sobre o primeiro ministro do período republicano já exaltava sua importância para as atividades industriais.

Através das biografias de Rui Barbosa, Visconde de Mauá e de Roberto Simonsen, o Lima realizou um estudo do surto de industrialização de nossa economia desde o final do segundo império até meados dos anos de 1940. Procurou ressaltar a importância de Mauá como pioneiro no desenvolvimento dos transportes ferroviários, abordou o fenômeno do “Encilhamento” ao retratar a atuação econômica de Rui Barbosa durante seu mandato e, como de costume, teceu elogios à figura de Simonsen como industrialista e líder da burguesia industrial até meados da década de 40.

Ao comentar as aspirações de Simonsen sobre a necessidade de formação de uma elite “com conhecimentos suficientes para gerir nossa vida coletiva, dentro dos moldes científicos” (LIMA, 1976, p. 179), Lima abordou a fundação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)²⁷ eufemisticamente para “compensar” a visão elitista do líder industrial.

Mas Roberto Simonsen não aspirava apenas à formação das elites para assumir a direção de nossos negócios administrativos, públicos e privados. Isto não bastava e não basta a um país. É preciso que a instrução, que a capacidade profissional se estenda às largas massas da população, preparando igualmente obreiros aptos, conhecedores de seus ofícios, conscientes de suas responsabilidades no mecanismo

²⁷ Em 1939, o governo estabeleceu a necessidade da criação de cursos de aperfeiçoamentos para as indústrias que excedessem quinhentos funcionários. Em 1941, os presidentes da CNI e da FIESP, respectivamente Euvaldo Lodi e Simonsen propuseram ao governo a transferência da responsabilidade pelo aprendizado industrial ficasse a cargo das federações sindicais do empresariado. Em janeiro de 1942 foi criado o SENAI, diretamente subordinado a CNI e, em 1946 foi fundado o Serviço Social da Indústria (SESI). Este último, ligado a das FIESP, foi destinado ao combate do comunismo. Sua principal finalidade foi realizar uma aproximação entre os operários e seus empregadores por meio de ações que promovessem melhorias na qualidade de vida do proletariado e também aumentassem a sua produtividade. Para tal, inicialmente o SESI desenvolveu atividades nos setores de alimentação, habitação, higiene, educação moral e cívica, pesquisas sociais e econômicas.

da produção, dominando perfeitamente a técnica e as máquinas, nas tarefas de que são incumbidos. Dessa forma, se dá maior valor ao operário, proporciona-lhe salário mais elevado, integrando-o de modo mais sólido na sociedade. Daí a fundação do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), organização que se destina a aumentar o número de trabalhadores especializados e aperfeiçoar os conhecimentos profissionais. (LIMA, 1976, p. 180)

Em suma, por meio da exaltação de personalidades pertencentes à classe dominante, o livro reproduziu a ideologia industrialista. Dessa forma, o autor que admitia seguir os pressupostos teóricos do marxismo, acabou subvertendo o conceito de luta de classes como principal motor da história, uma vez que ao atribuir a iniciativa de algumas personalidades pertencentes à classe dominante em determinados momentos históricos, admite a existência de um sujeito determinante no processo histórico.

O livro apontou a industrialização como fator imprescindível para a independência econômica nacional e melhoria no padrão de vida do proletariado, mesmos argumentos defendidos por Simonsen. Sobre os motivos que justificaram a escolha dos biografados, ratificou que

[...] os três compreenderam muito bem a importância da industrialização para o país, como fator imprescindível ao desenvolvimento e para a melhoria das condições de vida das populações, batendo-se por ela com denodo. Os argumentos apresentados pelos três em defesa dos princípios que defenderam, guarda determinada semelhança e afinidade, decorrentes, naturalmente, das aspirações iguais que possuíam, apesar da diversidade das épocas em que viveram e atuaram. (LIMA, 1976, p. 14)

Do Imperialismo à Libertação Colonial foi publicado em 1965. Outro livro de Ferreira Lima Neste, apresentou uma análise da economia mundial de 1890 a 1960. Retratou a tendência expansionista do capitalismo e a conseqüente formação dos monopólios, cujos desdobramentos culminaram na fundação dos impérios coloniais durante o século XIX. Porém, não negligenciou o “violento impulso desenvolvimentista” que o mundo assistiu nesse período, desencadeado pelo “domínio científico”. Ao tratar dos reflexos políticos e sociais da época, apresentou uma conotação positiva a construção de uma estrutura sindical corporativista, idealizada no projeto de unidade sindical imposto pelo Ministério do Trabalho durante a era Vargas.

As leis e a luta contra o desemprego permitiram que a maioria dos operários falasse pela coletividade ao mesmo tempo que impediram as práticas patronais de ingerência no livre exercício dos direitos sindicais e o apoio financeiro aos sindicatos “amarelos”, despedida de operários organizados em sindicatos livres, recusa de acordos coletivos com representantes operários. Com essas medidas conseguiu realizar-se a unidade sindical, estabelecendo uma única central operária e

o número de trabalhadores sindicalizados elevou-se de 2,1 para 10,5. [...] (LIMA, 1965, p. 87)

Sendo assim, de acordo com o excerto acima, segundo Lima, assim como Simonsen, os órgãos governamentais, principais representantes dos interesses das classes dominantes, além de promover o progresso, também se preocupam com as questões trabalhistas.

Teceu argumentos sobre os impactos ocorridos na teoria econômica depois da Grande Depressão, cuja principal causa foi o surgimento do livro *Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro*, de Keynes. De fato, considerou tal obra ser a maior contribuição na esfera econômica no período entreguerras. Apesar de apresentar críticas ao keynesianismo, deixou transparecer certa admiração por este economista, teórico do intervencionismo estatal, considerando que “a fermentação de debates provocada pelo famoso livro do economista inglês” contribuiu “para revelar de modo irrefutável a fecundidade da obra de Keynes” (LIMA, 1965, p. 107).

O desfecho do livro é composto por uma argumentação que sustenta a visão histórica sempre progressista e amparada em dados econômicos. Após mencionar que a libertação colonial da Ásia, Oriente Médio, norte da África e sul da África foi um desdobramento do progresso industrial, reafirmou sua crença na iniciativa beneficente da burguesia:

As transformações econômicas de profundidade parecem que estão mudando as atitudes das diversas classes sociais ante os problemas fundamentais de seus países, dando-lhe outra consciência, levando-as a assumir posições que antes não se esperavam delas. São as condições materiais determinando a mentalidade dos indivíduos. Dessa participação mais ativa da burguesia e de outras classes sociais nas revoluções de libertação nacional, bem como nas tarefas que tais revoluções devem cumprir, vem decorrendo seu caráter (LIMA, 1965, p. 148).

É interessante ressaltar que o livro foi publicado no ano seguinte ao Golpe Militar de 1964. Contudo, não há nenhuma referência sobre o processo de implantação da ditadura militar. Somente em 1982, ao escrever seu livro de memórias, Lima apresentou uma breve exposição abordando tal contexto. Em seu comentário, declarou o envolvimento de diretores da FIESP-CIESP no movimento que instaurou o “regime totalitário e repressivo” no Brasil na década de 1960.

No início da década de 1970, publicou seu último livro concomitantemente ao seu trabalho exercido na FIESP. Em *História político-econômica e industrial do Brasil* afirmou que “uma grave lacuna, certamente, será observada neste trabalho: a falta de referência ao

papel do proletariado no processo histórico que estamos examinando” (LIMA, 1978, p. 20). Entretanto, tal omissão não faz parte apenas deste livro, mas de toda a sua obra.

Em 1970, surgiu *História político-econômica e industrial do Brasil*, publicado pela Companhia Editora Nacional. Neste momento, Ferreira Lima já gozava de certo prestígio como especialista em História Econômica, seus trabalhos anteriores já lhe haviam rendido certo reconhecimento e notoriedade. Portanto, sentiu-se mais a vontade para apontar uma limitação ou, pelo menos, considerar que “uma grave lacuna, certamente, será observada neste trabalho: a falta de referência ao papel do proletariado no processo histórico que estamos examinando” (LIMA, 1978, p. 20).

Ao reconhecer essa “limitação”, tergiversou sobre os motivos que o levaram a fazer uma abordagem parcial dos sujeitos envolvidos no processo histórico e, portanto, tentou justificar sua leitura fragmentada, caracterizada mais por pressupostos positivistas do que marxistas, do processo de industrialização brasileiro. Sobretudo, ao apresentar tais subterfúgios, evidentemente de modo não intencional, reconheceu a prioridade dada aos elementos produtivos, econômicos e determinísticos da história. Sendo assim, ao privilegiar as atividades que ressaltavam apenas o papel das classes dominantes em detrimento de uma leitura sistêmica que incluísse o proletariado no processo histórico, justificou sua omissão por “tratar-se de assunto muito vasto e muito complexo, pouco estudado entre nós” (LIMA, 1970, p. 20).

O livro foi dividido em três seções: Período Colonial, Período Imperial e Período Republicano. A primeira é uma versão resumida do livro de 1961, *Formação industrial do Brasil*. Sobretudo, serviu para reforçar sua concepção progressista de que no Brasil sempre houve um processo industrial em desenvolvimento. Entretanto, segundo o autor, o desenrolar desse processo sempre foi bloqueado. Primeiramente, na fase colonial pela própria condição de submissão aos interesses de Portugal. Posteriormente, durante nosso período imperial o desenvolvimento de nossa indústria não ocorreu devido a grande dominação da classe agrária e a invasão de produtos ingleses.

O processo de nossa industrialização somente começou a se intensificar a partir do período republicano, estimulado pela expansão econômica cafeeira, porém, ainda não era possível o pleno crescimento da indústria moderna devido à dominação exercida pela burguesia agrária e da existência do vínculo colonial, sempre renovado pela preservação do latifúndio. A primeira Guerra Mundial fez decair as importações de artigos industrializados, com isso criaram-se condições objetivas que estimularam a produção nacional para atender o mercado interno. A Grande Depressão fez sucumbir de vez a decadente burguesia agrária. A

Segunda Guerra Mundial teve um efeito mais intenso que a anterior e permitiu completar a primeira etapa da nossa industrialização, referente à produção de bens de consumo. Durante a década de 50, o Brasil concluiu outro estágio evolutivo com a criação das indústrias de base. Terminada a exposição de nossa evolução econômica, constatou que “a industrialização brasileira se realizou sobretudo com a finalidade de substituir as importações” (LIMA, 1970, p. 409).

Disso resultou algumas peculiaridades que caracterizam nosso desenvolvimento industrial. Uma delas foi a falta de orientação na política de industrialização, decorrendo daí certas falhas graves, como a ausência de uma infra-estrutura suficientemente forte, capaz de garantir uma expansão equilibrada da economia. Outra peculiaridade foi a concentração em atividades menos “essenciais”, procurando atender os produtos de maiores dificuldades de importação, que eram justamente os de menor essencialidade, por destinavam-se ao consumo de uma elite de elevado padrão de vida. Isso retardava a produção de bens de capital. [...] (LIMA, 1970, p. 409)

Destarte, a intenção de Lima era mesmo apontar a ausência da racionalização e planejamento econômico como principais causas de nossa “desordem” produtiva. Encerrou o livro reafirmando sua crença em nosso “progresso econômico e social, que tem como centro dinâmico por excelência a industrialização do país” (LIMA, 1970, p. 413).

Depois de “trinta e poucos anos de trabalho na FIESP” (LIMA, 1982, p. 282), em maio de 1975, pleiteou sua aposentadoria e encerrou suas atividades nessa instituição. Mesmo aposentado, continuou pesquisando, escrevendo e publicou, em colaboração com o Instituto Roberto Simonsen (entidade de promoções culturais da FIESP), o livro *História do Pensamento Econômico no Brasil*, em 1976. Neste trabalho fez um estudo sobre a evolução do nosso pensamento econômico desde os primórdios da economia portuguesa, durante a idade média, até o embate do pensamento econômico brasileiro travado entre os gudinianos e os desenvolvimentistas. O décimo segundo capítulo é dedicado a Simonsen, uma vez que para Lima:

[...] a corrente de pensamento econômico melhor adotada às nossas condições particulares emergiu inicialmente no primeiro pós-guerra, em decorrência do primeiro progresso industrial registrado na época, com a criação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo e o aparecimento de Roberto Simonsen, preconizando a industrialização, como meio de erguer o baixo padrão de vida da população e superar o retardamento material em que nos encontrávamos. Até aí, nosso crescimento tinha sido “para fora”, isto é, em função do processo de exportação de produtos primários que realizávamos, devido ao papel periférico por nós desempenhado na economia mundial. Propugnando Simonsen por novas atividades para aumento da riqueza geral, pregava na prática o desenvolvimento “para dentro”, buscando com isso uma transformação estrutural. Mais tarde, no segundo pós-guerra, a CEPAL amplia, aprofunda e estende as teses de Simonsen para toda a América Latina, rejeitando a obsoleta teoria da divisão internacional do trabalho, formulada nos países adiantados, mas sem aplicação em outras regiões e

em condições históricas diferentes. Brotavam assim, novas concepções de desenvolvimento, provocando reações diversas, conforme os interesses em jogo. Era um modo diferente de encarar questões antes não resolvidas, com instrumental teórico até aí aceito quase que como um dogma. (LIMA, 1978, p. 5)

Além de ressaltar de forma imprescindível a contribuição do pensamento econômico de Simonsen, tanto para o Brasil como para a CEPAL, o excerto acima evidencia o quanto Lima compartilhava da ideologia nacional-desenvolvimentista, cujos desdobramentos principais seriam a transformação estrutural produtiva, o aumento da “riqueza geral” e a superação do “retardo material”. Ao analisar o desenvolvimento do processo de industrialização considerando apenas os elementos econômicos, suprime os interesses antagônicos entre a burguesia e o proletariado, negligenciando a correlação de forças sociais que protagonizaram o processo de desenvolvimento industrial e, conseqüentemente, a consolidação do capitalismo no Brasil a partir da década de 1930.

No final da década de 1970, o Brasil já era um país relativamente industrializado e plenamente capitalista. Diante das reivindicações em torno dos direitos de cidadania, pleiteadas principalmente pela classe operária e por camadas médias intelectualizadas, a ditadura militar ensaiava um processo de redemocratização lento e gradual. Lima recebeu o reconhecimento do PCB, aproximou-se da União Brasileira dos Escritores e do Instituto Astrojildo Pereira, contribuindo com textos que ajudaram resgatar as primeiras décadas de existência do PCB. Nesse momento oportuno, “um setor dos intelectuais se preocupou em se organizar autonomamente e reconhecer a importância da memória das lutas operárias” (DEL ROIO, 2014, p. 35). Oriundo de tal contexto, veio a lume em 1982 *Caminhos percorridos*, livro de memórias de Lima. O último parágrafo do livro retrata sua concepção progressista da história, cuja evolução da humanidade impera inexoravelmente. “Da sua realização final não tenho dúvida, sendo apenas questão de tempo, porque acredito no poder inelutável do progresso, sempre triunfador” (LIMA, 1982, p. 290).

O último livro escrito por Lima foi editado no final da década de oitenta. Há duas coincidências envolvendo o tema desta obra. Primeiramente, trata-se de um ensaio biográfico, mesmo estilo literário empregado em seu primeiro livro. A outra peculiaridade é referente ao fato de retratar a vida e a obra de um intelectual revolucionário, principal personagem da campanha republicana, faltando apenas dois anos para completar a centúria da implantação da República e dois anos após o fim da ditadura militar. O livro foi editado pela editora Brasileira, em 1987, sob o título de *Perfil Político de Silva Jardim*.

Em nota preliminar, reafirmou sua concepção teórica e metodológica utilizada ao abordar o contexto em que viveu o seu biografado:

Como se poderá verificar mais adiante, não projeto Silva Jardim isoladamente em meio aos acontecimentos efervescentes e às lutas em que se envolveu, porque como adepto do materialismo histórico, procuro explicar sua ação como fruto da formação mental e da cultura adquirida desde os bancos acadêmicos, participando de organizações consideradas então subversivas, como a Maçonaria e Bucha, em uma palavra, como fruto do tempo. Para isso, apresento duas espécies de bibliografias: a primeira, referentes aos sucessos econômicos, políticos e sociais ocorridos naquele período, e a segunda, concernente sua personalidade e atuação, ambas conjugando-se admiravelmente para colimar o objetivo aqui perseguido: a constituição do impetuoso propagador da República entre nós. (LIMA, 1987, p.14)

Em 1881, Silva Jardim aderiu à doutrina positivista, muito difundida entre os professores e estudantes de engenharia, principalmente na Escola Militar. A inserção do pensamento de Auguste Comte no campo político brasileiro se deveu a uma “revolução ideológica”, que, segundo Lima, ocorreu entre 1868 e 1878. “Essa revolução ideológica fora a incorporação da filosofia positivista pela intelectualidade brasileira, com destaque par engenheiros e militares” (DEL ROIO, 2014, p. 35).

Não obstante as considerações acima, segundo a argumentação de Lima, as concepções positivistas foram cruciais para a constituição mental de Silva Jardim. Embora ele discordasse de alguns aspectos da doutrina positivista, não seria possível duvidar de que:

[...] Silva Jardim impregnou-se dos ideais mais avançados da sua época entre nós, quando transpúnhamos o latifúndio colonial do açúcar para entrar na expansão cafeeira, de acentuadas conotações capitalistas e iniciar nosso primeiro grande surto industrial, fomentando os centros urbanos, expandindo o transporte ferroviário, substituindo a escravidão do trabalho pelo colonato estrangeiro importado, modificando as aspirações políticos-sociais das populações, trazendo-nos a Abolição e a República. (LIMA, 1987, p.47)

Sem uma discussão efetiva das relações sociais de produção, continuou reafirmando sua leitura economicista do Brasil. A partir de meados do século XIX houve uma grande evolução de nossa economia de tal forma que “a trajetória nacional nesse período é a intensificação do processo capitalista, iniciado em 1850, com a supressão do tráfico negreiro e os empreendimentos pioneiros de Mauá” (LIMA, 1987, p. 18).

Todavia, a ausência de rigor no conteúdo conceitual não permite uma definição clara da formação social brasileira. Desse modo, o conceito de latifúndio recebeu uma conotação

progressista ao ser colocado como forma de produção social superada pelo desenvolvimento do latifúndio cafeeiro.

Como se vê, Silva Jardim fazia um julgamento contundente e abrangente de toda a instituição monárquica, de modo a ressaltar, perante a população, os defeitos e insuficiências, contrapondo-lhe a República, que é governo de opinião pública, em que um homem, o presidente, ou um grupo de homens, diretório ou Conselho Federal, com auxiliares, ministros, conselheiros, etc. dirige um povo, segundo a vontade deste, que fixa e determina vontade daquele, ouvindo sempre aqueles a quem com esse homem ou esse grupo dá parte da direção do País, e que não o representam, e sim, o País, que seria o bem estar do branco, e principalmente do preto, porque a República é o governo do proletariado, e em nossa pátria o proletariado, na sua maioria, agrícola, é quase todo composto de descendentes da raça negra. [...] (LIMA, 1987, p.52)

O resultado dessa confusão conceitual é a afirmação da existência do capitalismo em um regime de produção ainda escravocrata. Apesar do movimento pela república não ter se vinculado de forma adequada à oposição do trabalho escravo, por conta da presença de elementos conservadores na campanha republicana, sua abolição ocorreu um ano antes da proclamação da república. Tal contexto permitiu a Lima concordar com Silva Jardim sobre a existência de um “proletariado agrícola” no Brasil durante este período, composto principalmente por “descendentes da raça negra”.

Podemos supor que seu interesse pela figura de Silva Jardim justifica-se, em grande parte, pela posição adotada pelo propagandista republicano em relação ao progresso. Neste aspecto, as concepções positivistas exerceram forte influência sobre a questão do progresso material. Silva Jardim criticou a quase inexistência de indústrias entre nós, obrigando-nos a importar todos os produtos manufaturados, chamou a atenção para o descaso com as poucas iniciativas industriais, criticou o abandono dos portos e reclamou melhor conhecimento de nossas regiões produtivas.

Depois de proclamada a República, Silva Jardim não é lembrado para ocupar nenhum cargo no Governo Provisório. A marginalização política sofrida por ele foi consequência de sua concepção sobre a postura “revolucionária” que a implantação da República deveria assumir. Silva Jardim pertenceu à ala mais radical do movimento republicano, opostamente, existia um grupo mais conservador interessado apenas na derrubada da Monarquia. Esta divergência entre os agrupamentos do partido republicano ficou caracterizada pelo dilema *evolução* ou *revolução*. Neste sentido, Lima apontou os “erros políticos” cometidos por Silva Jardim:

[...] Criticou mesmo a Abolição pela sua falta de complementaridade, aliás, com razão, como a da distribuição de terras aos libertos, entrega de moradias e meios para a sua instrução. Por conseguinte, seus “erros” devem ser procurados em outros aspectos de sua atuação. Antes de tudo em sua concepção ortodoxa positivista da República almejada, afastando-o de Quintino e outros republicanos liberais. Seus princípios “revolucionários” diversos dos “evolucionistas” que o afastaram dos conciliábulos da conspiração republicana. Além disso, seu imenso prestígio pela difusão da ideia republicana entre a grande massa popular urbana, tirando-a das elites militares e acadêmicas, formou-lhe um orgulho pessoal característico, dando-lhe certo autoritarismo em sua ação partidária, antipático aos adesistas de última hora. Estes, ao nosso ver, constituíram os tropeços decisivos que teve de enfrentar, colocando-o abruptamente na dicotomia perversa entre o “sonho e a realidade”, antípodas difíceis de serem conciliados [...] Assim, para Silva Jardim a ideia da República constituía sonho de libertação geral, onde desapareceriam a miséria, a opressão e exploração do fraco pelos poderosos, em verdadeira fraternidade universal. Essa defasagem entre o ideal e o real faltou a Silva Jardim, não lhe permitindo a flexibilidade para seu bom desempenho dentro dos meandros político-partidário dos primeiros tempos da República. (LIMA, 1987, p.98)

Decepcionado com a exclusão política, Silva Jardim ainda acreditou na legitimidade das eleições e, por isso, se candidatou ao pleito eleitoral de 1890. Devido ao seu caráter ereto e radical, Silva Jardim não se filiou a chapa do Governador Portela, do Rio de Janeiro. E, por fim, acabou sendo derrotado nas eleições, não conseguiu nem a metade dos votos referentes ao último candidato eleito, vinculado a Portela. Fato evidente é que o insucesso de Silva Jardim foi consequência de mecanismos escusos e fraudulentos adotados pelo Governo. A decepção e a frustração com o resultado eleitoral o fizeram retirar-se da política e também do país. Juntou pecúlio proveniente do único bem que possuía, uma casa mobiliada que alugou durante sua ausência, e se impôs um exílio na Europa. A viagem o levou até Nápoles, onde foi tragado pela cratera do Vesúvio.

Da mesma forma que Silva Jardim, Lima também foi injustiçado em seu contexto de militância política durante a década de 1930. Outro aspecto semelhante entre os dois se refere à forma como foram conduzidas as mudanças históricas pelas classes dominantes em suas respectivas épocas. O primeiro observou a implantação da república sem revolução pela emergente burguesia agrária. O segundo acompanhou o desenvolvimento da industrialização brasileira, instaurado pelo corporativismo estatal atendendo as reivindicações da burguesia.

Em suma, considerando o esboço analítico dos elementos centrais e predominantes no pensamento de Lima utilizados para compor sua interpretação da formação social brasileira, corrobora-se em sua análise a presença dos pressupostos teóricos utilizados por Simonsen para justificar a industrialização e o planejamento econômico. Desse modo, sua abordagem pode ser sintetizada em três pilares interpretativos: determinismo econômico, perspectiva

positivista da História e industrialização como principal fundamento do desenvolvimento, social, político e econômico.

Utilizando tais pressupostos em sua análise, o autor indicou em nosso período colonial a história de um capitalismo em desenvolvimento desde sempre. Ao considerar qualquer atividade transformativa executada na colonial como produção industrial, desenvolveu um conceito genérico de indústria, privilegiando aspectos técnicos e quantitativos da produção em detrimento das relações sociais. O resultado dessa interpretação, evidencia que o autor não realizou uma discussão efetiva das relações sociais de produção e, portanto, dissolveu a centralidade do trabalho escravo na economia colonial. Apesar do determinismo econômico empregado, a presença da valorização de personalidades da classe dirigente implica a ausência das classes subalternas no processo histórico. Além disso, a demonstração de apreço aos primeiros intelectuais burgueses permite a valorização do positivismo contra os defensores do liberalismo. Os primeiros identificavam-se com a intervenção estatal, sendo a favor da indústria, os outros tinham concepções fisiocráticas, eram a favor do livre comércio e do agrarismo. Sendo assim, identificou as amarras do desenvolvimento econômico na sobrevivência do latifúndio, principal herança do passado colonial. Defendeu o planejamento econômico como principal ferramenta para o desenvolvimento da industrialização, somente assim, seria possível o subdesenvolvimento e atingir a independência econômica e, conseqüentemente, a melhoria no padrão de vida das camadas mais pobres.

CAPÍTULO 3 – HEITOR FERREIRA LIMA E CAIO PRADO JR. NA REVISTA BRASILIENSE

3.1 – PCB: da reorganização ao abandono da perspectiva revolucionária

Desde o golpe que implantou a ditadura do Estado Novo, a intensificação da repressão contra os opositores do regime quase aniquilou os comunistas. Em maio de 1938 deflagrou-se a intentona integralista, o movimento armado foi considerado um fiasco e serviu à Vargas para se desvincular terminantemente dos integralistas e consolidar internamente seu poder. Comumente, o governo utilizou a insurreição como subterfúgio para tornar mais ilimitados os poderes do TSN e instituiu a pena de morte. Os comunistas, que de imediato ficaram satisfeitos com o desfecho do levante integralista, sofreram com os desdobramentos do fato. A violenta repressão desarticulou as fileiras partidárias comunistas em praticamente todos os estados, com exceção do Comitê Central no Rio de Janeiro e dos Comitês Regionais de São Paulo e da Bahia.

Em 1942, com a entrada da União Soviética e dos Estados Unidos no conflito mundial contra o nazi-fascismo a situação política nacional começou a mudar. Desse modo, a alteração na correlação de forças internacionais configurava um caráter de aliança entre democracias modernas contra as ditaduras nazistas e fascistas. O reflexo do contexto internacional, aliado a participação do Brasil na guerra junto aos aliados, criou uma situação paradoxal para a ditadura de Vargas, uma vez que ao lutar na Europa contra as ditaduras lideradas por Hitler e Mussolini, internamente deslegitimava o próprio regime político de inspiração fascista. Por conseguinte, a partir desse momento se intensificou o movimento de oposição ao Estado Novo, concomitantemente à insatisfação de movimentos operários contra o alto custo de vida e os baixos salários.

No bojo desses acontecimentos é que ocorreu o processo de reorganização do PCB, protagonizado pelos três grupos remanescentes. De acordo com Segatto (1989), por causa de divergências com o grupo de São Paulo, o grupo baiano, mais articulado politicamente e tendo a frente Arruda Câmara, procurou estabelecer relações com o grupo do Rio de Janeiro, onde se havia estruturado a CNOP, então dirigida pelo jornalista Amarílio Vasconcelos e pelo ex-militar Maurício Grabois. Tanto o grupo baiano, quanto o carioca, concordavam em aceitar a liderança de Prestes, que estava preso naquele momento. Além disso, ao contrário dos paulistas, também estavam dispostos a oferecer apoio à Vargas, adotando a linha política de *União Nacional* contra o fascismo. Entretanto, apesar da ligação entre o grupo baiano e a

CNOP, ocorreu uma série de desentendimentos que seriam equacionados em uma reunião histórica realizada em agosto de 1943.

Segundo Lima (1982), o grupo paulista era composto principalmente por remanescentes da cisão desencadeada em 1937 entre o CR de São Paulo e o grupo do SN. E, analogamente ao que ocorreu em 1937, discordavam das posições adotadas pelas outras correntes, principalmente a CNOP. Nesse momento, as revistas locais *Ilustração* e *Hoje* eram os principais veículos de atuação dos paulistas que defendiam “os aliados na guerra, suscitando ao mesmo tempo os problemas nacionais, sem visar qualquer união nacional em torno de Getúlio e seu governo nacional, como se fazia no Rio” (LIMA, 1982, p. 275).

Importante ressaltar a participação de Caio Prado Jr. à frente do comitê paulista, além de outros intelectuais como Mário Schember que defendiam uma posição de luta “contra o inimigo externo – o totalitarismo alemão e italiano – e, concomitantemente, lutar contra o inimigo interno, isto é, o totalitarismo do Estado Novo” (CARONE, 1982, p. 14).

Outra posição que fez parte do quadro de divergências em torno do processo de reorganização foi liderada por Fernando de Lacerda. Tal posição estava conectada com os desdobramentos da dissolução da IC em maio de 1943. Desse modo, deixava de existir um centro dirigente e norteador do movimento comunista mundial. Portanto, de acordo com o contexto, influenciada pelo “browderismo”²⁸, a posição de Lacerda propugnava a extinção do PCB, defendia a política de união nacional e o apoio à Vargas.

A partir de 27 de agosto de 1943, realizou-se a II Conferência Nacional do PCB na serra da Mantiqueira no estado do Rio de Janeiro. Conhecida como Conferência da Mantiqueira, a reunião oficializou a posição defendida pela CNOP, que tinha o apoio de Prestes. Contou com representantes de oito estados que debateram sobre a reunificação do PCB, questões sobre a política internacional e nacional e elegeram um Comitê Central.

[...] De fato, ali se aprova uma linha baseada na política de União Nacional contra o fascismo, o total apoio ao governo Vargas no esforço de guerra, luta pela anistia, contra a carestia, pelo aprimoramento da Previdência Social, pela normalização institucional e pela legalidade do PCB; decide ainda, lançar campanha nacional pela segunda frente de guerra. A conferência elege Luís Carlos Prestes com secretário-geral de um Comitê Central formado por seis operários, sete militares, cinco intelectuais, um funcionário e um sobre o qual não foi possível obter maiores informações [...] (VINHAS, 1982, p. 75)

²⁸ Corrente inspirada pelo secretário-geral do PC norte-americano, Earl Browder. A partir da dissolução da IC, defendia o fim dos partidos comunistas e a concentração de seus militantes em uma frente única em prol dos governos aliados contra o Eixo.

Embora Prestes fosse eleito o secretário-geral, somente assumiria o cargo em 1945 após a anistia. Naquele momento, o operário José Medina, e, posteriormente, o ex-deputado classista de 1934, Álvaro Ventura assumiram interinamente o cargo. Além do apoio à Vargas, documento expedido pela CNOP dizia que seu governo não era de caráter fascista, contudo havia elementos reacionários, mas também existiam elementos que lutavam pela redemocratização. A partir de então, na medida em que avançava o movimento democrático, houve enorme crescimento de membros filiados ao PCB. De acordo com Segatto (1989), entre os anos de 1942 e 1945, os militantes ativos do partido ascendem do inexpressivo número de cem para aproximadamente cinquenta mil. A crescente adesão continuou após 1945, desde que “Prestes fora posto em liberdade e o Partido devidamente legalizado, houve uma verdadeira enxurrada de adesões de pessoas de todas as classes, em primeiro lugar, naturalmente, de operários. O Partido crescia com uma rapidez que não havia tempo para o serviço burocrático” (BASBAUM, 1976, p. 189).

O avanço das forças de oposição desencadeou um processo de evolução política que obrigou o governo de Vargas a fazer certas concessões. Diante de tal situação, a partir de fevereiro de 1945 o ditador buscou habilmente conduzir o processo de reconversão política do país: promoveu uma reforma constitucional regulamentando as eleições para presidência da República e os governos estaduais; regulamentou o alistamento, anistiou os presos políticos e legalizou os partidos políticos, inclusive o PCB; organizou uma campanha de mobilização das massas urbanas em favor da “Constituinte com Getúlio”.

[...] Para Vargas, tratava-se de realizar a mudança do regime político apoiando-se nas mesmas forças políticas que estavam representadas no Estado Novo, para evitar que o poder político fosse para as mãos das oligarquias remanescentes e os seus aliados liberais e estrangeiros [...] Estavam em jogo, na redemocratização do Brasil, tanto interesses de grupos conservadores brasileiros como interesses econômicos e políticos estrangeiros, principalmente norte-americanos. A mudança do regime político, nos termos em que Vargas estava procurando realizar, poderia implicar o fortalecimento da política econômica estatizante e de emancipação nacional. (IANNI, 1977, p. 77-9)

No mesmo ano, emergia o “movimento queremista” no Rio de Janeiro, cujo o *slogan* utilizado na campanha era “Queremos Getúlio”. Os queremistas reivindicavam a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e, no caso de confirmação das eleições, a candidatura de Vargas. A política nacionalista e as medidas tomadas em benefício da classe trabalhadora desencadeiam o rompimento de Vargas com as classes dominantes, que por sua vez procurou reforçar sua aliança com as classes subalternas. Insatisfeitas com a situação, as forças liberais opositoras ao regime ditatorial se aglutinaram em torno das Forças Armadas e

das classes dominantes conservadoras aliadas do poder desde a revolução de 1930, apoiadas pelo capital estrangeiro. Tanto Vargas, quanto seus opositores possuíam um projeto democratizante “pelo alto”, isto é, visavam a manutenção do poder pelas classes dominantes. Entretanto, o projeto de Vargas possuía tendências mais amplas que o das forças liberais, devido suas perspectivas nacionalistas. “É nesse contexto que os comunistas farão uma opção estratégica [...] aliam-se a Vargas contra a UDN e os liberais, que abertamente tinham se enveredado pela via do golpe militar na tentativa de controlar e fazer abortar o processo nacionalista e democratizante em curso” (VINHAS, 1982, p. 77).

O PCB, gozando de plena legalidade naquele momento, manifestou apoio ao movimento da Constituinte com Getúlio. Dessa maneira, os comunistas passaram a acreditar na via democrática como um mecanismo de inserção do partido na vida política do país, vislumbrando conquistar melhores condições para o proletariado na esteira do “surto progressista” protagonizado em bases democráticas. A resiliência de Prestes em prol de um sentimento unitário em torno das forças populares e progressistas o faz abdicar da candidatura à presidência. Apesar da perspectiva de inserção democrática, o

[...] nome de um comunista poderia sofrer restrições, e nosso papel, mesmo que chegássemos a constituir um forte partido da vanguarda proletária, seria o de equilibrar e unificar todos os setores democratas e progressistas, mesmo ao preço de concessões. O nosso maior interesse como representantes dos trabalhadores e dos elementos populares mais avançados, é o progresso do país, em bases democráticas. O proletariado terá um papel dirigente. Se a burguesia nacional não for capaz de encaminhar sozinha as soluções de seu interesse específico e do interesse geral da pátria, o proletariado organizado a ajudará, animando o surto progressista correspondente a revolução cartista na Inglaterra e à revolução francesa. (*Folha da Manhã*, 27/04/1945, apud CARONE, 1976, p.520)

Após a anistia, o retorno de Prestes promoveu maior unidade no partido. Caio Prado Jr e Astrojildo Pereira, assim como outros elementos divergentes, retornam ao PCB. Nesse momento, o vigor do partido comunista se evidenciou em torno da popularidade de Prestes que só havia aumentado durante sua prisão nos anos de ditadura. Em dois comícios realizados no Rio de Janeiro e São Paulo, Prestes leu um discurso que enfatizava a posição estratégica adotada pelos comunistas desde a Conferência da Mantiqueira. “O principal era o seu apelo para a **União Nacional**, para ‘apertar os cintos’, para a ‘paz e tranquilidade’. Objetivo: não irritar a burguesia, não atemorizá-la, mostrar que tínhamos boas intenções quanto à manutenção da democracia e do progresso do País. Um discurso de um burguês liberal, em suma” (BASBAUM, 1976, p. 190).

Independentemente da grande base de apoio popular, Vargas foi deposto em outubro de 1945. Entretanto, o golpe militar que liquidou com o regime ditatorial não conseguiu bloquear totalmente o processo democratizante que estava em curso. O resultado das eleições ocorridas em dezembro evidenciavam a organização e o avanço do movimento operário representado pelos comunistas. Isolados politicamente, os comunistas obtiveram 10% do total de votos referentes à disputa pela presidência com a candidatura de Iedo Fiúza, quantidade expressiva diante das condições. Prestes foi eleito senador pelo Distrito Federal e deputado federal por quatro estados, tornando-se o candidato até então mais votado nacionalmente. Além disso, os comunistas conseguiram eleger uma bancada de catorze deputados federais na Assembleia Constituinte.

Da aliança com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), os comunistas desenvolvem ampla atividade operária e sindical, culminando na constituição da Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros (CGTB), em 1946. Em 1947, o avanço do espaço político ocupado pelos comunistas era patente. Nas eleições para as assembleias legislativas estaduais e câmaras municipais, o desempenho eleitoral dos candidatos comunistas se repetiu, foram eleitos 46 deputados em quinze estados. Grande parte da intelectualidade brasileira é atraída pelos comunistas, filiando-se ao partido. Evidentemente que tal contexto preocupava as classes dominantes, pois a correlação de forças poderia se alterar comprometendo a recente articulação do governo Dutra entre setores mais conservadores da burguesia brasileira e do capital estrangeiro. Assim, na medida em que o cenário político internacional sofre alterações com o início da Guerra Fria, a classe dominante brasileira liderada pelos setores mais reacionários também iniciou sua campanha contra o PCB.

A partir de então, o governo Dutra rompeu relações diplomáticas com a União Soviética, retirou a legalidade do PCB e cassou o mandato dos parlamentares eleitos pela legenda do PCB. “Isolados politicamente e colocados na ilegalidade, os comunistas reagem mergulhando numa clandestinidade nem sempre necessária e abraçando o isolamento. Evoluem rapidamente para o gueto. Radicalizam suas posições e por isso sua influência decresce” (VINHAS, 1982, p. 94).

É necessário observar que para esse processo de metamorfose do PCB contribuirão, também, algumas mudanças ocorridas no Movimento Comunista Mundial, provocadas pela criação da *Agência de Informação dos Partidos Comunistas (Kominform)*, em 1947. A *Kominform* retomava em muitos aspectos a política de centro dirigente do Movimento Comunista Mundial, da extinta IC, com sua prática fortemente marcada pelas concepções do Partido Comunista da União Soviética e pelo dogmatismo stalinista. A *Kominform*, terá sua influência nas concepções e

práticas políticas do PCB, nos anos seguintes, até sua extinção em 1956. (SEGATTO, 1989, p. 71)

O abandono da linha política de união nacional e a adoção de uma nova perspectiva estratégica diante da situação de ilegalidade são expressos peremptoriamente no documento conhecido como *Manifesto de Agosto de 1950*. Nesse documento o PCB confirmou total reviravolta em sua concepção política, alegava haver se extinto no país as condições para uma evolução democrática por meio de uma via pacífica, por isso seria necessário preparar a revolução organizando o povo em ampla Frente Democrática de Libertação Nacional. Os comunistas recorrem a uma concepção militarista de organização partidária visando à tomada do poder, entendem que a preservação do latifúndio e o domínio econômico do imperialismo são os principais obstáculos para o desenvolvimento da nação. Importante ressaltar que a noção de progresso implícita nessa leitura comunista continua sendo associada ao desenvolvimento da industrialização como principal mecanismo de independência nacional e melhoria das condições de vida do proletariado.

Nas eleições de 1950 os comunistas se afastaram de Vargas, considerado um “agente do imperialismo”. Vargas continuou carregando a bandeira da industrialização, manteve a política de “paz social” entre capital e trabalho e, apesar de permitir maior penetração do capital externo, adotou medidas avançadas de cunho nacionalista como a consolidação da siderurgia nacional e a criação da Petrobrás, além de combater a violação da lei de remessa de lucros. Vargas também resistiu à imposição norte-americana para enviar tropas nacionais à guerra da Coreia. Mesmo distante do governo, o PCB promoveu as campanhas contra o envio de soldados brasileiros para a guerra da Coreia e a favor do monopólio estatal do petróleo, entre outras atividades de massa. Mas a atividade de maior envergadura social e política, orquestrada pelos comunistas nesse período, foi a grande greve de São Paulo em 1953.

De acordo com Vinhas (1982), o movimento grevista emergiu diante de uma conjuntura de forte crise econômica em que se acumulou 41% de aumento no custo de vida, seguida de forte deterioração do poder aquisitivo nos salários. A greve durou quase um mês e envolveu cerca de 300 mil operários, o resultado das negociações foi 32% de aumento para todas as categorias industriais, pagamento dos dias parados e libertação de todos os operários presos durante a greve. O avanço político do movimento trouxe a conquista do direito de greve.

Em 24 de agosto de 1954, a comoção popular gerada pelo suicídio de Vargas forçou o PCB a modificar o programa que seria apresentado no IV Congresso do Partido. Entre os dias

7 e 11 de novembro, em São Paulo, foi realizado o IV Congresso do PCB que não acontecia desde 1929. Mesmo com a crise política que se instaura no país com o desfecho da era Vargas nenhuma mudança substancial foi introduzida no programa discutido no Congresso, “que continua pregando a ‘derrubada do governo de latifundiários e grandes capitalistas’ à base de uma leitura que considera o Brasil ‘um país semicolonial e semifeudal’, cujas relações de produção ‘opõem-se violentamente ao desenvolvimento das forças produtivas’” (VINHAS, 1982, p. 133).

De modo geral, a ação política dos comunistas até o final da década de 1970, será pautada em torno dessa concepção, cujos pressupostos estratégicos são delimitados pelo estágio de desenvolvimento em que se encontram as forças produtivas. Nesse sentido, essencialmente, para o PCB o Brasil era um país cujo desenvolvimento do capitalismo ainda não havia se efetivado. O partido lutava primordialmente por uma reforma agrária e pela libertação nacional do jugo dos imperialistas norte-americanos, principais elementos de oposição ao desenvolvimento das forças produtivas. Naquele momento a revolução brasileira era, portanto, de caráter “democrático-popular”. O aspecto progressista, implícito no programa dos comunistas, repercutiu no apoio a candidatura de Juscelino Kubitschek em 1955, cujo programa de governo estava voltado ao desenvolvimento do capitalismo.

Em fevereiro de 1956, três anos após a morte de Stalin, realizou-se o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. O movimento comunista mundial reagiu com total perplexidade diante dos desdobramentos desse congresso. Nikita Khrushchev, em seu famoso relatório, denunciou o “culto à personalidade de Stalin”, a centralização e burocratização do partido e seus desdobramentos perniciosos para o regime soviético. No Brasil, somente em outubro, após o retorno da delegação do PCB enviada ao XX Congresso, os intelectuais ligados ao PCB iniciam um debate utilizando a imprensa partidária. Ao longo do debate, evidenciava-se que o impacto do relatório de Khrushchev obrigou os comunistas brasileiros a se debruçarem sobre a conduta do próprio PCB.

Ao longo do debate, vai ficando claro que o stalinismo – o “sistema do culto à personalidade” como se dizia então – era o principal responsável pela concepção do partido comunista como uma organização militarizada, cuja severa disciplina só tinha paralelo com a escassa democracia interna e ausência de espírito crítico, estruturado à imagem e semelhança do PCUS apesar da diversidade de situações, e voltado precipuamente para o “assalto do poder”. A crítica então feita acaba, portanto, se concentrando em três direções: no dogmatismo e subjetivismo que permearam o terreno da teoria e da política, nos métodos mandonistas de direção centralizada e na política de quadros, cujos destinos eram arbitrariamente decididos pelas cúpulas restritas aos comitês, e finalmente, na própria concepção do partido comunista, contra sua militarização e pela sua transformação em um partido de massas. A ligação dessa crítica, que abrange *grosso modo* a chamada “política de

organização”, com a política propriamente dita – com a relação do partido com a realidade brasileira – ia se explicitando com a compreensão de que aquele modo de entender e de construir o PC havia dificultado o aproveitamento pelos comunistas, mesmo na ilegalidade, dos espaços políticos e democráticos abertos de 1930 a 1935, de 1947 a 1950 e de 1950 a 1954. (VINHAS, 1982, p. 179)

Os reflexos desses acontecimentos seriam ratificados oficialmente pelo PCB na *Declaração de Março de 1958*, e, posteriormente, incorporados ao programa do partido durante o V Congresso realizado em 1960. A partir desse momento emerge o desenvolvimento de uma nova linha política estruturada em velhos paradigmas analíticos sobre o desenvolvimento das forças produtivas, porém retomando a perspectiva de luta pelo socialismo pela via democrática.

De acordo com Segatto (1989), a resolução política do PCB expedida pelo V Congresso caracterizava a etapa da revolução brasileira, naquele momento, como anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática. Dentro dessa análise, havia duas contradições fundamentais inerentes à respectiva etapa histórica do desenvolvimento das forças produtivas da sociedade brasileira que requeriam urgentemente solução. Primeiramente, tratava-se da contradição entre o imperialismo, incluindo seus agentes internos, e a nação, a segunda se dava entre as forças progressistas e o latifúndio.

Ponto interessante a ressaltarmos refere-se à compreensão do antagonismo inerente entre o proletariado e a burguesia. Segundo a análise comunista a contradição não exigia medidas imediatas que promovessem sua extinção, uma vez que se tratava de uma contradição intrínseca ao capitalismo, e, este por sua vez, não havia se desenvolvido plenamente no Brasil de modo a oferecer condições para atingir a etapa de transição ao socialismo. Naquele momento, a etapa da revolução nacional necessitava da formação de uma “frente única”. Assim, proletariado e burguesia deveriam lutar em torno de um objetivo comum, o desenvolvimento independente e progressista da nação, dito de outra forma, lutar pela industrialização.

Ainda segundo Segatto (1989), Prestes ao emitir uma declaração sobre a respectiva questão, enfatizou que a necessidade e conveniência de existir uma aliança com a burguesia era essencialmente interesse do proletariado, uma vez que este sofria mais com a exploração imperialista e a falta de desenvolvimento do que com o desenvolvimento do capitalismo nacional. Destarte, corrobora-se que

[...] a compreensão que o PCB tinha anteriormente da revolução burguesa e do desenvolvimento do capitalismo no país não foi alterada em sua essência, ou seja, manteve-se a compreensão de que o Brasil continuava a ser um país com um

capitalismo atrasado e subdesenvolvido, sendo necessário orientar seu desenvolvimento num sentido nacional e progressista [...] (SEGATTO, 1989, p. 130)

Independentemente da autocrítica desenvolvida durante o processo de “desestalinização” ocorrido a partir do *Manifesto de 1958*, cujos principais aspectos abordados reconheciam o caráter subjetivo empregado na análise da realidade brasileira, os comunistas não conseguiram realizar uma abordagem mais precisa e atual sobre o desenvolvimento do capitalismo nacional. Assim sendo, continuaram sustentando suas teses em pressupostos ancorados nos seguintes elementos: o latifúndio e o imperialismo.

Apesar de reconhecerem a existência de avanços progressistas e nacionalistas na economia nacional, as distorções em relação às condições objetivas nacionais ainda permaneciam na afirmação do caráter semicolonial de nossa economia. Em suma, as grandes mudanças e reviravoltas do PCB sempre se restringiram em torno de alterações na linha estratégica revolucionária e na política de alianças. A partir do V Congresso se consolida a via pacífica em torno da questão democrática, buscando desenvolver alianças com os setores progressistas e nacionalistas.

Dessa maneira, consolidou-se a visão de que a herança colonial sempre renovada na preservação do latifúndio e do domínio imperialista constituíam obstáculos históricos a serem superados para libertar o desenvolvimento das forças produtivas e conquistar a independência da nação. Assim, combatendo os dois pilares que sustentavam os grilhões da economia nacional seria possível avançar na questão democrática, pois somente com o progresso econômico se avançaria nas esferas sociais e políticas. Desse modo, na medida em que se desenrolasse o processo de desenvolvimento das forças produtivas se alteraria a correlação de forças, colocando na pauta da revolução a resolução de outras contradições sociais, de modo que o avanço democrático garantiria a possibilidade de luta às classes subalternas, abrindo as perspectivas para a implantação do socialismo.

Mesmo não fazendo parte oficialmente das fileiras partidárias do PCB desde o final da década de 1930, Heitor Ferreira Lima escrevia em periódicos regionais e mantinha contato com elementos do partido, entre eles Caio Prado Jr.. Ainda que Lima e Caio Prado estivessem vinculados ao grupo paulista, permanecendo críticos das análises e políticas de alianças impostas pela CNOP e por Prestes desde a Conferência da Mantiqueira, em pontos fundamentais, compartilhavam da mesma interpretação sobre a formação social brasileira e suas implicações para o desenvolvimento das forças produtivas.

A Revista Brasiliense foi o principal veículo informativo que promoveu um debate em torno das questões referentes ao nacionalismo e seus desdobramentos sociais e políticos. Concomitantemente a função de economista da FIESP, foi nesse periódico que Heitor Ferreira Lima expressou sua concepção nacionalista. Todavia, antes de abordar propriamente a Revista Brasiliense, será apresentada uma sucinta exposição da trajetória e do pensamento de seu principal idealizador: Caio Prado Jr. Além de ser importante referência para compor o ambiente intelectual de Heitor Ferreira Lima, sua relevância para o pensamento marxista nacional é indiscutível, uma vez que é considerado por muitos estudiosos o pioneiro “em desvendar o sentido da colonização, ao mostrar que no território brasileiro se produzia para atender o mercado externo” (PERICÁS, WIDER, 2014, p. 193).

3.2 – Caio Prado Jr. e a tese do capitalismo colonial

Caio da Silva Prado Júnior, oriundo de duas famílias pertencentes à elite paulistana, nasceu em 1907 e faleceu na mesma cidade onde nasceu, São Paulo, em 1990. Depois de um período de um ano na Inglaterra, no Colégio Chelmsford, retornou ao Brasil para cursar Ciências Jurídicas e Sociais na tradicional Faculdade de Direito do Largo São Francisco, concluiu o curso em 1928. Iniciou sua atividade política no Partido Democrático (PD) e, portanto, apoiou Getúlio Vargas e a revolução de 1930. Porém, frustrado com os desdobramentos da Revolução buscou uma opção mais radical filiando-se ao PCB no final de 1931.

Em 1933, logo após ter alterado sua opção ideológica, publicou seu primeiro livro *Evolução Política do Brasil*. Em sua primeira edição o livro recebeu o subtítulo “ensaio da interpretação materialista da história do Brasil” que seria alterado para “ensaio de interpretação dialética da história brasileira” na segunda edição, em 1947 e, posteriormente, em 1953, na terceira edição teria o título modificado para *Evolução política do Brasil e outros estudos*, dessa vez definitivamente. “Nele aplicava um método relativamente novo entre nós, o da interpretação materialista, pois, salientava no prefácio, ‘os historiadores esqueceram quase por completo o que se passa no mercado interno, de que os acontecimentos não são senão um reflexo do exterior’” (LIMA, 1989, p. 19).

A originalidade da interpretação historiográfica do autor em questão conecta-se a práxis política do momento histórico em que estava inserida. Nesse sentido,

A obra historiográfica de Caio transborda de longe a formação do Brasil contemporâneo, bem como as condições e possibilidades da revolução brasileira. Mas não há dúvidas de que ela se enraíza bastante nos dilemas e nas perspectivas que se abrem aos grupos e classes, movimentos e partidos, políticos e intelectuais, a partir dos horizontes que parem revelar-se com a Revolução de 30; e desdobrar-se mais nitidamente nas décadas do populismo, militarismo e Nova República. (IANNI, 1989, p. 65)

Assim como *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freire e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, ambos também editados durante a década de 1930, o livro de Caio Prado rompe com os paradigmas da história tradicional, sua análise insere outros sujeitos sociais no processo histórico englobado desde o período colonial até o Segundo Império. Desse modo, a perspectiva analítica pradiana abordou o protagonismo dos estratos sociais menos favorecidos ressaltando seu papel ativo em momentos de tensão social (Cabanada, Balaiada, etc). A questão do latifúndio também foi discutida de modo pioneiro na obra, ressaltando a função de apêndice da grande propriedade agrícola voltada para a monocultura de exportação e a utilização da mão de obra escrava até o fim do Império.

A admiração por Lenin o faz realizar uma viagem à Rússia ainda em 1933. Dessa forma, pôde conhecer a realidade soviética no auge do stalinismo. Suas impressões sobre a viagem foram reunidas e editadas sob o título *URSS, um novo mundo*, seu segundo livro, lançado no ano seguinte ao seu retorno. Foi vice-presidente regional da ANL em São Paulo no entre os anos de 1934 e 1935, período de sua vida em que esteve envolvido com a política de modo mais intenso. De acordo com Pinto (2014), entre os meses de julho agosto, no ano de 1935, Caio Prado Jr., publicou no jornal paulista *A Platéia* uma série de oito artigos caracterizando o sentido geral do movimento aliancista e divulgando o programa da ANL. Além disso, aproveitou para fundamentar as premissas axiais de seu modelo de análise. Sendo assim, nesses artigos Caio Prado Jr.

Defenderá um programa de economia nacional assentado no fortalecimento do mercado nacional, definindo práticas de um Estado Nacional acentuadamente corporativista como base da revolução brasileira. Não sugere qualquer indicativo de estatização; indica apenas a necessidade de regulação, de um Estado nacional que procurasse obstar internamente a presença das atividades econômicas do imperialismo (agregadas principalmente ao latifúndio) e que, ao fazer isso, estimularia a consolidação do mercado interno, o que traduziria a superação das práticas remanescentes do antigo sistema colonial. Em síntese esta seria a súpula do projeto político pradiano: o nacionalismo anti-imperialista. (PINTO, 2013, p. 71)

Logo após o levante comunista, inicialmente detido em Porto Alegre, ficou preso durante dois anos sem obter julgamento. Devido a ausência de provas que vinculassem sua participação na Intentona foi posto em liberdade no ano 1937. Nesse período, Vargas anistiou

os presos políticos que não haviam sido condenados, Caio Prado deixou o Brasil rumo à Paris. Foi um exílio de intensos estudos e engajamento político, matriculou-se em diversos cursos na Sorbone e atuou junto ao Partido Comunista Francês (PCF), retornou poucos meses antes de eclodir o conflito mundial, em março de 1939. De acordo com Pinto (2013), o contato com a universidade francesa permitiu-lhe assistir aulas de Marc Bloch, Lucien Febvre, Marcel Mauss, Fernand Braudel, entre outros. Braudel já era conhecido de Prado Jr. desde 1934, quando “a missão de professores franceses” estivera no Brasil ministrando cursos na recém-fundada Universidade de São Paulo (USP).

Durante a década de 1940 surgem duas obras seminais do referido autor para a historiografia brasileira. O interesse pelos problemas nacionais era fruto da própria constatação *in loco* das mazelas distribuídas pelo território nacional. Aos dezoito anos de idade realizou uma longa jornada pelo país, “na qual pôde observar nossa diversidade regional e os problemas decorrentes da miséria e do subdesenvolvimento” (PERICÁS, WIDER, 2014, p. 199).

Em 1942, vem a lume *Formação do Brasil contemporâneo*. Nessa obra, essencialmente procurou mostrar que o Brasil foi estruturado historicamente para atender às necessidades do mercado externo. Dessa forma, ressaltando o desenvolvimento de nosso passado colonial atrelado aos interesses da metrópole, faz um “balanço geral da colônia” buscando respostas para os problemas que entravam o desenvolvimento da contemporaneidade. De acordo com o autor, os “problemas brasileiros de hoje, os fundamentais, pode-se dizer que já estavam definidos e postos em equação há pelo menos 150 anos” (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 4)

Destarte, ao desvendar o *sentido de nossa colonização* objetivou compreender o caráter sistêmico do capitalismo implícito a lógica fomentadora do desenvolvimento econômico colonial à lógica de acumulação mundial capitalista, desde o mercantilismo até o imperialismo inglês. Assim, concluiu que

[...] o caráter fundamental da nossa economia, isto é, da produção extensiva para mercados do exterior, e da correlata falta de um mercado interno solidamente alicerçado e organizado. Donde a subordinação da economia brasileira a outras estranhas a ela; subordinação aliás que se verifica em outros setores. Numa palavra, não completamos ainda hoje a nossa evolução da economia colonial para a nacional. (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 3)

Nesse sentido, o objetivo central de Caio Prado não era ressaltar o conjunto total da história brasileira, mas apontar nossa principal herança colonial. O Brasil da década de 1940

ainda não havia se libertado das “amarras” deixadas por três séculos atividades colonizadoras, seus estigmas se evidenciavam na “atonía” de nossa economia, nos métodos rudimentares de nossa agricultura e na incompletude de nosso desenvolvimento industrial, na presença do latifúndio e no domínio dos interesses imperialistas. Estes aspectos representavam o elo colonial sempre renovado, enraizados na estrutura econômica e política da nação.

De acordo com os apontamentos anteriores, durante o período de exílio na França, Caio Prado encerrou-se em intensos estudos e pesquisas que o aproximaram da historiografia dos *Annales*²⁹, o que nos permite cogitar que os respectivos fundamentos teóricos dessa vertente historiográfica francesa foram determinantes para a construção da análise marxista pradiana. Em sua obra emergem conceitos como “empresa colonial”, sendo o colono uma espécie de “empresário de um grande negócio”. Dessa forma, o referido autor deixa subentendido que, apesar dos limites do trabalho escravo, o Brasil colonial era de natureza capitalista, isto é, as relações de produção colonial seriam um desdobramento do capitalismo mercantil. Tal visão, ainda que de maneira menos enfática, aproxima Caio Prado da mesma leitura elaborada por Simonsen, expoente da historiografia econômica.

Além disso, outro aspecto análogo a Simonsen foi referente à utilização do determinismo geográfico. Caio Prado, para justificar o tipo de atividade econômica empregada na colônia, utilizou como principal fundamento “o caráter tropical da terra”. O determinismo geográfico está patente ao se estabelecer uma relação entre o clima e o tipo de estrutura fundiária colonial. Sendo assim, de acordo com Caio Prado Jr. (2000), ao contrário das colônias inglesas da América do Norte que, em suas áreas de clima temperado, estabeleceu-se a pequena propriedade do tipo camponês, no Brasil colonial a estrutura produtiva proveniente da grande produção agrária, inicialmente correspondente ao engenho de açúcar, foi determinada pelo

[...] o caráter tropical da terra, os objetivos que animam os colonizadores, as condições gerais desta nova ordem econômica do mundo que se inaugura com os grandes descobrimentos ultramarinos, e na qual a Europa temperada figurará num centro de um vasto sistema que se estende para os trópicos a fim de ir buscar neles os gêneros que aquele centro reclama e que só eles podem fornecer. São estes, em última análise, os fatores que vão determinar a estrutura agrária do Brasil colônia. Os três caracteres apontados: a grande propriedade, a monocultura, trabalho escravo, são formas que se combinam e completam; e derivam diretamente e com

²⁹ Em 1929, Lucien Febvre e Marc Bloch fundaram a revista *Annales d'Historie Économique et Sociale*. Tal periódico se tornaria a principal referência do movimento historiográfico conhecido como Escola dos *Annales*. O movimento pretendia ligar a história à sociologia, essa perspectiva visava superar os limites da exposição cronológica de fatos e de indivíduos, buscando dar maior ênfase nos aspectos estruturais dos sistemas sociais. Assim, ao dar mais enfoque em suas análises para grandes processos (de longa duração) como o declínio do feudalismo, a industrialização e o avanço do imperialismo e do capitalismo mundial, a historiografia dos *Annales* manteve uma ligação estreita com o pensamento marxista.

consequência necessária daqueles fatores. Aliás, em todas as colônias em que concorrem, não só no Brasil, tais caracteres reaparecem. (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 118)

Entre os aspectos que condicionaram o Brasil a ser um mero produtor de artigos tropicais, o determinismo geográfico foi um dos fatores utilizados por Simonsen para explicar nosso atraso no desenvolvimento industrial. Como foi abordada no capítulo anterior, a obra de Simonsen não primava pela exposição das relações sociais de produção, sua perspectiva era demonstrar os aspectos técnicos, quantitativos e qualitativos de nossa produtividade e, com tais elementos, ressaltar os elementos que entravavam nosso desenvolvimento industrial. Para isso, este autor recorreu a determinismos de ordem econômica, geográfica, social e até racial, além de utilizar um arcabouço de analogias e estatísticas para fundamentar seus argumentos. Dessa forma, diluía a centralidade das relações sociais de produção e camuflava a existência do antagonismo de classes. Considerando que se tratava de um líder da burguesia industrial, seu discurso ideológico estava em consonância com sua com os interesses da classe social que pertencia e defendia.

No caso de Caio Prado, ao analisar os fundamentos da estrutura de nossa economia colonial, promoveu uma abordagem de cunho mais economicista. Ao analisar os motivos que levaram a utilização da escravidão, acaba desenvolvendo um raciocínio determinista e, portanto, necessário dentro das condições gerais da ordem econômica do mercantilismo. Sendo assim, o caráter tropical da terra condicionou o emprego da grande propriedade agrícola voltada para fornecer os produtos tropicais que não poderiam ser produzidos na Europa. A necessidade de produção em larga escala leva a monocultura e, esta, requer grande quantidade de mão de obra que foi atendida principalmente com os braços africanos. Portanto, a “influência dos fatores naturais é tão sensível nesta discriminação de tipos agrários, que ela se acaba impondo mesmo quando o objetivo inicial e deliberado de seus promotores é outro”. (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 119)

Não obstante a importância da interpretação do autor para a historiografia nacional, esse tipo de análise acaba deixando em segundo plano as relações sociais de produção, privilegiando uma abordagem ilativa amparada em premissas economicistas em detrimento do componente social. Ao longo do livro encontraremos uma descrição pormenorizada de toda a vida material da colônia, encerrando uma análise descritiva dos processos econômicos, sempre enfatizando o vínculo colonial. No capítulo em que trata da *organização social* apresentou os desdobramentos pejorativos implícitos na utilização da mão de obra escrava, corroborando uma visão hierarquizada proveniente de uma concepção racial determinista.

[...] incorporou a colônia, ainda em seus primeiros instantes, e em proporções esmagadoras, um contingente estranho e heterogêneo de raças que beiravam ainda o estado da barbárie, e que em contato com a cultura superior de seus dominadores se abastardaram por completo. E o incorporaram de chofre, sem nenhum estágio preparatório. No caso do indígena, ainda houve a educação jesuítica e de outras Ordens, que com todos os seus defeitos trouxe todavia um começo de preparação de certo alcance [...] O que pesou muito mais na formação brasileira é o baixo nível destas massas escravizadas que constituirão a imensa maioria da população do país. [...] (PRADO JÚNIOR, 2000, pp. 283-4)

Em 1943, Caio Prado Jr. fundou a Editora Brasiliense e, posteriormente, a Gráfica Urupês. Monteiro Lobato viria a se tornar sócio da editora que publicou suas obras completas, além de outros importantes escritores como Lima Barreto e Eça de Queiroz. A necessidade de deslindar o caminho para eliminar os obstáculos ao desenvolvimento nacional se evidenciava no lançamento de coleções como “Problemas brasileiros”, “A conquista da terra”, dirigidas por Caio Prado Jr. e “Ontem e Hoje”, esta última coordenada por Jorge Amado. “Caio Prado Júnior insistia na correta interpretação da realidade, e na análise historiográfica e conjuntural como suporte para a intervenção social” (PERICÁS, WIDER, 2014, p. 200).

Em 1945, Caio Prado retoma a análise feita em *Formação do Brasil contemporâneo* no livro *História econômica do Brasil*. Nessa obra, estende sua análise até a contemporaneidade enfatizando os elementos da ordem econômica, o próprio título já denunciava a ênfase empregada em sua abordagem historiográfica. Tratava-se de uma característica da época, cuja “a importância dada à história econômica conectada a certo senso comum de um marxismo positivista que informava ‘que, constituindo a economia a infraestrutura da sociedade, é ela que determina a ação dos homens no campo político, administrativo e social em geral’” (DEL ROIO, 2014, p. 31). Embora não pertencesse a vertente marxista, há também que se ressaltar o fato de Roberto Simonsen ter sido um dos principais pioneiros e expoentes da historiografia econômica nacional.

Ao tratar do período colonial, *História econômica do Brasil* aproveitou os estudos realizados em seu livro anterior. As ideias predominantes em torno de nosso passado colonial presentes no segundo item do primeiro capítulo denominado “Caráter inicial e geral da formação econômica” são uma cópia do capítulo “Sentido da colonização”, apresentado em *Formação do Brasil contemporâneo*. A repetição e a persistência de determinadas ideias serve para demonstrar, por um lado, o verdadeiro sentido da época colonial e, por outro, a atualidade decorrente desse processo que caracteriza a posição do Brasil na economia mundial desde a colônia.

O *sentido da colonização* é um tema constante em toda a historiografia de Caio Prado. Articula a maior parte de seus escritos, das suas reflexões, e está na base da sua interpretação histórica brasileira. O Brasil-colônia, Império e República está marcado por esse traço. No começo é o colonialismo. Depois, a partir da Independência, predomina em forma crescente o imperialismo. O sentido da colonização não é único. Muda com os tempos, as relações internas e externas, o desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção. Não se limita a economia e a política. Pode compreender o poder militar, as Igrejas e os meios de comunicação. Desdobra-se em formas de pensamento, ideias, doutrinas ou explicações. (IANNI, 1989, p. 87)

O pensamento de Caio Prado Jr. nunca foi parâmetro para orientar a linha política oficial dos comunistas. A questão conflitante e central se dava em torno da concepção sobre a revolução democrático-burguesa, que enquadrava a sociedade brasileira na via clássica de desenvolvimento. De acordo com o exposto anteriormente, segundo a leitura oficial do PCB, o Brasil se encontrava em um estágio semifeudal de desenvolvimentos das forças produtivas, daí a necessidade de alianças com a burguesia, forças progressistas e nacionalistas para opor-se ao latifúndio e ao imperialismo, ou seja, para os comunistas estava implícito uma transição em relação ao modo de produção. Já para Caio Prado Jr., a formação da nacionalidade e emancipação da nação não se encaixava no esquema feudalismo-capitalismo-socialismo. Apesar de todo peso de nossa herança colonial, da existência de práticas pré-capitalistas, como a escravidão e a grande propriedade agrária, a organização da colônia brasileira ocorreu concomitantemente ao desenrolar de um sistema econômico mundial: o capitalismo mercantil.

A tese do capitalismo colonial, desenvolvida por Caio Prado Jr., abria um veio teórico que abrigaria importante corrente de pensadores brasileiros [...] que acreditavam que o Brasil surgiu como uma colônia implantada para servir aos interesses do capitalismo mercantil do século XV, e como tal nunca comportou relações feudais, e sim capitalistas adequadas às condições coloniais. Na realidade, ao questionar a tese da via clássica para o capitalismo defendida pelo marxismo vulgar, Caio Prado Jr. influenciaria a todos os pensadores marxistas brasileiros, e particularmente aqueles diretamente envolvidos na discussão da transição que, aliás, era a grande questão teórica dos anos de 1950 a 1970. (MANTEGA, 2014, p. 109)

De acordo com essa concepção, a análise pradiana se pautava na passagem da condição de colônia para a emancipação da nação, isto é, não se tratava de gerar um processo revolucionário que fizesse emergir um novo modo de produção, uma vez que a própria empresa colonial já era de natureza capitalista. Aspecto importante para ressaltarmos é o fato de que a tese do capitalismo colonial surgiu com a historiografia econômica. Roberto Simonsen, um dos pioneiros dessa abordagem histórica, compreendia ser Portugal e sua colônia de natureza capitalista. Evidentemente, Caio Prado Jr, assim como Heitor Ferreira

Lima, ainda que de modo menos enfático, foram influenciados por Simonsen seguindo essa linha de interpretação que se opunha a via clássica de transição para o capitalismo.

Em suma, a tese do capitalismo colonial é axial para compreendermos o nacionalismo de Caio Prado Jr.. “Em rigor não se tratava exatamente de uma transição de um modo de produção para o outro, mas sim da evolução de uma fase mais primitiva do capitalismo para outra mais avançada” (MANTEGA, 2014, p. 109-0).

Desse modo, Prado Jr. buscava superar os obstáculos do desenvolvimento capitalista nacional que, mesmo ainda no século XX, estavam materializados no predomínio do latifúndio e do imperialismo. Nesse sentido, o descendente da estirpe portuguesa dos Prados, vislumbrava romper com a essência de nossa formação, isto é, nossa posição subsidiária e dependente dentro do sistema econômico mundial.

A situação de dependência e subordinação orgânica e funcional da economia brasileira com relação ao conjunto internacional de que participa, é um fato que se prende às raízes da formação do país, como já foi amplamente e repetidamente analisado ao correr de todo este livro. Economia de exportação constituída para o fim de fornecer gêneros alimentícios e matérias-primas tropicais aos países e populações das zonas temperadas da Europa e mais tarde da América [...] (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 270)

Desde a “vasta empresa colonial” até nossa recente industrialização a economia brasileira se mantém subordinada aos interesses estrangeiros. “Será essencialmente uma economia colonial, no sentido mais preciso, em oposição ao que denominaríamos de economia ‘nacional’, que seria a organização da produção em função das necessidades próprias que dela participa” (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 270).

Destarte, de acordo com Caio Prado Jr., essa seria a característica preponderante que perpassa todo curso econômico e político da história da brasileira. Desde os albores de nossa economia primária agroexportadora até os dois períodos de acentuada industrialização substitutiva e a constante monopolização do aparelho estatal pelo capital financeiro no século XX, a função da economia nacional não se alterou na divisão internacional do trabalho.

As possibilidades de uma via nacionalista como perspectiva de superação das condições socioeconômicas brasileiras, ainda essencialmente fundamentadas no sistema colonial, são apresentadas nos dois últimos capítulos do livro. Ao abordar as características gerais e os aspectos limítrofes de nossa produção agrária, industrialização e, sobretudo, as relações subservientes de nossa economia com o imperialismo, Caio Prado Jr. deixa claro que sua perspectiva de mudança nada tem haver com rupturas drásticas com o sistema capitalista. Assim sendo, a almejada transição do “sistema colonial” para uma economia verdadeiramente

“nacional” não implicava nada além do desenvolvimento do próprio capitalismo nacional sob “novas bases”.

[...] Isto é, refazer-se sobre outras bases, deixar de ser um simples fornecedor do comércio e dos mercados internacionais, e tornar-se efetivamente o que deve ser uma economia nacional, a saber, um sistema organizado de produção e distribuição dos recursos do país para a satisfação das necessidades de sua população. Romper definitivamente com seu longo passado colonial, e fazer-se função da própria comunidade brasileira e não de interesse e necessidades alheios. [...] (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 298)

Essas possibilidades de “evolução” de uma economia colonial ou semicolonial para uma economia nacional eram vislumbradas justamente pela existência de relação dialética observada por Caio Prado Jr. na ação do imperialismo moderno no Brasil e em outros países da mesma categoria. Para o referido autor, a evolução do imperialismo no Brasil é contraditória. “O imperialismo é um suicida que marcha seguramente para a sua consumação” (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 283).

Na medida em que o capital estrangeiro atua como fator preponderante na exploração das riquezas nacionais, por meio dos imensos monopólios e trustes internacionais que disputam o controle da economia mundial, ele também desenvolveu as forças produtivas nacionais, proporcionando-lhes possibilidades para a sua “definitiva libertação”. Além disso, a economia brasileira já demonstrava sinais de esgotamento diante do constante aumento do volume de exportação de produtos primários para atender a demanda imposta pela agenda imperialista, configurando a “crise em marcha”.

As lutas imperialistas disputando essencialmente as riquezas naturais, o mercado consumidor e a mão de obra barata dos países periféricos como o Brasil abrem brechas para o crescimento de uma indústria subsidiária e dependente. Nesse sentido, nosso parque industrial, sofrendo das ações impostas pelo imperialismo, não se desenvolveu para atender as necessidades da nação e, além disso, a penetração do capital estrangeiro na própria atividade industrial estimulou a criação de indústrias “fictícias”, mero “‘ajuntamento de peças e partes’, que dependiam de fontes externas de abastecimento para todas as suas necessidades, desde maquinaria até a matéria-prima ou materiais semiprocessados que empregavam” (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 299).

Depois de lembrar a iniciativa estatal no desenvolvimento da indústria brasileira, ressaltando principalmente os casos da siderurgia (*Companhia Siderúrgica Nacional – Volta Redonda*) e do petróleo (Petrobrás), a partir da década de 1950, ponderou que o papel ocupado pelo Estado em face das necessidades do desenvolvimento industrial naquele momento eram insuficientes. O planejamento econômico ou racionalização e o papel da

ciência seriam outros aspectos imprescindíveis para assegurar o desenvolvimento industrial que promova uma remodelação profunda e de base da economia brasileira. Desse modo, “o projetado desenvolvimento industrial por um plano de conjunto em que se previsse cuidadosamente o aproveitamento máximo de recursos disponíveis, com a eliminação de qualquer desperdícios” (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 308) aliado a um centro de “pesquisa técnico-científica de primeira, própria e autônoma, e diretamente integrada no processo industrial” permitiriam emergir um desenvolvimento econômico oriundo de “um progresso tecnológico original independente e impulsionado por forças e necessidades próprias” (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 329). Somente assim, eliminaríamos a dependência e subordinação tecnológica proveniente do monopólio científico dos centros de pesquisas das grandes empresas imperialistas.

Em suma, a questão da industrialização é central para o processo de evolução e transformação da estrutura econômica brasileira defendida por Caio Prado Jr.. Embora o progresso industrial atingido estivesse atrelado ao imperialismo, emergindo das contingências e contradições inerentes ao capital estrangeiro, o desenvolvimento das atividades industriais representava um grande salto e um grande aliado para a superação do “velho sistema colonial”. Desse modo, analogamente a corrente desenvolvimentista do setor privado representada por Simonsen, o nacionalismo de Prado Jr. defendia o desenvolvimento industrial como principal fator de oposição ao “ponto nevrálgico da economia brasileira: a estrutura agrária de país, responsável principal, sem dúvida, pelo baixo nível e padrão econômico da população brasileira, e portanto, entre outras consequências, das insuficiências quantitativas e qualitativas do mercado interno do país” (PRADO JÚNIOR, 2012, pp.333-4).

Em 1970, o livro recebeu uma atualização e, posteriormente em 1976, no início do processo de abertura política, seria acrescentado um *post-scriptum*. Nesse pequeno, porém denso texto, o autor realizou uma análise da economia mundial do pós-guerra e, principalmente, fez um balanço sobre o desenvolvimento nacional no período conhecido como “milagre econômico brasileiro”. Logo no início do referido texto, o autor enfatizou a atualidade de suas observações feitas anteriormente em torno dos obstáculos e perspectivas de reestruturação da economia brasileira, uma vez que a constatação do “momentâneo surto de crescimento” implicava que não ocorreu um avanço da economia em bases distintas do passado.

Tais observações, que já datam de muitos anos, encontram nos dias que hoje vivemos (1976) a mais flagrante comprovação; e é isso que se procurará mostrar nas linhas que se seguem. Isto é, que a política e a orientação econômicas adotadas

nesses últimos anos, a saber, o chamado “modelo brasileiro de desenvolvimento”, que não é outra coisa, em última análise, senão precisamente a consagração e oficialização daqueles “remanescentes dos velhos sistema da economia brasileira” acima referidos, em particular o nosso enquadramento no sistema internacional do capitalismo, que vem a ser o imperialismo, na posição de simples dependia dele, um tal modelo é o grande responsável pela atual situação de dificuldades que atravessamos. (PRADO JÚNIOR, 2012, 345)

Caio Prado Jr. faz uma abordagem no sentido de desconstruir o jargão eufêmico que os economistas utilizavam concomitantemente as estatísticas referentes à produção industrial, para justificar o suposto progresso alcançado durante o período. Nesse sentido, as matrizes dos velhos trustes e monopólios imperialistas eram substituídas pela designação de “multinacionais”, cujas inversões de capitais e investimento tecnológicos realizadas nos países “subdesenvolvidos” promoveu altos níveis de progresso elevando-os para a categoria de “países em desenvolvimento”.

A reorganização da economia capitalista e de seu sistema financeiro mundial, liderada pelos Estados Unidos a partir do pós-guerra, cujas bases foram estipuladas nos acordo de Bretton Woods e no conhecido Plano Marshall, completava o seu ciclo de expansão em meados da década de 1970. Prado Jr., ressaltou que o avanço operado pelas forças imperialistas desdobrou-se em “uma situação jamais ocorrida e inconcebível na teoria econômica ortodoxa: ocorrência simultânea da inflação e de estagnação crescente”, cuja explicação para o respectivo fenômeno se mostrava insuficiente às concepções ortodoxas. Apenas “consolavam-se os economistas em como batizá-lo, inventando um estranho nome: ‘estagflação’” (PRADO JÚNIOR, 2012, pp. 348-9).

De acordo com Prado Jr., era evidente que os reflexos dos acontecimentos no âmbito da economia internacional seriam mais prejudiciais aos países do Terceiro Mundo. Especificamente, no caso brasileiro, serviu para corroborar que o “milagroso” modelo de desenvolvimento em nada tinha rompido com a antiga estrutura colonial. O sistema socioeconômico continua essencialmente o mesmo, isto é, nossa estrutura produtiva continua voltada para a exportação de gêneros primários, para atender as necessidades dos mercados externos. De modo que não houve alterações em nossa estrutura agrária, se mantendo fiel aos fundamentos coloniais que a criaram. Os índices econômicos referentes ao crescimento industrial nesse período não passam de meros subterfúgios amparados em estatísticas de uma produtividade dependente em diversos os aspectos, principalmente tecnológicos. “O que se encontrará é fundamentalmente, e no essencial, uma indústria de bens de consumo durável substitutiva de importações, sem infraestrutura apreciável, e dependente do exterior, no fornecimento dos seus principais insumos” (PRADO JÚNIOR, 2012, p.354).

Caio Prado Jr. elegeu-se deputado estadual em São Paulo pelo PCB em 1947. No curto período em que exerceu o mandato até ser cassado, dez meses depois de ter assumido sua cadeira na bancada da Assembleia Legislativa, trabalhou de forma intensa e apresentou 31 emendas. “Em sua incansável luta pela modernização do país, três temas lhe foram particularmente caros na atuação como parlamentar: a fiscalização do poder público, o regime tributário e o incentivo à pesquisa científica” (PERICÁS; WIDER, 2014, p. 201).

Após a cassação do registro do PCB foi detido novamente, dessa vez permanecendo encarcerado por três meses. Em 1949, nova viagem a Paris, onde participou do Congresso da Paz, também visitou a Tchecoslováquia e a Polônia.

3.3 – Revista *Brasiliense* e o nacionalismo: expressão desenvolvimentista de esquerda

A época em que surge o periódico coincide com uma maior dedicação de Caio Prado Jr. em relação à filosofia, haja vista os livros publicados por esse autor durante tal período: *Dialética do conhecimento*, de 1952, e *Notas introdutórias à lógica dialética*, de 1959. Em relação à economia, seus textos adquirem um caráter de intervenção conjuntural e também abordam a questão agrária. Em 1956, obteve o título de livre-docência com a tese *Diretrizes para uma política econômica brasileira* apresentada no concurso da Faculdade de Direito para o provimento da cadeira de Economia Política, ainda que não obtivesse a vaga. No mesmo ano publicou sua tese com o mesmo título, cujo conteúdo programático definiu o “grupo de intelectuais, junto com Caio Prado Júnior, formaria o que posso chamar aqui de ‘PCB paulista’. Com esse livro estabeleceu-se em definitivo a agenda política do grupo, que no ano seguinte estaria com Caio Prado Júnior na fundação da *Revista Brasiliense*” (PINTO, 2013, p. 67).

O lançamento da *Revista Brasiliense* (R.B.) ocorreu no período final da campanha presidencial de 1955. Podemos considerar a revista como a expressão teórica que mais contribuiu “para a correta análise interpretativa e normativa de nossa economia” (Beiguelman, 1989, p. 449). Foi uma publicação bimestral de cunho nacionalista, fundada por Caio Prado Jr. e dirigida por seu primo, o jornalista Elias Chaves Neto³⁰. Paulo Sérgio Pinheiro, em

³⁰ De acordo com Pinto (2014, p.54), “Antes de se tornar um militante comunista, Chaves Neto foi um gestor do imperialismo norte-americano e, pelo que descreve em suas memórias não significou propriamente um rompimento de classe ou um rompimento ideológico. No período de 1940 a 1960 envolveu-se em São Paulo diretamente na luta que os comunistas paulistas travavam pela democracia no país (assim como na luta interna contra algumas diretrizes do comando nacional do PCB). Em meados da década de 1950, junto com seu primo Caio Prado Júnior, filiado ao PCB desde 1931, e naquela altura já proprietário da Editora Brasiliense, conjuntamente com o jornalista Heitor Ferreira Lima e outros intelectuais, participou da fundação da *Revista*

prefácio escrito para o livro de memórias do diretor responsável da revista, em 1978, ressaltou a importância da revista como “fonte inestimável” para pesquisadores do período 1955 a 1964. Além disso, de acordo com Pinheiro, vale mencionar a repercussão desse periódico no exterior, como indicador de sua relevância. Tal afirmação justifica-se pelo fato de se encontrar microfilmada uma coleção da revista nos Estados Unidos, cuja comercialização é realizada mediante um simples pedido de reembolso referente a Custom Microfilm Systems (P.O. Box 792 Dept.E, Riverside California 92501, USA).

A R.B. permaneceu em atividade até fevereiro de 1964, portanto, sua tessitura existencial está delimitada dentro do interstício entre o suicídio de Vargas e o golpe de março de 1964. Foram 51 números que chegaram ao público, o quinquagésimo segundo, referente aos meses de março e abril, encontravam-se impressos quando foram apreendidos e destruídos na própria gráfica. De acordo com Limongi (1987), segundo o depoimento de um dos fundadores, a revista nunca chegou a pagar-se e, provavelmente, não teria sobrevivido sem o “mecenato” de Caio Prado Jr.

O conselho de redação do primeiro exemplar apresentava os respectivos nomes: Sergio Milliet, Caio Prado Jr., Edgard Cavalheiro, Sergio Buarque de Hollanda, João Cruz Costa, E. L. Berlink, Alvaro de Faria e Nabor Caires de Brito. Apesar do nome de Heitor Ferreira Lima não figurar entre os oito primeiros números da revista, foi um dos integrantes que mais permaneceu no conselho, esteve presente a partir do nono número, permanecendo no conselho até último número. O nome de Lima também figura entre os colaboradores que mais escreveram à revista. Somente Elias Chaves Neto e Caio Prado Jr. participaram com mais artigos que Lima. Segundo Limongi (1986), foram publicados 24 artigos em seu nome e 3 sob o pseudônimo de Alcindo da Cunha Xavier, Elias Chaves Neto escreveu em praticamente todos os exemplares, computando 47 artigos e Caio Prado Jr. colaborou com 31 textos.

A peculiaridade em torno do periódico foi a sua condição de independência em relação ao PCB. Uma independência motivada pelo desdobramento da política repressiva que havia posto em ilegalidade o PCB em 1947, durante o governo Dutra. Consequentemente, o partido teve sua liberdade de imprensa anulada devido à repressão policial. Por outro lado, apesar da ilegalidade e repressão, o grupo composto por intelectuais marxistas e militantes comunistas

Brasiliense (1955-1964)”. Foi em meados da década de 1920 que Elias Chaves Neto entrou para “o Departamento Legal das Empresas Elétricas Brasileiras, a empresa que administrava o conjunto de companhias adquiridas no Brasil pela companhia Brasileira de força Elétrica, uma subsidiária da Electric Bond and Share Company, o grande truste norte-americano de eletricidade” (CHAVES NETO, 1978, p.36). Em 1943, a convite do governo norte-americano, integrou a comissão de jornalistas que visitou os Estados Unidos para presenciar o esforço de guerra daquele país no setor industrial. Também esteve em Cuba em 1960, a convite do governo cubano, por ocasião da celebração de dois anos da entrada das tropas revolucionárias em Havana. Em 1962, compareceu ao Congresso pela Paz em Moscou junto à delegação brasileira.

de São Paulo que organizou a revista representa a manutenção de uma publicação independente de viés comunista, ainda que de forma sub-reptícia, em um período de ilegalidade e perseguição ao PCB. Nesse sentido, apesar da pretensão apartidária da revista, “a consulta a lista de colaboradores revela uma nítida predominância de pessoas vinculadas ao PCB” (LIMONGI, 1987, p.1).

Todavia, como apontado anteriormente, a divergência do grupo paulista em relação à linha política do PCB, do qual Caio Prado e Heitor Ferreira Lima eram integrantes, aliada as divergências desses dois autores, cujas interpretações sobre o período colonial apontavam para a existência de relações capitalistas, se chocavam com as teses dos comunistas que continuavam defendendo a revolução democrático-burguesa nos anos 1950. Desse modo, a R.B. divergia da concepção etapista defendida pelo PCB, e este por sua vez, era crítico contundente da revista.

Antes que a denúncia dos crimes de Stálin tenha repercussão no Partido Brasileiro, aparecem duas publicações articuladas por comunistas que já deixam sentir ventos de mudanças. Caio Prado Jr. e Elias Chaves Neto organizam a *Revista Brasiliense*, publicação político cultural, orientada pelo marxismo e pelo nacionalismo, independente e divergente das teses do PCB, ainda que sem hostilizá-lo explicitamente. O partido reage de modo crítico à revista, desqualificando-a. (RUBIM, 2014, p.392)³¹

Segundo Limongi (1987), outra peculiaridade em relação aos principais colaboradores comunistas que integraram a revista, refere-se ao fato de terem ocupado altos cargos no partido, como os casos de Octávio Brandão e Heitor Ferreira Lima. Além disso, e nessa situação incluímos Caio Prado Jr., em diferentes momentos fizeram parte de disputas internas no PCB, de modo que a derrota no interior das lutas partidárias “parece ser o traço a unir os principais colaboradores da R.B. de que se têm informações” (LIMONGI, 1987, p. 5). No caso de Lima e Prado Jr., podemos remeter as disputas com os órgãos centrais do partido por duas vezes, em 1937, discordando da linha política assumida pelo partido e, posteriormente em 1943, divergindo em relação ao apoio às forças getulistas.

Desde o seu lançamento, a análise da conjuntura política nacional, subordinada a presença do capital estrangeiro em detrimento dos interesses da nação e das necessidades do povo, sempre estiveram presentes nas páginas da R.B.. As análises dos artigos buscavam ressaltar que o “desenvolvimento” fundamentado na abertura da economia e nos privilégios

³¹ A outra publicação tratava-se do jornal *Para Todos*. Organizada por iniciativa de Oscar Niemeyer, Jorge Amado, Alberto Passos Guimarães, Moacir Werneck de Castro e James Amado, publicaram no jornal o “quinzenário da cultura brasileira” entre maio de 1956 e agosto de 1958.

concedidos ao capital estrangeiro somente acentuava a dependência externa do país, aumentando o custo de vida dos trabalhadores em proporção inversa à desvalorização da moeda e dos salários. Dessa forma, a R.B. teceu cerradas críticas aos governos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. Em contrapartida, propunha medidas de cunho nacionalista, visando à construção de um projeto de planejamento econômico, a valorização do capital nacional, a proteção das nossas reservas naturais, a regulamentação do sistema de remessas de lucros, dentre outras.

Os objetivos e princípios nacionalistas que orientaram o periódico estão peremptoriamente postos em seu “Manifesto de fundação”. “Foi dentro das concepções nacionalistas da tese apresentada por Caio Prado Júnior que um grupo de intelectuais, comunistas e não comunistas, fundou a *Revista Brasiliense*, num manifesto publicado no seu primeiro número de setembro-outubro de 1955” (CHAVES NETO, 1978, p. 142). Desse modo, os fundadores que assinaram o manifesto afirmaram que a R.B. pretendia ser uma revista

[...] em torno da qual se congreguem escritores e estudiosos de assuntos brasileiros interessados em examinar e debater os nossos problemas econômicos, sociais e políticos. Sem investigações feitas com o espírito objetivo e em profundidade, não somente não será possível dar-lhes soluções adequadas como também nos arriscamos a fabricar ou difundir funestas ilusões como essa a que nos pode levar a um progresso a tantos respeito notável, mas que mal dissimula, sob o extraordinário desenvolvimento dos grandes centros urbanos, o atraso econômico do país. Esse atraso torna-se particularmente sensível na estreita dependência do estrangeiro para a satisfação de necessidades fundamentais de nossa vida. A exportação de produtos agrícolas ou de matéria-prima já não é suficiente para atender às exigências de bem estar do povo, estimuladas por uma prosperidade resultante de duas guerras mundiais, em que fomos compelidos a prover nós mesmos às nossas necessidades. Não escapa também, a mais superficial observação a extrema pobreza de densas camadas da população rural e urbana, que não foram atingidas pelos benefícios do surto econômico e industrial do país e continuam vivem em condições vizinhas da miséria. [...] Analisar em suas raízes e a todas as luzes essas e outras questões e encará-las do ponto de vista dos interesses nacionais da melhoria das condições de vida do povo e da renovação dos progressos da cultura, como expressão autêntica da vida brasileira, é o objeto que a Revista se propõe e não poupará esforços por alcançar. [...] A Revista sem ligações de ordem política e partidária, será orientada pelos seus próprios redatores e colaboradores. [...] (“Manifesto de Fundação”, *Revista Brasiliense*, n.º1, 1955, pp. 1-2)³²

³²O grupo fundador da revista foi composto pelos seguintes nomes, oriundo de diversos estados: Abgaur Bastos, Acácio Ferreira (Bahia), Adroaldo Ribeiro Costa (Bahia), Afonso Schimdt, Agnaldo Costa, Alica Canabrava, Alvaro de Faria (Rio), Anibal Machado (Rio), Caio Prado Júnior, Carlos Pasquale, Catulo Branco, Ciro T. de Pádua, Edgard Cavalheiro, Edgar Koetz, Egon Shaden, E. L. Berlink, Elias Chaves Neto, Fernando de Azevedo, Fernando Segismundo (Rio), Florestan Fernandes, F. Pompeu de Amaral, Gilberto de Andrada e Silva, Heitor Ferreira Lima, Heron de Alencar (Bahia), J. N. Fonseca Lima, Jayme Gramaciotti, João Climaco Bezerra (Ceará), João Cruz Costa, José Calil, José Maria Gomes, Josué de Castro (Rio), Leó Ribeiro de Moraes, Mario Mazzei Guimarães, Mario da Silva Brito, Nabor Caires de Brito, Omar Catunda, Osmar Pimentel, Pinto Ferreira (Recife), Rossine Camargo Guarnieri, Ruy Bloem, Salomão Schatan, Smuel B. Pessoa, Sergio Buarque de Hollanda, Sergio Milliet, Wilson Alves de Carvalho.

O caráter da citação acima, quase na íntegra do manifesto, justifica-se pelo seu conteúdo esclarecedor. Além de evidenciar o caráter nacionalista e progressista da revista, apresenta uma interpretação sobre o desenvolvimento econômico brasileiro que aproximava tanto as interpretações de Caio Prado, como a de Heitor Ferreira Lima ao pensamento da corrente nacionalista privada cujo principal expoente foi Roberto Simonsen. Além disso, apesar dos artigos se concentrarem em análises da historiografia nacional, desenvolvimento econômico, questão agrária, política nacional e internacional, encontram-se nas páginas da R.B. artigos sobre, literatura, medicina social, críticas de teatro, cinema, exposições de arte, arquitetura e estética. Na maioria dos artigos literários, “o nacionalismo não desaparece do horizonte, uma vez que os autores mais enfocados são Monteiro Lobato e Euclides da Cunha. Nota-se também uma abertura para com a literatura nordestina, o quê, de alguma forma, é uma abertura para as questões sociais” (LIMONGI, 1987, p. 14).

Entretanto, apesar da vasta amplitude de temas que objetivavam a “renovação dos progressos da cultura”, os temas centrais do periódico restringiam-se ao âmbito do desenvolvimento econômico. Desse modo, o enfoque das análises circunscrevia o embate entre as posições “nacionalistas e entreguistas” que de modo geral traduziam a conjuntura econômica do período de existência da revista. Em suma, a R.B. “se opunha à integração subjugada da nossa economia no sistema mundial do imperialismo” (BEIGUELMAN, 1989, P. 474).

Elias Chaves Neto (1978), como apontamos anteriormente, confirma a subordinação das concepções nacionalistas da R.B. em relação às teses de Caio Prado Jr.. Ora, se a interpretação sobre a origem dos mecanismos coloniais e imperialistas bloqueadores do nosso desenvolvimento e independência econômicos seguem os princípios pradianos, evidentemente que os elementos norteadores presentes nas análises da revista também apontariam para a concepção evolutiva da economia nacional apresentada por Caio Prado Jr. em seus livros. Nesse sentido, a perspectiva de desenvolvimento econômico significa a transição de uma economia colonial de cunho agrário e agroexportador de produtos primários para uma economia verdadeiramente nacional, fundamentada no mercado interno e na industrialização. Portanto, o movimento nacionalista da revista defendia a “transformação das próprias bases estreitas, com destaque para a fundiária, em que se assentava a economia, para que suas forças produtivas passassem por fim a se orientar no sentido do atendimento das necessidades da massa da população brasileira”, conseqüentemente, o "desenvolvimento econômico, viria em

consequência, vinculado à elevação da renda e do padrão de vida do povo” (BEIGUELMAN, 1989, p. 474).

A solução seria – sustentava Caio Prado – o Brasil fabricar no próprio país os artigos de que necessitava e criar pela elevação do nível de vida de nossa população rural, o mercado interno para a sua própria indústria. De nada serviria recorrer para esse fim ao capital estrangeiro que procurasse uma aplicação direta em nossa produção, isto é que viesse ele próprio explorar a força de trabalho de nosso povo, pois tal fato importaria exclusivamente em fabricarem as firmas estrangeiras, em nosso próprio país, os produtos que nos vendiam, remetendo para fora, sob forma de juros e dividendos o preço das mercadorias por eles a nós vendidas. Defrontar-se-ia a economia do país com a mesma falta de divisas resultantes de nossa exportação; sem mencionar o fato de que, sob a forma de juros e dividendos, o fruto do trabalho nacional seria drenado para o exterior, impedindo, ou em todo caso dificultando sobremaneira, a formação de um capital nacional necessário ao seu desenvolvimento. Era em mãos de nacionais ou estrangeiros radicados no país que deveria se processar a sua industrialização, cabendo ao Estado a realização dos grandes empreendimentos industriais para os quais o capital nacional se mostrasse insuficiente e dos que fossem imprescindíveis ao surto da economia privada. Seria bem vindo o capital estrangeiro que contribuísse para o desenvolvimento do país sob a forma de financiamentos. (CHAVES NETO, 1978, p. 140)

Não obstante às críticas em relação às atividades imperialistas no país, desde os privilégios concedidos ao capital estrangeiro até o mecanismo de remessa de lucros, principalmente durante o governo de Juscelino Kubitschek, as perspectivas de desenvolvimento apontadas pela revista se restringiam a uma solução reformista. Dessa forma, propondo mudanças análogas ao desenvolvimentismo defendido por Simonsen, ou seja, uma modernização conservadora. Indiscutivelmente, o trecho final da citação acima é uma reprodução das principais ideias desenvolvimentistas defendidas pelo líder da burguesia industrial paulista, abordadas principalmente no texto *A planificação da economia brasileira*. Tal qual Simonsen, no melhor estilo de intelectual burguês, Chaves Neto defendeu os interesses da classe industrial perante sua impotência contra o capital externo recorrendo ao Estado. Este deveria suprir os grandes empreendimentos industriais, principalmente nos setores estruturais da indústria de base, transporte, energia e comunicação, criando condições para promover um “surto da economia privada”. Porém, quando o Estado também se mostrasse incapaz, seriam bem vindos investimentos em forma de financiamento.

Em suma, a evolução econômica apresentada na tese de Caio Prado Jr., reproduzida nos artigos da revista, recomendava o desenvolvimento do próprio capitalismo como solução para o baixo nível de vida da população, cujo fator principal consistia na conservação da estrutura capitalista colonial. Em outras palavras, se tratava de assegurar o direito da burguesia nacional de “explorar a força de trabalho de nosso próprio povo”. De modo geral, é nisso que consistia o processo de evolução para uma economia verdadeiramente nacional, ou

seja, implicava a consolidação do desenvolvimento do capitalismo nacional em “suas próprias bases”. Dessa forma, alimentado pela demanda do mercado interno, garantiria sua independência e soberania, isto é, a liberdade de exploração da força de trabalho por nossa própria burguesia industrial. Enquanto nas revoluções burguesas europeias lutava-se contra o poder absoluto do rei para conquistar o *laissez-faire*, nos países periféricos em pleno século XX, a burguesia industrial ameríndia amparada na ideologia nacionalista, travava suas pugnas contra o imperialismo por uma espécie de *laissez-faire* moderno, apoiado pelo estado de caráter corporativo.

De acordo com a hipótese apresentada por Pinto (2013), a perspectiva nacionalista de Caio Prado Jr comportava uma caráter corporativista. A partir dessa premissa o referido autor elabora uma investigação sobre pressupostos teóricos pradianos, objetivando fundamentar a descaracterização de Caio Prado Jr. como um “original pensador marxista”. Dessa forma, sua tese fundamenta-se no fato de que a “visão de mundo do autor radicou-se nos quadros ideológicos do nacionalismo corporativista e não do marxismo” (PINTO, 2013, p.12). Sobre as teses apresentadas no livro de 1954, *Diretrizes para uma nova política econômica brasileira*, cujas premissas centrais nortearam as análises da R.B., Pinto afirma peremptoriamente o caráter corporativista presente na perspectiva nacionalista de Caio Prado Jr, e conseqüentemente, da R.B..

Nesse livro, o autor constatava que o Brasil tinha ainda uma tarefa básica a realizar: construir o seu capitalismo. [...] sob uma evidente perspectiva corporativista, entendia que a produção não deveria se impor por si mesma, mas deveria ser determinada pelo mercado interno. Esse mercado interno, na década de 1950, já apresentava uma força significativa, expressa na atividade industrial paulista. Ao perceber uma indústria nacional em afirmação, Caio Prado Júnior encontrava as bases da negação do sistema colonial, porque, nessa indústria, se encontrariam as possibilidades do alargamento do mercado interno. O autor estava a sugerir uma revolução capitalista feita através de consumidores. Como corolário desse processo, impor-se-ia a necessidade de acelerar a garantia dos direitos trabalhistas no mundo agrário, porque o trabalhador rural, ao ter sua situação mais bem definida economicamente, conseqüentemente estaria ampliando o consumo no mercado interno. [...] ao papel do Estado não sugere uma intervenção econômica estatizante, mas um Estado corporativista com amplas capacidades regulatórias [...] o estado Nacional deveria juntar-se as forças sociais progressistas – o proletariado, o campesinato e a burguesia industrial e comercial livre de compromissos com o imperialismo e com o capital financeiro internacional. (PINTO, 2013, pp. 72-3)

Entretanto, de acordo com Elias Chaves Neto, o pensamento de Caio Prado Jr. dava “um novo sentido ao movimento nacionalista, tirando-lhe aquele aspecto simplista que consistia em denunciar o abuso de certas atividades de firmas estrangeiras no país, assim como o fato delas irem se apropriando de nossas riquezas naturais”. O aspecto inovador do

nacionalismo de Prado Jr. seria a constituição de uma “política econômica” (o que Simonsen denominava planejamento) voltada para a estruturação de uma economia nacional estimulada pelas necessidades de consumo interno. Para os intelectuais, comunista e não comunistas da R.B. “eram rumos inteiramente novos que se traçava para a economia da nação, visando sua independência econômica, sem a qual a própria independência política não passa de uma ficção” (CHAVES NETO, 1978, pp. 140-1).

3.4 – Convergência e complementaridade

Apesar das divergências entre o partido e a revista, ainda assim, podemos constatar que a R.B. dialogava com o PCB. Assim sendo, nunca houve nas páginas da revista qualquer menção de crítica ao que ocorria no partido, mesmo quando este, através de Prestes, censurava as posições adotadas pelo periódico. Além disso, independente da revista negar o caráter semifeudal das forças produtivas nacionais, a constatação do peso do latifúndio e do imperialismo para o nosso desenvolvimento continuava sendo afirmado nas análises da R.B., principalmente, nos artigos de Caio Prado Jr. e de Heitor Ferreira Lima.

De acordo com Limongi (1987), os editoriais da revista referentes aos temas de questão agrária e política nacional foram tratados predominantemente por Caio Prado Jr., segundo maior colaborador da R.B.. Já os temas referentes à história econômica do Brasil e industrialização, foram abordados principalmente pelo então jornalista e assessor econômico da FIESP, Heitor Ferreira Lima, cujo volume de colaborações para a revista só ficou atrás de Elias Chaves Neto e de Caio Prado Jr.. Assim sendo, evidencia-se o diálogo com o PCB, uma vez que os temas mais abordados por Prado Jr. e Lima se referem aos pressupostos básicos utilizados nas teses do partido, ou seja, ao latifúndio e ao imperialismo. Desse modo, é possível cogitar que Caio Prado Jr e Lima, além convergirem em relação a suas posições nacionalistas, desenvolveram na revista uma relação de complementaridade referente diálogo mantido com as teses centrais do PCB. Entretanto, o modo como esses dois autores desenvolveram seus pressupostos políticos e econômicos apontava mais para uma “modernização conservadora”, como propunha Simonsen.

Capitais nacionais e investimentos estrangeiros foi o primeiro artigo de Lima publicado na R.B., logo em seu primeiro volume referente aos meses de setembro e outubro de 1955. O autor afirma que a questão dos investimentos financeiros, tão necessários à manutenção da expansão industrial que vinha ocorrendo nos países subdesenvolvidos após a II Guerra, é fonte de grande preocupação entre as “classes patronais”, entre os economistas e

parlamentares, sendo fonte de constante debate na imprensa. Tal contexto, decorre do “processo de industrialização pelo qual estão atravessando uma série de países que, até a segunda guerra mundial, eram colônias, protetorados ou nações dependentes de grandes potências. (LIMA, 1955, p. 128-9). De acordo com a perspectiva progressista apresentada por Lima, cuja mola propulsora seria a industrialização, havia a necessidade de continuar estimulando tal processo.

[...] E na medida em que esse processo de industrialização progride, acentua-se a necessidade de uma sólida base financeira para a expansão manufatureira. Surge desse modo o problema dos capitais e investimentos, pois, a industrialização em larga escala exige enormes fundos, não sendo mais suficientes os métodos até então empregados, constituídos quase sempre de mobilizações restritas, sob o controle de empresas de cunho familiar e de pequenas dimensões. Esse fato impõe a tarefa da criação de um mercado especializado, capaz de atender a essa demanda potencial de financiamento, que requer somas vultosas, sob a forma de capital fixo. [...] (LIMA, 1955, p. 129).

Depois de ressaltar a necessidade de financiamento para suprir o processo nacional de industrialização em larga escala, Lima, apoiado em dados da CEPAL, chamou a atenção para investimentos estrangeiros na América Latina, observando o declínio das inversões inglesas e a ascensão das norte-americanas. Apontou um crescimento no mercado de capitais nacionais em quase todas as regiões com destaque para São Paulo e com exceção do nordeste por causa da crise na indústria açucareira. Portanto, verificava-se “que o mercado nacional de capitais estava em desenvolvimento, apesar das restrições de crédito, ultimamente observadas em consequência da política econômica adotada pelo ex-ministro Gudín, que recomendava ‘pausa’ para o progresso industrial do país” (LIMA, 1955, p. 140).

Portanto, segundo o referido autor, diante das condições que o país se encontrava naquele momento, seria conveniente adotar uma política nacional de investimentos para dar melhor utilização aos capitais nacionais ou estrangeiros. Assim, recomendava o autor as seguintes medidas que deveriam compor tal política: planejamento econômico, *funding* de nossas dívidas externas, investimentos estrangeiros, restrição das importações (eliminando as mercadorias supérfluas), aumento das importações (intensificar o comércio com a América latina, vasto escoadouro para nossos produtos industriais).

Lima citou Simonsen para reafirmar a necessidade e importância do planejamento para combater a instabilidade econômica. Dessa forma, “pensava Roberto Simonsen, profundo conhecedor dos problemas econômicos e sociais brasileiros, além de conhecido líder industrial” (LIMA, 1955, p. 146). Portanto, aos críticos do planejamento econômico, procurou utilizar a “credibilidade” do líder industrial como argumento em prol da racionalização da

economia. Além disso, fica subentendido que a intervenção do Estado, principal agente desse processo de planejamento econômico, evidentemente, não convergem com uma perspectiva drástica de mudanças em relação a ordem capitalista. A atuação estatal envolve a constituição de medidas meramente regulatórias, em nenhum momento é sugerido qualquer estatização da economia ou qualquer projeto político de ordem anticapitalista.

Logo no segundo volume da R.B., Caio Prado Jr. reforçou os argumentos expostos por Lima sobre investimentos estrangeiros no artigo *Nacionalismo brasileiro e capitais estrangeiros*. Segundo Prado Jr., o nacionalismo já havia se constituído como uma forte corrente de opinião pública. Prova desse contexto seria “a grande e vitoriosa campanha do petróleo que enfrentando embora as mais poderosas forças econômicas, financeiras e políticas internacionais, viu lograr seus objetivos na primeira fase, já vencida, da nacionalização da exploração petrolífera” (PRADO JÚNIOR, 1955, p. 80).

Entretanto, o nacionalismo brasileiro não deveria ter caráter xenófobo, de “desconfiança instintiva e indiscriminada contra o capital estrangeiro”, ao contrário, ele se apoiava em teses de conteúdo racional e científico, cuja ciência econômica corroborava sua situação de “país periférico do sistema capitalista; isto é, de país situado à margem daquele sistema e complementar dele” (PRADO JÚNIOR, 1955, p. 81). Em suma, apesar da crítica em relação aos capitais estrangeiros, não nenhuma indicação de rompimento radical com o imperialismo, uma vez que o nacionalismo brasileiro não deveria assumir um “caráter xenófobo”. Novamente, evidencia-se outra postura conservadora, demonstrando a ausência de práticas anticapitalistas nos debates da R.B..

Caio Prado Jr., chama atenção para os limites das teorias econômicas, cujos estudos classificam como “subdesenvolvimento” a posição periférica que os países da América do sul se encontram, denotando uma concepção de atraso econômico, sem, no entanto, buscar as causas que originam tal posição dentro do sistema internacional capitalista. O que interessa, sobretudo,

[...] não é esse atraso em si, a simples constatação dele, porque então o problema se reduziria a estimular o progresso, desenvolvendo nossas forças produtivas e elevando a vida material do país. [...] Mas a dificuldade está em *como fazê-lo*, em apontar os obstáculos que se à efetivação de tais planos a fim de eliminar tais obstáculos. [...] É isso que a teoria do subdesenvolvimento não trata de averiguar, ou deixa na penumbra. Ou antes, atribui alternativamente e conforme as posições filosóficas mais profundas de cada um de seus autores, ou a razões de inferioridade racial, ou geográficas (como sustentam muitos economistas europeus e norte-americanos, e entre nós, por exemplo o ex-ministro da fazenda e autoridade consagrada, o Prof. Eugênio Gudín); ou então cai no círculo vicioso de atribuir o atraso ao próprio atraso, afirmando por exemplo que o Brasil é economicamente retardatário porque lhe faltam capitais; [...] (PRADO JÚNIOR, 1955, p. 83)

Depois da crítica ao ex-ministro de concepções liberais, Prado Jr., aponta nossas relações comerciais e financeiras com o exterior como causa central de nossa posição periférica no sistema internacional capitalista. Por conseguinte, distinguiu as duas formas de capital financeiro que penetra no país, de um lado, aquele que se incorpora à economia do país e, de outro, o capital financeiro invertido em empresas subsidiárias, permanecendo ligado ao centro financeiro de sua origem. Evidentemente, a primeira forma é considerada benéfica, uma vez que se fixa no Brasil e se faz tão nacional quanto os demais capitais então existentes no território nacional. Já a segunda, além de ser completamente parasitaria, acentuando nossa dependência econômica e política, ocorre em maior volume. “Propõe-se assim o nacionalismo brasileiro não como desencadeamento de impulsos xenófobos e mesquinhos [...] mas como sentimento nacional solidamente alicerçado nos mais legítimos interesses brasileiros e cimentado com a clara compreensão dos fatos econômicos”. Conclui o autor que somente “as armas” do nacionalismo podem libertar o Brasil das “poderosas forças econômicas e financeiras mundiais” (PRADO JÚNIOR, 1955, p. 93).

Caio Prado Jr. retomou esse tema em artigo publicado no décimo primeiro volume, em 1957. *Capitais estrangeiros* tratou da “indispensabilidade” das inversões alienígenas para o nosso processo de industrialização e desenvolvimento tecnológico. Tal conclusão fazia parte do *Relatório da Comissão Mista Brasileiro-Americana* (Missão Abbink), apresentado, pelo então representante do governo brasileiro e presidente da comissão, Octávio Gouveia de Bulhões³³.

Nesse texto, Prado Jr. faz os mesmos apontamentos e distinções entre as inversões que se incorporam a nossa economia e as que apenas se tornam inversões de empresas subsidiárias, permanecendo organicamente ligadas aos grandes trustes internacionais. Porém dessa vez, denunciou o mecanismo de inversões e câmbio utilizado pelas empresas imperialistas para efetuar a remessa de lucros de suas empresas subsidiárias, apropriando-se

³³ Economista de orientação liberal, formado em direito pela Faculdade do Rio de Janeiro em 1930, especializou-se em economia em Washington. Em 1939, foi nomeado chefe da seção de Estudos Econômicos e Financeiros do Ministério da Fazenda. Entre 1943 e 1950 foi consultor técnico e participou de diversos congressos, simpósios e conferências representando o Brasil. Também foi membro do Conselho Nacional de Economia (CNE) de 1950 a 1954, neste último ano, com a morte do presidente Getúlio Vargas (1951-1954) e a posse de João Café Filho (1954-1956), foi nomeado diretor da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), permanecendo no cargo até 1955. Participou dos governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964). Continuou no governo após o Golpe Militar de 1964 e saiu definitivamente do ministério da Fazenda em 1967, após a posse do general Arthur da Costa e Silva.

da mais valia gerada nacionalmente. Tal contexto se deve aos privilégios concedidos aos investidores estrangeiros com a criação da Instrução nº 113.³⁴

[...] O afluxo de capitais estrangeiros sob a forma de iniciativas industriais, e muito mais ainda, comerciais e financeiras (bancos, seguros, etc.), se pode representar às vezes um alívio momentâneo da balança de contas externas do País, e mesmo um aparente estímulo das atividades econômicas, vai redundar afinal, e a prazo mais ou menos longo e fatal, em situações financeiras extremamente graves; bem como no crescente avassalamento da economia nacional, ao capitalismo internacional trustificado [...] (PRADO JÚNIOR, 1957, p. 24)

A solução proposta para evitar esse contexto e sanar nossas necessidades seria recorrer ao financiamento ou dilação do prazo de equipamentos que temos necessidade de importar. Neste caso, “os equipamentos se nacionalizam, integram-se na economia brasileira, e nada mais teremos de pagar por eles” (PRADO JÚNIOR, 1957, p.17).

No volume referente aos meses de setembro e outubro de 1957, a revista publicou o respectivo artigo: *Indústria automobilística no Brasil*, de Heitor Ferreira Lima. Nesse texto, Lima argumentou sobre os desdobramentos negativos da implantação da indústria automobilística para o contexto geral de transportes no Brasil. Nesse sentido, após o relatório expedido pela Missão Cooke, composta por técnicos norte-americanos, afirmando a existência de pontos de estrangulamento em nosso sistema de transportes, adotou-se uma política de transporte voltada para suprir as necessidades da indústria automobilística em detrimento de formas mais baratas como a ferrovia e os meios marítimos e fluviais.

[...] Ora, para a construção de estradas de rodagem começamos assim a importar máquinas a fim de abri-las, depois o asfalto e o cimento para pavimentá-las, em seguida os veículos a motor para nelas trafegarem e finalmente os combustíveis e peças para os veículos, pois nada disso possuíamos. E para tal foi necessário despender preciosas divisas que adquiríamos com a exportação escassa de nossos produtos agrícolas e minerais. [...] o fato inegável é que o transporte marítimo, fluvial e ferroviário é sabidamente mais barato em todo mundo do que o transporte rodoviário [...] (LIMA, 1957, p. 58)

Além disso, processo de implantação de estradas de rodagem não se realizou de modo complementar em relação às ferrovias e transporte marítimos, auxiliando a ligação de centros onde não existem outros meios de transportes. Ao contrário, o critério adotado foi o de

³⁴ Em janeiro de 1955, durante o governo Café Filho, com Eugenio Gudín no Ministério da Fazenda e Octávio Gouveia de Bulhões na direção da Sumoc, foi criada Instrução nº 113. Tal instrução permitia aos investidores estrangeiros a importação de equipamentos sem cobertura cambial. A Instrução nº 113 foi amplamente utilizada no Programa de Metas do governo Kubitschek (1956-1960), no qual proporcionou a implantação da indústria automobilística. Dessa forma, a instrução da Sumoc praticamente liquidou a indústria nacional, gerando manifestações e protesto do empresariado nacional contra os privilégios ao capital externo.

acompanhar as demais vias já existentes. “Disso não se resultou uma complementação dos nossos meios de transportes, como seria de desejar, mas uma concorrência entre eles, sem nenhuma vantagem para a economia nacional” (LIMA, 1957, p. 62). Daí, a vertiginosa expansão do setor rodoviário, embora com custos mais elevados, sobrepujando os demais setores.

Na esteira do desenvolvimento do setor rodoviário surgiram outras atividades complementares ou colaterais, constituídas pelos setores de autopeças e acessórios. O surgimento da indústria de autopeças é de iniciativa inteiramente nacional, porém o seu incremento e as perspectivas promissoras chamaram a atenção de indústrias estrangeiras. “Além disso, estas e outras empresas, receberam equipamentos do exterior, sob a forma de importação sem cobertura cambial, conforme determina a instrução 113” (LIMA, 1957, p. 66).

Em consideração a esses fatores o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), órgão subordinado diretamente ao governo federal, determinou instruções visando à nacionalização gradativa da fabricação de veículos. Para tanto, as instruções previam atingir até 1960 a obrigatoriedade do uso de peças nacionais na fabricação de veículos motores em uma proporção de 90 a 95%. Entretanto, diante das perspectivas promissoras, principalmente em relação a produção de veículos pesados, atraiu a instalação de duas empresas estrangeiras norte-americanas (General Motors e Ford Motors Company) para a produção de caminhões e uma montadora alemã (Wolkswagen) no segmento de veículos de pequeno porte. Juntas, o volume dos projetos para o ano de 1960, referentes às projeções de produção das duas empresas norte-americanas, superavam todas as demais então existentes no país.

Depois dessas considerações, Lima ressaltou que dado à procedência estrangeira dos capitais que constituem essas empresas inevitavelmente ocorrerá à remessa de lucros para o exterior, tanto em amortizações quanto em forma de dividendos. A parte dos investimentos que permanecerá no país seria referente aos salários e tributos, além da porcentagem relativa à matéria prima nacional. Portanto,

[...] os lucros que constituem a parte destinada a novos investimentos, serão encaminhados para o exterior, não se beneficiando com eles o País. Isso tudo, não constitui particularidades da indústria automobilística se está instalando agora entre nós, mas diz respeito a outros empreendimentos já existentes ou em vias de aqui serem fundados, envolvendo, por conseguinte, problemas mais amplos, ligados, por isso, à questão de nossa política de investimentos estrangeiros. Sobre o assunto, Caio Prado Jr., no número anterior desta revista, escreveu interessante trabalho, digno da atenção dos estudiosos e responsáveis pela economia e pela política do Brasil nesse momento. (LIMA, 1957, p. 76-7)

Destarte, ao ressaltar a necessidade de mudanças em “nossa política de investimentos estrangeiros”, Lima deixa implícita a competência regulatória do Estado no processo de estímulo à formação de capitais nacionais, isto é, de proteção as atividades dos industriais brasileiros. Sobre a indústria automobilística, vale enfatizar que no início da década de 1960 Lima publicou artigos na revista “*O Mundo Motorizado*, dedicada à promoção da então jovem indústria automobilística” (LIMA, 1982, p. 268).

O artigo de Caio Prado Jr. *Capitais estrangeiros*, analisado anteriormente e publicado no décimo primeiro volume da revista, é o trabalho referenciado por Lima, uma vez que Prado Jr. não publicou no décimo segundo volume da R.B. De qualquer forma, independente da imprecisão da informação, a questão dos capitais estrangeiros, ou seja, dos capitais imperialistas para o interesse nacional era central nos debates da revista, uma vez que configura um dos fundamentos axiais da corrente nacionalista de Caio Prado Jr.. Dessa forma, de modo complementar aos argumentos de Prado Jr., Lima retomou essa questão com novos elementos nos dois artigos seguintes: *Instrução 113 e “royalties”*³⁵, referente aos meses de março e abril de 1958, e *Capitais estrangeiros e interesse nacional*, publicado três números depois.

No primeiro artigo, Lima comparou a instrução ao Tratado de 1810, assinado entre D. João VI e a Inglaterra, cujos desdobramentos negativos para nossa evolução industrial no século XIX são inegáveis. A Instrução 113 concedia os mesmos direitos de importação às empresas nacionais, porém, “para estas, nunca existiam a disponibilidade de divisas para adquirirem os equipamentos de que precisa” (LIMA, 1958, p. 9).

Lima reproduziu o discurso do então presidente da FIESP, Antonio Devisate, realizado em Sorocaba, durante a Convenção dos Industriais do Interior, em maio de 1956. A finalidade da longa transcrição da oração do presidente da entidade de classe patronal residia em caracterizar “a posição de repúdio dos industriais à Instrução 113”, afirmando “que adotamos uma política muito liberal ‘no que tange a aplicação dos capitais estrangeiros’ e também que a Instrução 113 está colocando os capitais estrangeiros numa ‘situação de superioridade sobre os nacionais’” (LIMA, 1958, p. 12). Desse modo,

[...] com a entrada ilimitada e indiscriminada de investimentos estrangeiros entre nós, a grande indústria, indústria de base, produção de automóveis, química, etc., está se desnacionalizando, passando para as mãos estrangeiras, de modo a drenar para o exterior todos os lucros que aqui elas produzem, nada ficando no País. Dessa

³⁵ Os royalties consistem em taxas cobradas pelas empresas imperialistas sobre a utilização de novos processos de produção, marcas e patentes de todas as modalidades. Dessa forma, constituem um forte mecanismo de evasão de divisas.

forma o rendimento que estamos proporcionado pela importação dos produtos dessas atividades, vamos proporcionar depois, através da remessa de amortizações, juros, dividendos e “royalties”. E o mais grave é que daí decorrerá um ônus cada vez mais pesado para o nosso balanço de pagamentos, porque não teremos meios para fazer-lhe face, pois, nossos artigos de exportação, os chamados produtos primários, estão com suas cotações em descenso e mesmo em diminuição quantitativamente. (LIMA, 1958, p. 16)

Dito isto, o autor tratou especificamente do caso dos *royalties*. De acordo com Lima, existem empresas que transferem para o exterior anualmente valores correspondentes ao seu próprio capital. Tal mecanismo consiste em verdadeiro abuso, principalmente em relação às taxas que “envolvem coisas perfeitamente dispensáveis, pra não dizer inúteis, como o uso de siglas, de desenhos e outros” (LIMA, 1958, p. 18). Dessa forma, as despesas feitas com *royalties* chegam a assumir proporções altíssimas e desastrosas para a economia nacional.

Nesse artigo, pode-se identificar um aspecto peculiar ao pensamento historiográfico de Lima, a defesa dos interesses das classes patronais. Tal aspecto, além de ressaltar a preponderância dessa classe social ao processo de desenvolvimento, subtraindo, desse modo, o antagonismo de classes. No outro artigo, *Capitais estrangeiros e interesse nacional*, Lima ressaltou o compromisso da revista desde o seu lançamento com os problemas decorrentes dos capitais estrangeiros. Ou seja, o compromisso da revista em defender os interesses das classes patronais. Dessa forma, decorre que a contradição central do modo de produção capitalista apresentada na obra de Marx, o antagonismo protagonizado entre os proprietários dos meios de produção e os proprietários de sua força de trabalho é transferida pelo antagonismo entre os capitalistas nacionais e o imperialismo.

Argumentou o autor serem problemas ainda de difícil solução devido aos interesses antagônicos em jogo: entre os países inversores de capital e as nações receptoras desse capital. Daí a organização Conferência Internacional de Investimentos realizada em junho de 1958 e a 47ª Conferência Interparlamentar, reunida no Rio de Janeiro, um mês depois da anterior. Ambas discutiram os problemas do capital estrangeiro. A ênfase dada, principalmente na segunda Conferência, referia-se aos empréstimos como forma mais adequada de resolver a contradição. A maioria dos delegados, representantes dos países subdesenvolvidos, “mostrou-se favorável ao princípio de que deve ser respeitada a soberania de cada nação, chegando mesmo o representante de Israel a dizer que os capitais estrangeiros devem ficar submetidos ao controle dos respectivos governos, a fim de dar-lhes utilização mais justa” (LIMA, 1958, p. 17).

Novamente, o texto apresentado é um desdobramento da complementaridade entre Lima e Prado Jr.. Em número anterior ao respectivo artigo, a revista publicou texto de Prado

Jr., cujo objetivo consistiu em demonstrar a contradição da tese apresentada pela Associação Comercial de São Paulo durante a II Conferência de Comércio Exterior, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1958. Na ocasião, a referida associação declarou ser impossível aumentar a taxa de formação de capitais nacionais sem a elevação da renda nacional, e esta, por sua vez, não aumentaria em curto prazo sem investimentos estrangeiros.

O texto, *Capitais nacionais e capitais estrangeiros*, de Prado Jr. procurou fundamentar os princípios elementares que envolvem o fenômeno da “formação de capitais”. Em tom quase irônico, dada à obviedade da questão, o autor reconstruiu em linguagem direta e coloquial o processo de investimento de capitais, cujo principal objetivo é a reprodução ampliada do capital inicial e a constante busca por oportunidades de investimentos de alta lucratividade, sendo, portanto, característica essencial a não fixação em determinada atividade ou nação. O “absurdo” da tese se deve ao fato de como ela é apresentada. Portanto, em vez de

[...] se analisarem as relações entre a entrada de capitais estrangeiros e a formação de capitais nacionais, lança-se mão de uma via indireta, a saber, através da “renda nacional”, confundindo assim inteiramente a matéria. Tem-se até a impressão de que isso é propositadamente feito para atrapalhar o leitor e valorizar em frente a ele, a qualquer custo, as inversões estrangeiras [...] (PRADO JÚNIOR, 1958, p. 33)

A partir dessa “suspeita”, o autor descreve o objetivo do processo de formação e investimento de capitais, apresentando sua única finalidade: o crescimento. Logo, o capital estrangeiro estimulará a formação de novos capitais, porém, em benefício do inversor estrangeiro. “Os novos capitais assim formados continuarão sendo estrangeiros, de propriedade das mesmas empresas que os geraram e acumularam, e que por isso, a qualquer momento poderão desloca-los para outros de seus setores de atividade, isto é, para fora do País” (PRADO JÚNIOR, 1958, p. 38).

Em relação à “renda nacional”, Prado Jr. aponta o sofisma sob o qual é constituído o seu cálculo. Destarte, os dados computados, do que se convencionou chamar de “renda nacional”, não especificam sua origem ou nacionalidade, ou seja, além dos capitais de todos os indivíduos e empresas que operam no país, também são incluídos os ingressos monetários das empresas vinculadas ao capital estrangeiro.

Em que fica, pois, a tese da Associação Comercial de São Paulo, recomendando a entrada de capitais estrangeiros para o fim de “aumentar a taxa de formação de capitais nacionais”? Em nada mais que numa injustificável valorização de capital e das inversões estrangeiras, em detrimento não só dos legítimos interesses gerais do País, como dos próprios interesses dos filiados à Associação, que como homens de negócio que são, seriam os primeiros a sofrerem diretamente o impacto da ação

absorvente e monopolistas das empresas internacionais instaladas no País [...] (PRADO JÚNIOR, 1958, p. 41)

Até agora, procurou-se corroborar a confluência ideológica entre os dois autores sob uma perspectiva analítica essencialmente economicista. Desse modo, não se encontra nenhuma menção em relação à luta de classes dentro das relações sociais de produção. O principal antagonismo apresentado restringe-se à contradição entre o imperialismo e as classes patronais nacionais, cuja finalidade consiste em demonstrar o estágio colonial de nossa economia, sua posição dentro do sistema capitalista internacional e a urgência de combater o domínio dos capitais estrangeiros em nossa nação. Tal conjuntura, segundo a interpretação dos autores, configura os principais obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro, ou como denominava Caio Prado Jr., a evolução para uma “economia nacional”.

Nos artigos analisados está patente o combate às amarras do sistema colonial, cuja dependência em relação ao cenário internacional se reflete na ação do imperialismo sob a forma dos capitais estrangeiros no Brasil. Vejamos mais de perto como se processou a interpretação da esfera política na abordagem dos referidos autores.

De acordo com Limongi (1987), em artigo publicado no ano de 1958, referente ao décimo sexto volume da R.B. e intitulado “*As eleições argentinas*”, Prado Jr. afirmou que a prática política nacional estava dominada por um “confucionismo” e “personalismo”. Em virtude dessa caracterização do cenário político nacional, os partidos são deslegitimados em pela sua constituição ontológica que em nada se equivale aos princípios democráticos que deveriam imperar em todas as esferas públicas de modo a permitir a efetiva participação de todas as camadas da população nas atividades políticas da nação.

O contexto político referia-se a eleição de Arturo Frondizi para a Presidência da República Argentina. O programa eleitoral de Frondizi podia ser sintetizado nos seguintes pontos: “o desenvolvimento da Argentina na base de uma estruturação de uma economia nacional – isto é liberta do imperialismo” (PRADO JÚNIOR, 1958, p. 2). Segundo Prado Jr., tal perspectiva somente era possível devido ao fato do candidato argentino ser “visceralmente um democrata e um nacionalista”. Em contrapartida, o cenário da política nacional não apresentava nada mais que

[...] Conchavos, barganhas, manifestações de preferência puramente pessoais mais ou menos eleitoralmente interesseiras de detentores de cargos executivos e administrativos, desde o Presidente da República até o mais modesto Prefeito Municipal, e de chefes partidários. Triste espetáculo tão triste e tão em contraste com o que realmente conta e significa algo para a esmagadora maioria dos

brasileiros, que nos convence, como convencerá qualquer observador atento e menos ingênuo da política brasileira, que se trata no caso de nada mais que uma cortina de fumaça armada com as pequeninas ambições pessoais desses pigmeus que são a maioria dos nossos políticos, destinado a disfarçar os verdadeiros problemas brasileiros, impedir que se projetem no primeiro plano das atividades políticas do país, e dificultar a polarização em torno deles. [...] (PRADO JÚNIOR, 1958, p. 5)

Não obstante a validade da crítica em torno da política nacional, ao deslegitimar a nosso sistema político vigente, controlado por ambiciosas e restritas elites, ressaltou a realidade de sua defasagem econômica e social. Portanto, o descompasso entre as atividades políticas e nossa realidade econômica permite ao autor expressar o conteúdo “revolucionário” propugnado em suas concepções políticas, estreitamente em consonância com a conjuntura da Argentina e de toda América Latina. Assim, tanto o Brasil

[...] como todos os povos latino-americanos, de formação histórica tão semelhante e paralela, e sobretudo de posição atual, no equilíbrio internacional, análoga: economicamente subdesenvolvidos e retardatários; com restritas elites de alto padrão, contrastando flagrantemente com as massas trabalhadoras de níveis ínfimos; fundamentando o principal de sua vida econômica em pobres exportações de matérias-primas miseravelmente pagas pelos seus poderosos compradores que são as grandes potências dominantes do mundo moderno capitalista; expostos a mais desenfreada exploração financeira de trustes e monopólios que sob as mais variadas formas e pretextos (inclusive o da “colaboração na industrialização e desenvolvimento” da vítima antiga) lhes absorvem o melhor de seus recursos e capacidade produtiva. (PRADO JÚNIOR, 1958, p. 6)

Ao comentar a fidelidade de Frondizi ao seu programa eleitoral, cujos elementos representavam o “pensamento da nação argentina” e sua vitória simbolizava “uma ideologia longamente amadurecida no pensamento político de um povo, e que alcança agora sua etapa de decisiva realização” (PRADO JÚNIOR, 1958, p. 3). E o conteúdo dessa ideologia abarcava três aspectos essenciais para transformar a estrutura econômica: a reforma agrária, a industrialização e a democracia econômica. Tais eram os elementos que a realidade política deveria buscar para ficar em consonância com as necessidades da nação. Não se tratava então de um mero programa eleitoral, tratava-se de uma “ideologia revolucionária, no sentido de apontar rumos inteiramente novos e nitidamente traçados, para a evolução política e econômica argentina [...] na base da luta contra as forças passadistas e obscurantistas das oligarquias financeiras e do imperialismo” (PRADO JÚNIOR, 1958, p. 3-4).

De acordo com Prado Jr., era esse “magnífico exemplo” que o Brasil deveria seguir. Em 1960, no trigésimo segundo volume da revista, retomou a análise da conjuntura política, dessa vez seu objeto específico foi determinado pelas eleições nacionais. Novamente voltou a denunciar o cenário político nacional composto por um “falso populismo”. Ao comentar os

motivos que levaram o povo a optar por Jânio Quadros, cuja perspectiva política se declarava contrária ao reacionarismo interno e o entreguismo externo do governo de Kubitschek, afirmou que ao tentar corrigir um “erro do passado, o povo caiu em outro. Para derrotar o falso populismo e a camarilha de espectadores de alto coturno e entreguista que em conjunto compõem a situação política brasileira [...] o povo teve de dar a vitória a outras forças não menos perigosas e entreguistas” (PRADO JÚNIOR, 1960, p.11-2).

O governo atual e os interesses da indústria nacional foi o título de um artigo escrito para o trigésimo quinto volume da revista, referente aos meses de maio e junho de 1961. A autoria do texto foi atribuída a Alcindo da Cunha Xavier, porém, de acordo com Limongi (1987), tal alcunha foi um pseudônimo utilizado por Heitor Ferreira Lima. Evidentemente, a necessidade de preservar sua identidade se deve fato de fazer severas críticas à política econômica do governo Jânio Quadros e sua respectiva equipe, escolhida para compor a pasta do Ministério da Fazenda e da SUMOC. Mesmo com o intuito de defender os interesses da indústria, exercendo a função de assessor econômico da FIESP, Lima não poderia expor publicamente tais considerações contra o governo federal, chegando às vezes, em tom acusatório, denunciar um conluio do governo federal com os capitais estrangeiros.

Inicialmente, retomou a antiga controvérsia brasileira sobre o desenvolvimento econômico, cujas origens remontam ao ano de 1944 quando Roberto Simonsen apresentou um parecer em prol do planejamento econômico ao CNPIC. Apresenta as duas correntes de economista que divergem em torno das questões sobre o desenvolvimento. De um lado, ressalta a figura de Roberto Simonsen e Raul Prebisch na corrente nacionalista e desenvolvimentista, de outro, aponta os nomes de Eugênio Gudín e Otávio Gouveia de Bulhões, integrantes da corrente monetarista.

É preciso apresentar que por detrás dessas divergências não estão ausentes interesses estrangeiros. Assim, as opiniões dos Profs. Gudín e Bulhões coincidem com as do Fundo Monetário Internacional e outros organismos desse tipo, dentro dos quais têm cotação alta aqueles ilustres professores. Também estas opiniões coincidem com as dos exportadores norte-americanos que não querem que nos industrializemos a fim de poderem eles continuar a nos vender suas máquinas, seus automóveis, seu petróleo, até seus feijões em lata e artigos de matéria-plástica, como aconteceu logo depois da última Guerra Mundial. O que desejam aqueles exportadores é que continuemos país agrícola, para vender-lhes café, cacau e outros produtos de exportação, “única atividade econômica em que demonstramos capacidade para produzir vantajosamente”, na frase lapidar do Prof. Gudín. (XAVIER, 1961, p. 49-0)

Logo depois de identificar a corrente ligada a Gudín com o imperialismo norte-americano, ressaltou a opção do governo por tal corrente para lhe entregar o comando da

nossa economia. Logo, a referida escolha para comandar o Ministério da Fazenda e a SUMOC explicaria a Instrução 204³⁶ e as medidas antinacionalistas do atual governo, cuja política econômica era caracterizada pelo “combate ao aumento do investimento, à política de industrialização, por incentivo à agricultura e às exportações, em nome do combate à inflação, em defesa da estabilização monetária e do equilíbrio econômico” (XAVIER, 1961, p. 52).

No fim do texto apontou os erros da administração passada, ou seja, tratou do Plano de Metas do governo Kubistchek, cujos investimentos ocorreram sob a predominância dos capitais estrangeiros. Outra falha do referido plano, refere-se à falta de racionalização na utilização dos recursos nacionais, uma vez que, obras de grande vulto como a construção de determinadas hidrelétricas, teriam sido construídas apenas com recursos naturais se fossem elaborados projetos menores, desonerando-se assim a balança de pagamentos. Por último, transcreveu declaração da FIESP retratando a intensificação das vantagens ao investidor estrangeiro, que já sendo beneficiado pela Instrução 113, tinha seus privilégios e vantagens “tremendamente” aumentados com a Instrução 204. “Não é por acaso que esta instrução foi previamente submetida e aprovada pelo F.M.I. e é com ela que nossos embaixadores especiais percorrem os Estados Unidos e a Europa a mando de nosso governo” (XAVIER, 1961, p. 60).

Outro artigo de Lima assinado com pseudônimo de Alcindo da Cunha Xavier, veio a lume no vigésimo quinto volume da revista, em 1959. Tratava especificamente de resenha crítica do livro de Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil*, lançado em maio daquele ano. De acordo com autor, trata-se de uma “tentativa de interpretação” de nossa evolução econômica e histórica que apresenta “sérias falhas”. Os erros referentes a obra seriam provenientes, principalmente, do distanciamento do autor em relação à realidade brasileira, uma vez que os

[...] estudos e os longos anos de permanência no exterior, se proporcionaram ao Sr. Celso Furtado aprofundados conhecimentos da teoria econômica, afastaram-no completamente do Brasil e desligaram-no dos problemas práticos. Isso faz com que seus trabalhos se ressentam de um certo esquematismo ao apresentar as questões que abordam e ao propor as soluções, esquematismo esse que se traduz sobretudo pela aplicação mecânica das teorias, sem levar em consideração antes as condições práticas sobre as quais vai atuar. (XAVIER, 1959, p. 187)

³⁶ Em outubro de 1953 é baixada a Instrução nº 70 da SUMOC que extinguiu o regime de licenciamento prévio para as importações. Não se tratava de liberalização total, uma vez que as importações foram classificadas em categorias de acordo com sua essencialidade, com isso, as mercadorias prioritárias recebiam taxas menores em relação às consideradas supérfluas. Desse modo, instituiu-se um sistema de taxas múltiplas. Em março de 1961, a SUMOC baixou nova instrução extinguiu o sistema de taxas múltiplas. “Na verdade, a Instrução nº 204 pode ser resumida a um simples favorecimento das importações e das exportações primárias, em detrimento da industrialização interna [...] as taxas diferenciadas de câmbio para as importações constituíam verdadeiro objeto de ojeriza, e mesmo a industrialização substitutiva era considerada uma fuga à “verdadeira vocação econômica do país”, ou seja, a de país primário exportador” (SOUZA, 2010, p. 142).

Entretanto, a análise da obra justifica-se pelos cargos de relevo que estava exercendo no governo Kubitschek: diretor-executivo do CODENO (Conselho para o Desenvolvimento do Nordeste), órgão que dirigiu a ODENO (Operação Nordeste). Dito isso, Lima ressaltou a influência da teoria Keynesiana ao ex-integrante dos quadros da CEPAL. Dessa forma, afirmou a inadequação do uso de pressupostos de uma teoria utilizada para atender às situações de depressões em países altamente desenvolvidos do ponto de vista capitalista, em países subdesenvolvidos como o Brasil. Ressalta que o keynesianismo foi utilizado para corrigir ciclos de depressões de economias desenvolvidas, enquanto nossa situação diverge completamente por se tratar incentivar a consolidação do desenvolvimento da estrutura econômica.

Amparado nos estudos de Simonsen e Caio Prado Jr., Lima teceu crítica ao “desprezo” de Furtado pela história de nosso processo de industrialização. Portanto,

[...] o Sr. Celso Furtado foi quase omissivo no referente ao processo de nossa industrialização. Faz apenas referências breves a isso. Ora, a industrialização constitui um dos pontos altos na história de todos os países. No Brasil, se deixarmos de parte a indústria do açúcar, que vem dos tempos coloniais, pode-se assinalar como a primeira tentativa nesse sentido, as realizações de Mauá, [...] Caio Prado Júnior em sua *História econômica do Brasil* menciona que, no decênio posterior a 1850, fundam-se entre nós 62 empresas industriais, 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 de seguro, 4 de colonização, 8 de mineração, 3 de transportes urbanos, 2 de gás e 4 de estradas de ferro. Nos fins da Monarquia e começo da República, na época do tão criticado encilhamento, Roberto Simonsen menciona-o assim: entre 1880 e 1884 fundam-se 150 indústrias com capital de 58368 contos; entre 1885 e 1889 foram criados 248 estabelecimentos industriais, com capital de 203.404 contos, e de 1890 a 1895 foram fundadas 452 fábricas, com capital de 213.714 contos. (XAVIER, 1959, p. 191)

Do exposto acima, pode-se afirmar a confluência entre Simonsen e Prado Jr, atestada pelo próprio autor, isto é Lima. Dessa forma, ao ressaltar a valorização do desenvolvimento industrial, desde a “indústria do açúcar”, reafirma a tese do capitalismo colonial e reproduzindo uma abordagem economicista para tratar da “evolução industrial” apenas com dados estatísticos, desconsiderando as relações sociais de produção.

A crítica final a Furtado refere-se ao papel do imperialismo nos rumos da formação econômica nacional. Sendo assim, de acordo com os argumentos utilizados no artigo, Furtado desenvolveu uma ideia deformada sobre a evolução econômica, por isso, não conseguiu demonstrar a atuação do imperialismo, com repercussões até a atualidade, na formação econômica nacional.

De modo geral, a expansão industrial estimulada pelo Plano de Metas já havia sido tratada em artigo anterior por Lima. Em texto intitulado *Um quinquênio de expansão industrial*, apresentou um balanço do desenvolvimento industrial no período. As características principais são a presença marcante de capitais estrangeiros em diversos setores industriais e a participação do Estado em setores estruturais (energia elétrica, extração de petróleo bruto e transportes). Apesar de denunciar os prejuízos acarretados à balança de pagamentos pela forte presença de investimentos estrangeiros, apontou dois aspectos positivos da expansão industrial: maior vigor a estrutura econômica, devido ao aumento do volume na produção industrial e o avanço tecnológico conquistado. Este último se desdobra em melhor aprimoramento técnico dos operários, daí a importância da contribuição do SENAI, “mantido exclusivamente pelos industriais” (LIMA, 1960, p. 23).

Apesar das consequências negativas que a intensa participação dos capitais estrangeiros trouxe a balança de pagamentos, os fatores positivos do processo de expansão industrial parecem sobrepor-se na visão do autor de modo a vislumbrar uma transposição da “linha divisória de país subdesenvolvido para atingirmos uma categoria mais elevada, que nos levará a emparelhar-nos dentro de pouco tempo aos tipos de países adiantados do ponto de vista capitalista” (LIMA, 1960, p. 24).

Entretanto, tal evolução econômica não se efetivaria sem alterações significativas na estrutura fundiária. Dentro do modelo explicativo pradiano a ampliação do mercado interno por meio do assalariamento dos camponeses era imprescindível para a consolidação da ampliação do consumo e, portanto, de uma economia industrializada e integrada. No ano de 1962 as discussões sobre a reforma agrária encontravam-se na pauta das “reformas de base”, mesmo com forte resistência dos setores mais conservadores do próprio governo, foi criado o Conselho Nacional de Reforma Agrária durante a fase parlamentarista do mandato de João Goulart. Evidentemente, devido ao forte reacionarismo dos setores conservadores e das elites oligárquicas a agenda das reformas não avançou durante tal período. Nesse mesmo ano, Caio Prado Jr. publicou *A questão agrária* no quadragésimo terceiro volume da R.B.. O artigo completava a sequência de uma análise sobre a questão agrária abordada em artigos anteriores na revista, *A reforma agrária* e *Questão agrária*, ambos publicados em 1960. Em 1962, Prado Jr. enfatizou a necessidade de especificar o “objetivo central da reforma agrária”. Dessa forma,

[...] se entende por reforma agrária o aperfeiçoamento e elevação do nível tecnológico da exploração agrária. [...] O que se entende por “reforma agrária” nas atuais circunstâncias do País, é a elevação dos padrões de vida da população rural,

sua integração em condições humanas de vida, o que não é e está longe ainda de ser o caso em boa parte do Brasil. [...] É esse certamente o grande e fundamental problema nacional brasileiro da atualidade, de cuja solução depende sem dúvida alguma o desenvolvimento e progresso real de nosso País em qualquer outro setor. Não é possível construir um país moderno e realmente integrado nos padrões econômicos e culturais do mundo em que vivemos, sobre a base precária e de todo insuficiente de um contingente humano como este que forma a grande massa da população brasileira. E o primeiro e principal passo, no momento, para sairmos dessa situação ao mesmo tempo dolorosa e humilhante para o nosso País, é sem dúvida alguma a modificação das condições reinantes no campo brasileiro e elevação dos padrões de vida humana que nele dominam. É isso portanto que se deve objetivar a reforma agrária. O resto virá depois, e somente poderá vir depois, como certamente acontecerá. (PRADO JÚNIOR, 1962, p. 13-4)

Ao tratar dessa questão, o autor incorre em um argumento economicista, pois com a ampliação da massa de assalariados no campo se consolidaria a ampliação do consumo e do mercado externo. Logo, “a reforma agrária aconteceria como corolário desse processo, não como expropriação de terras forçadas pelo poder público, mas por causa da elevação dos custos produtivos provocados pela obrigatoriedade do assalariamento dos camponeses” (PINTO, 2013, p. 85-6). Portanto, ao lado da luta contra o imperialismo, o assalariamento dos camponeses, como forma de intensificar as práticas capitalistas no campo, constituem os dois temas centrais do projeto político do autor e, por conseguinte da Revista Brasiliense.

A participação de Lima na R.B. não só corrobora a semelhança entre os princípios nacionalistas da revista e os pressupostos teóricos da corrente nacional-desenvolvimentista de Simonsen, como também enfatiza o abandono da perspectiva revolucionária, tão cara aos anos de juventude e militância de Lima. No vigésimo quarto volume da R.B., Lima publicou um artigo intitulado *Euclides da Cunha e Castro Alves*. De acordo com Lima, apesar de não ser possível traçar um paralelismo entre as duas grandes personalidades, ambas lutaram “patrioticamente” pelos problemas nacionais daquela época: a abolição e a república. Ressaltou os distintos temperamentos entre o poeta e o prosador, nesse aspecto discorreu sobre os sentimentos extremos que embalavam o jovem poeta Castro Alves. Ao explicar os desdobramentos dos ímpetus juvenis do poeta, Lima nos oferece uma justificativa para sua postura conservadora assumida durante a maturidade. Assim,

[...] todo homem, aos vinte anos, se julga predestinado ao um feito heroico, combatendo pela liberdade contra a tirania, pela justiça contra a opressão [...] Só mais tarde, os interesses criados, a posição ocupada na sociedade, leva o homem a afastar-se dos extremos, buscando lugares mais resguardados no combate pela vida, nos objetivos visados, que já encerram quase sempre, então, posições conservadoras. [...] (LIMA, 1959, p. 112)

Durante a década de 1980, participou de um programa especial de conferências promovido pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) realizado no campus da cidade de Araraquara. O projeto do programa consistia em abordar o pensamento brasileiro nas ciências humanas. Dessa forma, Lima proferiu uma conferência tratando R.B. e ressaltando sua função política e social. Em 1986 foi publicado um livro reunindo as conferências do projeto, *Revista Brasiliense: sua época, seu programa, seus colaboradores, suas campanhas* foi título dado à conferência de Lima.

Nesse texto, o autor reafirmou a consonância de sua interpretação do Brasil com os princípios nacionalistas da revista vinte anos após a sua extinção. Além disso, ao tratar de questões como a remessa de lucros e o crescente endividamento externo do país, aponta para a atualidade das soluções apontadas pela revista em relação ao capital estrangeiro e a política econômica que deveria ser praticada.

[...] Convém esclarecer, no entanto, que a crítica e mesmo o combate ao capital estrangeiro não decorre de nenhuma xenofobia [...] A solução seria a seguinte: se não houvesse poupança interna para investir em nosso desenvolvimento, o governo tomaria emprestado no exterior, repassando-o a prazo marcado e taxa fixa, emprestando ao capitalistas nacionais a fim de desenvolver nossa indústria e, com o lucro, iria amortizando essa dívida. Torna-se imprescindível igualmente, nesse caso, uma reforma bancária, capaz de fornecer crédito à pequena e média indústria e à pequena agricultura, a fim de torná-las aptas às suas necessidades e não somente fornecer crédito aos produtos de exportação e às grandes empresas, como acontece presentemente. (LIMA, 1986, p. 188-9)

Destarte, além de remeter ao nacionalismo pradiano propugnado pelos colaboradores da Revista Brasiliense, o excerto acima é uma reprodução dos princípios fundamentais do planejamento econômico recomendado por Simonsen. Dessa forma, são colocados o desenvolvimento da nação dentro dos limites da ordem capitalista, ou seja, de um lado, a centralidade do papel do Estado como agente fomentador e racionalizador do processo econômico, limitando os “excessos” do liberalismo, e de outro, a burguesia industrial como principal “força motriz” do desenvolvimento nacional. Não há qualquer menção aos conflitos de classes sociais, ao contrário, a posição conservadora do autor se preocupa primordialmente com a defesa da indústria nacional, cuja consolidação do desenvolvimento será responsável pela “renovação sócio-econômica do país, elevação dos padrões de vida da população a nível condizente com o mercado, com o mundo moderno” (LIMA, 1986, p. 190).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância da industrialização para os desdobramentos políticos e econômicos do Brasil sempre estiveram na pauta revolucionária do PCB. Desde a formação do primeiro grupo dirigente, cujas teses foram orientadas essencialmente pelas reflexões de Astrojildo Pereira e Octávio Brandão, a constituição de um projeto nacional-popular já apontava para a necessidade de superação da contradição entre as oligarquias agrárias aliadas ao imperialismo e os setores nacionais progressistas. A materialização desse projeto culminou na constituição do BOC como principal aglutinador de forças políticas para o desencadeamento de uma revolução de caráter democrático-burguês. Em tal contexto, a industrialização seria a etapa necessária à eliminação dos restos feudais preservados na estrutura fundiária, libertando concomitantemente o povo da opressão interna e externa, representada pelo latifúndio e imperialismo. A partir de então, se elevaria o padrão de vida do povo e se estabeleceria uma sociedade democrática, cujas prerrogativas políticas permitiriam a transição à etapa socialista.

A participação de Heitor Ferreira Lima nesse processo foi marcada por duas etapas: inicialmente sua atividade sindical e partidária até 1927 e, posteriormente, sua viagem à Rússia. No período de sua estadia em Moscou, frequentou a Escola Leninista durante os três últimos anos da década de 1920 e se tornou importante elo entre o PCB e a IC. Considera-se que tal experiência foi determinante para a constituição de sua interpretação da realidade brasileira nos anos posteriores a sua atividade partidária. Assim, o contato com a realidade econômica soviética no momento de transição da NEP para os planos quinquenais imprimiram os temas centrais que permearam toda a sua obra: a industrialização e o planejamento econômico.

Foram justamente esses dois temas que o conectaram ao arcabouço ideológico da corrente nacional-desenvolvimentista representada principalmente por Simonsen. A partir da década de 1940, desligado do PCB, manteve intenso contato com o grupo paulista, do qual fazia parte Caio Prado Jr.. Nesse momento, foi contratado pelo periódico *O Observador econômico e financeiro* e passou a exercer a função de jornalista. Escreveu artigos para diversas revistas e jornais abordando questões de nossa conjuntura econômica. Aproximou-se de um ambiente intelectual distinto de suas raízes comunistas e, através de Humberto Bastos, foi indicado para compor o Conselho de Economia Industrial da FIESP no ano de 1944, entidade que permaneceu vinculado até sua aposentadoria.

Vale lembrar que Humberto Bastos exerceu importante influência sobre as concepções de Lima. A afinidade “ideológica e intelectual” entre os dois se justificava tanto pelo passado

de militância comunista, quanto pelo interesse em relação aos problemas nacionais e os estudos de história econômica. Entretanto, o personagem que influenciou de forma preponderante na obra de Lima foi o industrialista e intelectual Roberto Simonsen.

O contato com Simonsen, principal líder da burguesia industrial paulista e precursor da historiografia econômica nacional, e as atividades desenvolvidas na federação dos industriais paulistas, permitiram a Lima dedicar-se com maior intensidade aos estudos da área de seu interesse: a historiografia econômica. A identidade ideológica entre os dois logo se manifestou pelo fato de Simonsen “não ter procurado, como economista, querer adotar de forma mecanicista o pensamento econômico elaborado no exterior, para as condições do Brasil, com suas peculiaridades e outras necessidades, o que pouca gente fazia então” (LIMA, 1982, p. 263).

Em fevereiro de 1960, entrou para o Departamento de Economia da FIESP, passando a exercer a função de economista. Essencialmente, suas atividades consistiam em analisar e emitir pareceres sobre os projetos de leis apresentados ao Congresso Nacional, “referentes aos assuntos econômicos e financeiros, observando, preferencialmente, em que medida e forma, atingiam os interesses da indústria, a fim de defendê-la” (LIMA, 1982, p. 279). Em suma, seu trabalho consistia em defender os interesses da burguesia industrial, sobre esse aspecto, de acordo com declaração de Lima (1982), tal ocupação lhe agradava justamente por ser partidário da industrialização brasileira.

Lima permaneceu na FIESP até 1975, durante esse período produziu e publicou vultosa obra sobre a historiografia econômica nacional. Os pressupostos empregados em sua análise da evolução econômica nacional lhe afastaram das teses centrais do PCB. Nesse sentido, ao contrário dos comunistas que ainda afirmavam a existência de relações feudais no Brasil, o respectivo autor assume a mesma concepção defendida por Simonsen, isto é, a tese do capitalismo colonial. É a partir dessa premissa que se desenvolveu toda a análise e argumentação do autor, sempre enfatizando as causas do atraso econômico e suas relações com a posição periférica nacional ocupada dentro do sistema capitalista internacional, constantemente renovada devido à articulação entre os interesses do capital estrangeiro e das oligarquias agrárias.

Acontece que, para corroborar a existência do desenvolvimento capitalista desde a fase colonial, Lima recorreu a um conceito de genérico de indústria. Assim, para esse autor, qualquer atividade transformativa era identificada como proveniente de um processo industrial. É comum o emprego de conceitos como “grande indústria do período colonial”, “indústria indígena”, entre outros do gênero. Com esse tipo de abordagem historiográfica

acabou privilegiando os aspectos técnicos e quantitativos da produção colonial em detrimento das formas sociais produtivas. A consequência inexorável foi a dissolução da centralidade do trabalho escravo e a ausência de uma discussão efetiva das relações sociais de produção. Dessa forma, o autor apresentou uma visão histórica progressista e positivista, cujo principal mecanismo de propulsão era o determinismo econômico. Em sua obra, não há uma história do antagonismo de classes demonstrando a contradição de interesses no âmbito das relações produtivas entre o capital e o trabalho. O objetivo central era unicamente identificar os principais obstáculos ao desenvolvimento da industrialização brasileira, consubstanciados na sobrevivência do latifúndio e na dependência do capital estrangeiro.

A defesa da industrialização justificava-se pelo estabelecimento de relações entre o nível de evolução industrial e a melhoria no padrão de vida do povo. Desse modo, Lima recorreu aos principais argumentos do arcabouço ideológico da corrente desenvolvimentista representada por Simonsen. Nesse sentido, a consolidação de nosso desenvolvimento industrial dependeria da constituição de “uma política econômica total, para o qual deve convergir a maioria dos recursos, materiais e humanos” (LIMA, 1970, p. 14).

O planejamento econômico seria o único mecanismo capaz de romper com os interesses do imperialismo e da corrente liberal conservadora, cujos objetivos se chocavam com os interesses do progresso nacional. Para tanto, o Estado deveria ser o principal agente regulador do processo econômico, estimulando a industrialização e promovendo proteção ao capital nacional, porém sem ocasionar um rompimento radical com o imperialismo. Dentro desse contexto, não há referências a práticas anticapitalistas, sobretudo não há nenhuma menção à luta de classes, ao contrário, as perspectivas apontadas pelo autor pressupunham a “estabilidade política e social”, a integração do operário de “modo mais sólido na sociedade” seria possibilitada pela elevação dos salários. Está patente em suas observações a concordância com as concepções de Simonsen sobre a racionalização da produção.

Além disso, a ausência de uma interpretação dialética na obra de Lima evidencia-se pela valorização da classe dirigente como sujeito implementador do progresso. Em diversos escritos, o referido autor ressaltou a importância do protagonismo de setores ilustrados da classe dominante como principais responsáveis pelos avanços industriais.

Entretanto, é preciso ressaltar que a questão nacional, em particular durante os anos 1950 e 1960, vinculava leituras de distintas correntes políticas sobre a interpretação da realidade brasileira, cujos aspectos principais reúnem características progressistas, nacionalistas e desenvolvimentistas. Dentro desse contexto, além da influência preponderante do desenvolvimentismo de Simonsen, a interpretação desenvolvida por Heitor Ferreira Lima

aglutinava resquícios da visão clássica do PCB e também da corrente nacionalista representada por Caio Prado Jr., haja vista a assídua participação de Lima na *Revista Brasiliense*. Nesse período, particularmente entre 1960 e 1965, Lima colaborou intensamente na revista *IDORT*, o que corrobora a afinidade ideológica do autor com distintos veículos de informação. Além da questão nacional, outra explicação para o ecletismo, ou melhor, a convergência entre as visões comunistas e burguesas é fornecida pelo próprio Lima. Sendo assim, de acordo com o referido autor, o atraso da contribuição marxista à investigação da problemática nacional na esfera econômica provocou a emergência de um pensamento incipiente, “chegando a confundir-se, em muitos momentos, com as aspirações da burguesia em seus anseios de crescimento e independência nacional” (LIMA, 1970, p. 4).

Contudo, não obstante o fato da questão nacional e da insipiente análise marxista constituírem elementos explicativos válidos para compreendermos o aparente ecletismo do pensamento político e econômico brasileiro no período em questão, tais elementos são insuficientes para explicar a subordinação do pensamento de Heitor Ferreira Lima aos pressupostos teóricos do principal líder da burguesia industrial paulista. Em suma, considera-se que o modo como Lima defendeu a ideologia da industrialização, fundamentada em uma perspectiva progressista e positivista da história, a importância atribuída à participação de determinadas personalidades da classe dirigente na evolução do processo histórico, a ausência do antagonismo de classes em sua concepção histórica, o abandono da perspectiva revolucionária, entre outros aspectos de sua obra, o distanciaram de uma análise marxista. Apesar de sempre declarar-se “adepto do materialismo histórico”, a natureza explicativa dos argumentos de Heitor Ferreira Lima estruturou-se fundamentalmente em componentes ideológicos de setores progressistas da burguesia industrial. Portanto, tal contextualização de seus fundamentos teóricos o constituem mais como um vulgarizador do marxismo, do que um autor efetivamente marxista.

REFERÊNCIAS

- BARATA, A. *Vida de um revolucionário: memórias*. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978, 415 p.
- BASBAUM, L. *Uma vida em seis tempos: memórias*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, 309 p.
- BASTOS, H. *A marcha do capitalismo no Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1944.
- _____. *Rui Barbosa: ministro da independência econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949, 262 p.
- _____. *Desenvolvimento ou escravidão: aspectos de influências externas na formação econômica do Brasil*. São Paulo: Martins, 1964, 391 p.
- BATINI, T. *Memórias de um socialista congênito*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1991.
- BATINI, T. Salve, Heitor Ferreira Lima. In: DEL ROIO, M.; PINHEIRO, P. S. (org.). *Combates na história: a trajetória de Heitor Ferreira Lima*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: São Paulo: Fapesp, 1990, pp. 65-8.
- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. 480 p.
- BRANDÃO, O. *Combates e batalhas: memórias*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978, v. 1, 406 p.
- CARONE, E. *O PCB (1922-1943)*. São Paulo: Difel, 1982, v. 1, 350 p.
- _____. *A terceira república (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1976.
- CHAVES NETO, E. *Minha vida e lutas de meu tempo*. São Paulo: Alfa-omega, 1978. 267 p.
- CORRÊA, M. L. *Um estudo sobre o debate desenvolvimentista nas páginas de O Observador Econômico e Financeiro (1936 – 1954)*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA USP, 26, 2011, São Paulo. *Anais eletrônicos...* São Paulo: USP, 2011. Disponível em: <<http://www.snh2011anpuh.org/site/anaiscomplementres>>. Acesso em: 22 mai. 2011.
- DEL ROIO, M. T. *A classe operária na burguesa – a política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990a.
- _____. A formação de um quadro dirigente do PCB. In: DEL ROIO, M. T.; PINEIRO, P. S. (Org.). *Combates na história: a trajetória de Heitor Ferreira Lima*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: São Paulo: Fapesp, 1990b. p. 42-48.
- DEL ROIO, M.; PINHEIRO, P. S. (org.). *Combates na história: a trajetória de Heitor Ferreira Lima*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: São Paulo: Fapesp, 1990c, 165p.
- DEL ROIO, M. *Heitor Ferreira Lima*. In: PERICÁS, L. B., SECCO, L. F., (org). *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 27-38.

DIAS, E. *Histórias das lutas sociais no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1977, 330 p.

DIÉGUES JR, M. *Imigração, urbanização e industrialização: estudo sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil*. Rio de Janeiro: INEP, 1964. 385 p.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 27 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional : Publifolha, 2000.

GORENDER, J. *Perestroika: origens, projetos, impasses*. São Paulo: Atual, 1991.

_____. *A burguesia brasileira*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HOBBSBAWN, E. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914 – 1991*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

IANNI, O. A dialética da história. In: D'INCÃO, M. A. (org.). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Edunesp/Brasiliense/Secretaria de Estado da Cultura, 1989. p. 63-78.

_____. *Estado e planejamento econômico no Brasil 1930-1970*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

KAREPOVS, D. *Luta subterrânea: o PCB em 1937 – 1938*. São Paulo: Editora Hucitec/Editora Unesp, 2003.

KOVAL, B. *História do proletariado brasileiro-1857 a 1967*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

LEME, M. S. *A ideologia dos industriais brasileiros (1919-1945)*. Petrópolis: Vozes, 1978. 188 p.

LIMONGI, F. P. Marxismo, nacionalismo e cultura: Caio Prado Júnior e a Revista Brasiliense. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: Vértice, v. 2, n. 5, out. 1987. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=232:rrbc-05&catid=69:rbcs&Itemid=399#2> Acessado em: 18/01/2016

LIMA, H. F. *3 industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, 197p.

_____. *Caminhos percorridos: memórias de militância*. São Paulo: Brasiliense, 1982, 303p.

_____. *Castro Alves e sua época*. São Paulo: Saraiva, 1971, 169p.

_____. *Do imperialismo à libertação colonial*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965, 168p.

_____. *Evolução industrial de São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins Editora S. A., 1954, 196p.

_____. *Formação industrial do Brasil: período colonial*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961a, 327 p.

_____. *História do pensamento econômico no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1978. 198 p.

_____. *História político-econômica e industrial do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970, 422 p.

_____. *Perfil político de Silva Jardim*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília, DF: INL, 1987, 103 p.

_____. Revista Brasiliense: sua época, seu programa, seus colaboradores, suas campanhas. In: MORAES, R. et al, (Org.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p. 179-192.

LUZ, N. V. *A luta pela industrialização do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. 224 p.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 1 v. Livro I.

_____. *O capital: crítica da economia política*. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. 2 v. Livro I.

MANTEGA, G. *A economia política brasileira*. 2.ed. São Paulo-Petropolis: Polis/Vozes, 1984.

_____. Marxismo na economia brasileira. In: MORAES, J. Q. (Org.). *História do marxismo no Brasil: os influxos teóricos*. Campinas, Sp: Editora da Unicamp, 2014. 2 v. cap. 3, p. 103 – 125.

MANOILESCO, M. *O século do corporativismo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

MAZA, F. *O idealismo prático de Roberto Simonsen: ciência, tecnologia e indústria na construção da nação*. São Paulo: Instituto Roberto Simonsen, 2004.

MORAES, J. Q., Octávio Brandão. In: PERICÁS, L. B., SECCO, L. F., (org). *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 13-25.

PEREIRA, Astrojildo. *Ensaio históricos e políticos*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979. 240p.

_____. *URSS, Itália, Brasil*. São Paulo: Editora Novos Rumos, 1985. 160 p.

PERICÁS, L. B., WIDER, M. C., *Caio Prado Júnior*. In: PERICÁS, L. B., SECCO, L. F., (org). *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 193-214.

PINTO, J. A. C. *O nacionalismo corporativista de Caio Prado Júnior*. Goiânia: Câne Editorial, 2013.

PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

_____. *História econômica do Brasil*. 43 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

RUBIM, A. A. C. Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil. In: MORAES, J. Q. (Org.). *História do marxismo no Brasil: os influxos teóricos*. Campinas, Sp: Editora da Unicamp, 2014. 3 v. cap. 7, p. 373 – 469.

SEGATTO, J. A. *Breve história do PCB*. 2 ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

SIMONSEN, R. C. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. 7 ed. São Paulo: Editora Nacional; Editora da USP, 1973, 479 p.

_____. *História econômica do Brasil (1500/1820)*. 7 ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1977, 475 p.

SODRÉ, N. W. *A intentona comunista de 1935*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

_____. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

_____. *Formação Histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1962.

_____. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. 418 p.

SOUZA, L. E. S. A crise política dos anos 1960. In: PIRES, M. C. (Org.). *Economia brasileira: da colônia ao governo Lula*. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 139-192.

VIANNA, L. W. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 288 p.

TAVARES, M. C. *Da substituição das importações ao capitalismo financeiro*. 11 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

VIANNA, M. A. G. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VINHAS, M. *O partidão: a luta por um partido de massas 1922-1974*. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

Revista Brasiliense

LIMA, H. F. Capitais estrangeiros e interesse nacional. *Revista brasiliense*, São Paulo, n. 19, p. 9-20, set./out. 1958.

_____. Capitais Nacionais e investimentos estrangeiros. *Revista brasiliense*, São Paulo, n. 1, p. 128-149, set./out. 1955.

_____. Euclides da Cunha e Castro Alves. *Revista brasiliense*, São Paulo, n. 24, p. 111-121, jul./ago. 1959.

_____. Indústria automobilística no Brasil. *Revista brasiliense*, São Paulo, n. 13, p. 56-77, set./out. 1957.

_____. Instrução 113 e “royalties”. *Revista brasiliense*, São Paulo, n. 16, p. 8-21, mar./abr. 1958.

_____. Um quinquênio de expansão industrial. *Revista brasiliense*, São Paulo, n. 31, p. 04-24, set./out. 1960.

XAVIER, A. C. Formação econômica do Brasil. *Revista brasiliense*, São Paulo, n. 25, p. 46-60, mai./jun. 1961.

_____. O governo atual e os interesses da indústria nacional. *Revista brasiliense*, São Paulo, n. 25, p. 186-194, set./out. 1959.

PRADO JÚNIOR, C. A questão agrária. *Revista brasiliense*, São Paulo, n. 43, p. 11-93, set./out. 1962.

_____. A reforma agrária e o momento nacional. *Revista brasiliense*, São Paulo, n. 29, p. 2-16, mai./jun. 1960.

_____. As eleições de 3 de outubro. *Revista brasiliense*, São Paulo, n. 32, p. 01-18, nov./dez. 1960.

_____. Capitais estrangeiros. *Revista brasiliense*, São Paulo, n. 11, p. 14-24, mai./jun. 1957.

_____. Capitais nacionais e capitais estrangeiros. *Revista brasiliense*, São Paulo, n. 19, p. 32-42, jul./ago. 1958.

_____. Eleições Argentinas. *Revista brasiliense*, São Paulo, n. 16, p. 01-07, mar./abr. 1958.

_____. Nacionalismo brasileiro e capitais estrangeiros. *Revista brasiliense*, São Paulo, n. 2, p. 80-93, nov./dez. 1955.

_____. Questão agrária. *Revista brasiliense*, São Paulo, n. 32, p. 153-157, nov./dez. 1955.